

UNIVERSIDADE DE UBERABA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

ANDREZA CALHAU LACERDA LOPES

O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Uberaba – MG

2014

ANDREZA CALHAU LACERDA LOPES

O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Trabalho apresentado ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista

Linha de pesquisa: Processos Educativos e seus Fundamentos.

Uberaba – MG

2014

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

L881e Lopes, Andreza Calhau Lacerda.
 O exercício da docência em perspectiva histórica / Andreza Calhau
Lacerda Lopes. – Uberaba, 2014.
 111 f.

 Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de
Mestrado em Educação, 2014.

 Orientador: Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista.

 1. Educação. 2. Ensino. 3. Filosofia. I. Universidade de Uberaba.
Programa de Mestrado em Educação. II. Título.

CDD 370

Andreza Calhau Lacerda Lopes

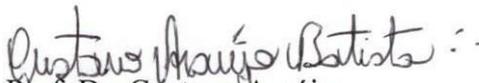
O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Dissertação apresentado ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA DE DEFESA

Aprovada em 30/09/2014

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Gustavo Araújo
Batista(Orientador)
UNIUBE - Universidade de Uberaba


Profª Drª Maria Marta Lopes Flores
UFG – Universidade Federal de Goiás


Profª Drª Sueli Teresinha de Abreu
Bernardes
UNIUBE - Universidade de Uberaba

Dedico esta dissertação as minhas duas mães, Marina Calhau Lacerda (*in memoriam*), educadora de muitos e minha primeira mestra que me ensinou a ser tudo que sou hoje e a minha segunda mãe Tia Diná Farchac Calhau Sarkis que sempre me incentivou, acreditou e zelou por mim e por tantos outros com um amor maternal incondicional.

Agradecimentos

Ao realizar este trabalho me senti realizada como educadora e como ser humano e por isso não posso deixar de agradecer a todas as pessoas que me ajudaram de alguma forma na realização desse sonho.

Agradeço;

a Deus primeiramente, por toda força, presença, inspiração e bênçãos;

a meu marido Carlos Lopes pela paciência e pelas incansáveis vezes que leu este trabalho;

a meu pai João Castor Frazão Lacerda que por diversas vezes ouviu minha reclamação;

as minhas queridas irmãs Maíla e Larissa pelas vezes que me deram caronas e me servindo de motorista, pelo empréstimo do computador, da internet, das centenas de canetas e lápis emprestados, pela paciência em escutar minhas aflições;

as minhas queridas, tia Dirce e prima Ronise pelo carinho e apoio contábil;

ao meu querido e paciente irmão Marcello, por todas vezes que me deu suporte técnico e pelas diversas vezes que recuperou este trabalho;

ao meu querido Professor e Orientador Dr. Gustavo Araújo Batista, pelo carinho, paciência e apoio durante o processo de desenvolvimento desta dissertação;

aos professores, funcionários e colegas do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, por me terem proporcionado estudos relevantes e crescimento pessoal;

aos Professores Dr^a. Sueli Teresinha de Abreu Bernardes e ao Professor Dr. José Carlos de Souza Araújo pelas valorosas contribuições na banca de qualificação;

A FAPEMIG pelo financiamento e tranquilidade que me proporcionou no último ano deste trabalho.

“Quem Dii oderunt paedagogum fecerunt”

(Quem os Deuses odeiam fazem-no professor).

Provérbio Latino

LOPES, Andreza Calhau Lacerda. **O exercício da docência em perspectiva histórica. 2014. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Uberaba, MG, 2014.**

RESUMO

Este trabalho faz parte da Linha de Pesquisa: Processos Educativos e seus Fundamentos, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba cujo objetivo é reconstruir o exercício da docência em perspectiva histórica. Para isso se fez necessário recorrer à história da educação e aos acontecimentos que se configuraram para desenhar esse processo. Esta pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado: “Abordagens sobre fundamentos filosóficos da educação: cultura e processos educativos”. O trabalho foi construído a partir da periodização utilizada na História Geral, portanto, foi dividido em dois momentos o da Pré-história e o da História, sendo que no momento da História o trabalho traz os quatro períodos que o constitui e o fundamenta. Ao longo desse processo viu-se que a educação esteve presente em todos os momentos como avassaladora cultural, social e política. No âmbito teórico são, sobretudo, as filosofias que irão delinear os fundamentos educacionais necessários ao processo de ensino e de configuração da docência enquanto atividade seja ela institucionalizada ou informal, religiosa ou laica. O referencial desta pesquisa teórica de abordagem qualitativa é o materialismo histórico dialético; também se utilizou dos aportes de autores, como: Batista (2010), Burns (2003), Cambi (1999), Jaeger (2003) e Manacorda (2006). Nesse processo de estudo histórico do desenvolvimento da atividade docente, um fator fundamental é o das políticas educacionais, escolares e de formação profissional que se colocam frente ao Estado e o desenvolvimento social.

Palavras – chave: Docência. Fundamentos da Educação. História da Educação.

Abstract

This work is part of the Research Line: Educational Processes and their Foundations, Master's Program in Education, University of Uberaba whose objective is to rebuild the exercise of teaching in historical perspective. For this it was necessary to resort to the history of education and the events that shaped to draw this process. This research is linked to the research project entitled: "Approaches on philosophical foundations of education: culture and educational processes: "Approaches on philosophical foundations of education: culture and educational processes". The work was built from the periodization used in General History, therefore, was divided into two moments of the Prehistory and History, being that in the moment in history the work brings the four periods that is and the grounds. Throughout this process we saw that education was present at all times as overwhelming cultural, social and political. At the theoretical level are mainly the philosophies that will outline the educational foundation necessary for the teaching process and the setting while teaching activity either institutionalized or informal, religious or laic. The reference of this theoretical research of qualitative approach is the dialectical historical materialism; also been used by the authors of contributions, such as: Batista (2010), Burns (2003), Cambi (1999), Jaeger (2003) e Manacorda (2006). In this historical study of the development process of teaching activity, a key factor is the educational, school and vocational training policies that arise from the State and social development.

Keyword: Teaching. Foundations of Education. History of Education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 A educação e a docência nos primórdios da humanidade.....	13
1.1 Da pré- história as sociedades hidráulicas	14
1.2 A educação nas sociedades pré-clássicas	19
2 A antiguidade clássica greco-latina: educação e docência	30
2.1 A educação grega e sua influencia no ocidente	30
2.2 A influência grega na civilização romana	47
3 As transformações do mundo romano e o cristianismo	51
3.1 O cristianismo e a educação	53
3.2 A educação e a docência na Idade Média.....	56
3.3 Os mestres da pedagogia escolástica	68
4 Os processos de transição e transformação da modernidade.....	72
4.1 A reforma protestante a contra reforma e a docência.....	75
4.2 O desenvolvimento educacional e a atividade docente na modernidade.....	89
5 Aspectos gerais da contemporaneidade na educação e na docência	95
5.1 O processo da atividade docente na contemporaneidade	99
6 Considerações finais	104
7 REFERÊNCIA.....	108

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido junto à Linha de Pesquisa: Processos Educativos e seus Fundamentos, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba e se desenvolve a partir da reflexão histórica, tendo como ponto de partida o exercício da docência em perspectiva histórica. Mediante as constantes mudanças ocorridas ao longo da história pode-se observar que a história da educação vem se construindo e se configurando em conformidade com as mudanças sociais, fator este, que delinea o problema norteador da pesquisa, que parte da seguinte questão: Como se constrói historicamente as concepções acerca da atividade docente? A pesquisa na qual este trabalho está inserido faz parte de um estudo teórico à luz do referencial do materialismo histórico-dialético¹, acrescentando que para a realização dessa pesquisa, contudo, não constitui a maneira de exposição desse trabalho que parte de uma perspectiva analítica e se configura acerca de uma abordagem mais logico-formal, do que propriamente uma abordagem dialética. Deste modo, este trabalho se justifica mediante a necessidade de demonstrar a concepção de docência já que a profissão vive em constantes transformações.

O processo de desenvolvimento da atividade profissional docente como se vê hoje, começa a se estruturar por volta do século XV, visto que o ensino vinha sendo desempenhado desde os primórdios da humanidade, a partir da interação entre os indivíduos de grupos que buscavam a sobrevivência. Mesmo que não configurada como atividade institucionalizada o termo docência será utilizado neste trabalho para designar a ação educativa que se constituiu no mais básico processo ensino-aprendizagem, assim como origem a etimológica da palavra herdada do latim *docens*, *docentes* e *docere* que significa ato de ensinar.

Para Cambi:

A história da educação é, hoje, um repositório de muitas histórias, dialeticamente interligadas e interagentes, reunidas pelo objeto complexo “educação”, embora colocado sob óticas diversas e diferenciadas na sua fenomenologia. Não só: também os métodos (as óticas, por assim dizer) têm características preliminarmente diferenciadas, de maneira, a reconhecê-lo como um “território” da investigação histórica (CAMBI, 1999, p.29).

¹ O materialismo histórico-dialético designa os pensamentos elaborados por Karl Marx (1818-1883) e por George Wilhelm Friedrich Hegels (1820-1895). Marx nomeia as transformações econômicas e sociais da evolução dos meios de produção como “materialismo histórico” e constrói a partir da afirmação contrária a dialética idealista de Engels, criando uma dialética materialista. Para Bottomore, “o materialismo dialético tem sido, de um modo geral, considerado como filosofia do marxismo, distinguindo-se assim da ciência marxista, o MATERIALISMO HISTÓRICO” (BOTTOMORE, 2001, p.258 – grifos do autor).

Neste sentido o estudo da atividade docente será desenvolvido a partir da História da educação em simbiose com a História Geral. Para estruturação e redação desta pesquisa optou-se por dividir a História dois momentos: Pré-história e História, sendo que estes são estruturados em cinco capítulos, onde são retratados os acontecimentos que de alguma forma contribuíram direta ou indiretamente para a constituição dos processos educativos e docentes.

No primeiro capítulo a Pré-história e as primeiras sociedades que se formam a partir da evolução se situam como o marco inicial do processo educacional, pois é nesse momento que nasce a necessidade de organização e de estruturação dos grupos e assim se estruturam as primeiras instituições sociais e com elas a necessidade de uma certa organização, relacionamento e transmissão de conhecimento entre seus membros. Como em todas as Instituições sociais a estruturação, a organização, o desenvolvimento e o sucesso só são possíveis mediante a educação. A partir da convivência familiar é que nascem as primeiras formas de ensino; as primeiras atividades de ensino acontecem através da relação entre seus membros; a figura do pai ou chefe do grupo inaugura a primeira forma de docência e assim nasce todo um processo de desenvolvimentos de novas instituições.

O segundo capítulo traz acerca do ano 700 a.C. a Antiguidade em seus aspectos de desenvolvimento social, educacional e político; nela se configuram as mais importantes e profundas passagens que irão estruturar todos os pensamentos e acontecimentos dos períodos seguintes da história e isso se dará também através do ensino; primeiro por influência da família e depois pelo Estado e pelas primeiras formas de ensino. Na Antiguidade serão produzidos modelos socioeducativos que vão desde a organização das Cidades-Estado (*polis*), até o ideal integral de *paidéia*; será através dessa sociedade e da filosofia nela produzida que o ocidente despontará culturalmente, artisticamente, politicamente, cientificamente educacionalmente e também será nesse período que as primeiras formas institucionalizadas de ensino irão começar a ganhar forma e assim ganhar o gosto de outras culturas. Ainda na Antiguidade, através da filosofia misturada ao misticismo religioso de outras culturas irão nascer novas religiões e assim iniciar um novo período histórico denominado Idade Média, no qual se desenvolverá o terceiro capítulo deste trabalho. ²

O terceiro capítulo traz a Idade Média (500-1500 d.C) como inovadora das tradições pedagógicas e educativas; nesse período a *paidéia* se organizará em torno da religião Cristã,

² (BURNS, 2003, p. XVIII).

da filosofia greco-latina e ancorada no pensamento teológico. Nesse período todas as instituições deveriam reportar-se à Igreja, pois ela era detentora de todo poder, considerada a própria sede administrativa do reino de Deus na terra. A Igreja ditava as regras e influenciava pensamentos, mas foi a partir de seu empenho que toda a educação começa a se desenvolver, mesmo que ainda não acessível a todos mas aberta àqueles que estivessem dispostos a trabalhar a seu favor. Nesse capítulo, através da contextualização histórica, foi possível estabelecer os principais objetivos da educação medieval e os principais personagens que tornaram isso possível.

O quarto capítulo traz a Idade Moderna que terá como ponto de partida a queda de Constantinopla no ano de 1453 e as transformações que provocaram as transições entre o período medieval e o moderno que se desenvolve em meio ao pensamento religioso cristão, ao retorno ao pensamento clássico, aos novos pensamentos dados pelas reformas religiosas e os novos movimentos provocados pelo descontentamento com o monopólio da Igreja Cristã e posteriormente pela monarquia absolutista. Neste capítulo, a História da educação começará a se desenhar e o docente será aquele indivíduo protagonista de todo processo educativo. Conforme Cambi explicita:

Estamos diante de âmbitos que, por sua vez, se articulam depois em outros subsetores (na história da escola: a história dos docentes ou da didática, a história legislativa e da “vida inteira” da escola, com suas regras, seus rituais, seus delineamentos ligados à iniciação à vida social) e que, portanto, acabam por constituir um mapa complexo de campos de pesquisa, articulados em torno de metodologias bastante diversas (ora quantitativas e sérias, ora narrativas e qualitativas, até o limite vivido próprio da História oral e de outras técnicas de investigação, como a memorialística e as epistolares etc.), e a serem usadas de maneira entrelaçada para resistir aos âmbitos institucionais seja a sua relevância sociológica, seja a sua determinação histórica e vivida (CAMBI, 1999, p. 32-31).

O quinto capítulo se desenvolverá à luz dos novos movimentos populares, das revoluções, da industrialização, do crescimento da economia, dos avanços tecnológicos e científicos e do novo modelo de educação e de profissional docente. O período por ser um período que ainda se constrói, será trabalhado de forma a trazer do passado as ideias que ajudaram a compor o futuro. Aqui o professor terá destaque quando as suas práticas, relações e quanto o seu papel perante a sociedade.

Por isso sempre deve estar explícito que para se refletir e analisar os acontecimentos presentes e se prevenir para o futuro, antes de tudo deve-se ter consciência do passado. Sendo assim, é sobre esta breve conclusiva que se objetiva as ideias pertinentes deste trabalho, cujo objetivo na íntegra se faz em: explicitar concepções de docência ao longo da História.

1 A educação e a docência nos primórdios da humanidade

Este capítulo tem como proposta a reflexão e reconstrução do processo educacional e de ensino ao longo dos períodos da Pré-história e das sociedades que se formaram através da evolução. Para isso se faz necessário voltarmos a Pré-História, ou seja, voltar ao primeiro momento de desenvolvimento do homem, no que se refere à evolução biológica e tecnológica da espécie, buscando entender como se dá sua organização social, em como ele faz suas primeiras criações e deixa suas primeiras marcas sobre o nosso planeta, momento em que ele se torna o ser humano com perfil e as características que apresentamos hoje.

Para entender melhor as transformações ocorridas com o ser humano ao longo do tempo, costuma-se dividir a história das sociedades humanas em dois períodos básicos: a Pré-História e a História, tendo como critério as habilidades dos povos em terem ou não domínio da escrita. Para Jaeger,

A estrutura de toda sociedade assenta nas leis e normas escritas e não escritas que a unem e unem os seus membros. Toda educação é assim o resultado da consciência viva de uma norma que rege uma comunidade humana, quer se trate da família, de uma classe ou de uma profissão, quer se trate de um agregado mais vasto; como um grupo étnico ou um Estado (JAEGER, 1994, p.4).

Nesse capítulo o desenvolvimento educacional será abordado através dos períodos da Pré-história e das sociedades que foram surgindo conforme o homem se desenvolvia intelectualmente, para isso, o termo educação será usado para designar as conquistas e os processos de desenvolvimento do homem, as suas habilidades e a sua capacidade de adaptação ao meio ambiente. Neste sentido podemos dizer que a Educação começa a se configurar a partir do momento em que as “instituições duradouras”³ como a família, a religião primitiva e o estado começam a se firmar. Nas famílias ou nos grupos a figura dos mais velhos e dos pais se configuram como a primeira forma de transmissão do conhecimento, sendo assim a grosso modo pode-se concluir que aqui tenha nascido a função docente.

³ Pode-se definir uma instituição como uma combinação de crenças e atividades grupais, organizada de maneira mais ou menos permanente, com vistas à consecução de algum objetivo do grupo. De ordinário inclui um conjunto de costumes e tradições, um código de normas e regras e complementos físicos e edifício, processos de punição meios de comunicação e doutrinação. Como os homens são seres sociais, é provável alguns desses elementos já existentes desde os tempos mais recuados (BURNS, 2003, p.12).

1.1 Da Pré-história as sociedades hidráulicas

A Pré-História é o marco entre o surgimento dos hominídeos e as manifestações primitivas da escrita. Esta fase constituiu-se num período muito longo em comparado com o tempo de hoje no mundo contemporâneo e que se concretiza de maneira muito lenta. É nesse período que se constituem e ocorrem às transformações biológicas dos nossos antepassados, é nesse período que os seres que antecedem nossa linhagem no ponto de vista físico, os primatas, sofrerão com o processo de seleção natural e desenvolverão assim a necessidade de adaptar-se aos diversos tipos de meio ambiente⁴.

Na nossa linhagem de transformações biológicas os primatas serão os primeiros a sofrerem essas transformações e a originarem uma série de descendentes, que biologicamente vai se dividir em dois troncos, os dos pongídeos e o dos hominídeos.

Os pongídeos deram origem ao grupo de ancestrais dos macacos e todas as suas espécies que conhecemos hoje, já os hominídeos deram origem a antepassados nossos que aos poucos vão adquirindo características físicas e comportamentais devido à adaptação dos diversos tipos de ambientes que os permitiram que a evolução no campo da cultura se tornasse cada vez mais complexo.

É importante ressaltar que alguns fatores foram determinantes para o desenvolvimento natural da espécie humana, ou seja, que resultaram no chamado *Homo sapiens sapiens*, o ser humano moderno e atual. O desenvolvimento natural da espécie humana e sua adaptação aos diversos meios naturais, se deu através do seu comportamento, que se tornou marca registrada de cada um desses ancestrais e que a ciência utiliza para dar nomes a esses hominídeos: “*Pithecanthropus*” e “*Australopithecus*”, até o surgimento do gênero “*homo*”, que embora tenham coexistido com os *Australopithecus* o mesmo desapareceu, enquanto a do *Homo* evoluiu: *Homo hábilis*, *Homo erectus*, *Homo sapiens*.

A evolução fez com que o ancestral do homem moderno passasse a usar ferramentas e a consumir todo tipo de alimento. Para melhor compreender o processo de conquistas da evolução humana do seu desenvolvimento social e cultural a história divide o longo período da Pré-História em dois grandes momentos: O Paleolítico e o Neolítico, sendo esses nomes reconhecidos respectivamente como “Idade da Pedra Lascada” e “Idade da Pedra Polida”.

⁴ (BURNS, 2003, p.4).

O período Paleolítico inicia-se com o aparecimento dos primeiros homínídeos (*Australopithecus* e *Homo habilis* há cerca de 2,5 milhões de anos) estendendo-se até cerca de 10 mil anos atrás. A literatura costuma dividir o período Paleolítico em três momentos: “Paleolítico Inferior”, “Paleolítico Médio” e “Paleolítico Superior”.

O primeiro momento do período Paleolítico foi chamado “Paleolítico Inferior” e ocupou a maior parte da era glacial. O frio constante, fez com que os primeiros grupos de homínídeos se tornassem nômades, vivessem em bandos, para facilitar a caça e para se protegerem. Nessa época o ser humano fabricava suas armas que eram rudimentares, mas ajudavam na caça, na pesca, na coleta de vegetais, frutos e raízes. Apesar de desenvolver algumas atividades, ainda não era capaz de transformar a natureza a seu favor, ele apenas era parte integrante dessa natureza⁵.

No segundo momento do período Paleolítico denominado “Paleolítico Médio”, que teve início a cerca de 200 mil anos, o homem de Neandertal estava presente, eles faziam parte de um grupo de indivíduos mais evoluídos que eram nômades, tinham habilidades de construir todos os tipos de abrigos para se protegerem, fabricavam armas e as aperfeiçoava conforme sua necessidade. Esse grupo de indivíduos viveu na porção de terras que hoje chamamos de Europa. Nesse período sabe-se que os homínídeos transmitiam suas experiências aos mais jovens, cultuavam os mortos, apresentavam um gosto pela arte que foram deixados como registros nas cavernas onde eles usavam de abrigo e foram esses registros que possibilitaram constatar que esses homínídeos estavam em constante evolução. Nessa época já controlavam o fogo e supõe-se que praticavam algum tipo de culto religioso e uso da linguagem mais socialmente articulada.

Com a proliferação do homem de Cro-Magnum (*Homo sapiens sapiens*) no denominado Paleolítico Superior a cerca de 40 mil anos atrás, foi possível observar grande progresso cultural. O homem já possuía características como as atuais, ele tinha habilidade para fabricar armas mais sofisticadas, utensílios como agulhas feitas de ossos, lâminas feitas de pedra (sílex) e outros objetos.

Segundo Cambi (1999), acredita-se que esse seja o momento crucial da humanidade, onde a educação se torna instrumento central de sobrevivência.

⁵ (BURNS, 2003, p.5).

... o Homo Sapiens, que já tem as características atuais: possui a linguagem, elabora múltiplas técnicas, educa os seus “filhotes”, vive da caça, é nômade, é “artista” (de uma arte naturalista e animalista), está impregnado de cultura mágica, dotado de cultos e crenças, e vive dentro da “maternidade primitiva” marcada pela participação mística dos seres pelo raciocínio concreto, ligado a conceitos imagens e pré-lógico, intuitivo e não argumentativo... (CAMBI, 1999, p.58).

Através dos relatos históricos percebe-se que neste período a educação se torna primordial para a sobrevivência dos grupos e essencial para a transmissão e desenvolvimento cultural. Do ponto de vista fisiológico, o ser humano inicia aqui um processo de desenvolvimento cerebral, onde utiliza cérebro e músculos para extrair da natureza o que precisa e assim, inicia um processo de consciência de si, de necessidade de autoconhecimento, mesmo que ainda de maneira rudimentar. O desenvolvimento da cultura social e a necessidade de transmiti-las as gerações futuras abre caminho para uma necessidade educacional que irá se consolidar a medida que as transformações culturais, provocadas pelo meio ambiente irão se consolidando. Para essa fase se deu o nome de período Neolítico⁶.

O período Neolítico é tratado como um período de “revolução cultural”. É o período onde o homem aumenta seu poder de consciência, inclusive consciência do abstrato. Com o aquecimento da crosta terrestre aos poucos o degelo acontece, provocando mudanças climáticas consideráveis que irão causar o aumento do nível do mar, e com isso o aparecimento de rios e desertos. A fauna e a flora sofreram mudanças consideráveis, o que possibilita o aparecimento das primeiras civilizações agrárias⁷.

As transformações do ambiente aliadas as conquistas técnicas permitiram ao ser humano exercer certo controle sob a natureza. Fixado as margens dos grandes rios ele passa a domesticar animais (para obtenção da carne, leite, couro e força de tração), a cultivar e reproduzir plantas, armazenar e estocar parte da produção, o ser humano enriquece e aperfeiçoa suas técnicas (para cuidar da terra, fabricar utensílios como vasos, e outros de uso doméstico). Dava-se início as grandes transformações que iriam definitivamente influenciar as relações humanas. Aqui, o homem adquire um modelo de sobrevivência, que será separado de forma hierárquica e de gênero dentro do grupo.

⁶ (CAMBI, 1999, p. 58).

⁷ (BURNS, 2003, p.10-11).

A revolução Neolítica é também uma revolução educativa: fixa uma divisão educativa paralela à divisão do trabalho (entre homem e mulher, entre especialistas do sagrado e da defesa e grupos produtores); fixa o papel-chave da família na reprodução das infraestruturas culturais: papel sexual, papéis sociais, competências elementares, introjeção da autoridade; produz o incremento dos locais de aprendizagem e de adestramento específicos (nas diversas oficinas artesanais ou algo semelhante; nos campos; no adestramento; nos rituais; nas artes) que, embora ocorram sempre por imitação e segundo processos de participação ativa no exercício de uma atividade, tendem depois a especializar-se, dando vida a momentos ou locais cada vez mais específicos para a aprendizagem (CAMBI, 1999, p.59).

A forma que Cambi (1999) retrata o período Neolítico como sendo o período da Revolução Educacional remete a uma reflexão de que talvez seja esse o momento que a função de ensinar tenha nascido, momento esse que se tornava essencial repassar tudo aquilo que era considerado importante, seja pela simples imitação, emissão de som, ou qualquer outro tipo de processos comunicacionais.

Na fase final do período “Neolítico”, descobriu-se a possibilidade dos metais, ocasionando o aperfeiçoamento de armas e instrumentos de trabalho. A transição da história humana possibilitou mudanças profundas de caráter econômico, político e social, sendo que tomou-se consciência de que detinha o poder e riqueza, aquele que controlasse os recursos básicos como água e terras férteis.

O desenvolvimento agrícola e pastoril, fez com que aquele povo que até então nômade, fixasse suas residências as margens dos grandes rios para melhor desempenho de suas atividades. As “Instituições se tornaram mais duradouras”⁸, o que colaborou para um aumento populacional e assim, a necessidade de organização daquele povo, que se deu através da criação do Estado, nasce nesse momento às sociedades Hidráulicas e com elas surgem os problemas de ordem social e educacional.

Os critérios utilizados como justificativas para estabelecer e explicar a criação do Estado, está no desenvolvimento agrícola e no crescimento populacional, sendo que se tornava indispensável criar meios que auxiliassem na organização social. Os modelos de organização que essas sociedades seguem são modelos patriarcais, onde os governantes assumem o papel de protetores, definem instituições que auxiliem na organização,

⁸ Pode-se definir uma instituição como uma combinação de crenças e atividades grupais, organizadas de maneira mais ou menos permanente, com vistas à consecução de algum objetivo do grupo (BURNS, 2003, p.12).

conservação, transmissão de crenças e divisão de trabalho. Uma vez que os antigos costumes, não seriam suficientes para definir os direitos e deveres dessa sociedade, que agora dedicavam suas atividades a agricultura, ao pastoreio e estava aberta ao comércio.

A criação do Estado, por mais importante que tenha sido, trouxe com ela o choque de interesses pessoais e a desigualdade na distribuição das riquezas, tornando-se necessárias novas medidas de controle social, através da criação de um governo soberano.

O desenvolvimento das sociedades hidráulicas foi papel-chave no surgimento e origem das grandes civilizações que, envoltas por grandes rios começaram a organizar suas vidas adquirindo um modelo particular de sobrevivência levando em conta uma complexa relação entre fatores sociais, demográficos, técnicos, políticos e religiosos, o que nos leva a compreender a constituição das primeiras estruturas urbanas ou cidades. As primeiras sociedades hidráulicas nascem no extremo Oriente com a China e Índia, acolhendo uma população numerosa que organizam suas vidas por meio da religião e do Estado. Essas sociedades eram ligadas ao cultivo de grãos e aos problemas relacionados com a irrigação. Essas sociedades provocarão certa influência no surgimento das sociedades ao longo do ocidente.⁹

O surgimento dos núcleos urbanos torna o ser humano um ser definitivamente sedentário. As transformações na produção e nas técnicas agrícolas foram fundamentais para a sobrevivência das pessoas nesses grandes centros urbanos que aqueciam o comércio através das atividades de troca. Foi assim que a distinção de trabalho teve início, distinção de trabalho no campo e trabalho nas cidades e assim, que as diferenciações sociais de poder, desde então, desconhecidas começaram a se construir.

A expansão e diversificação social proporcionou o surgimento de várias funções, abrindo espaço para o trabalho técnico especializado como o de ceramistas, ferreiro, dentre outros. O comércio se tornou fundamental para os trabalhadores urbanos, pois era através do mercado de troca que a sobrevivência humana se tornava possível.

As primeiras grandes civilizações se expandiram numa região chamada de "Crescente Fértil", que passava pela região dos Sumérios ao sul da Mesopotâmia, estendendo-se até o Egito. Alguns fatores foram essenciais para a organização dessas regiões, destacando-se a

⁹ (BURNS, 2003, p. 16-17).

expansão agrícola, o desenvolvimento técnico comercial e a centralização política a partir da reunião de várias tribos para proteção ou ataque.

O intenso comércio na região, o trabalho coletivo as atividades administrativas foram importantes no desenvolvimento da escrita. Os Sumérios, organizadores da primeira civilização que ficava ao sul da Mesopotâmia, desenvolveram técnicas de irrigação e técnicas que auxiliariam no registro das atividades e transmissão do conhecimento. Surgia aqui a escrita, chamada de escrita cuneiforme. O nome se dá devido ao instrumento com forma de cunha que dava forma aos símbolos depositados em placas úmidas de argila e que depois eram colocados ao sol para secar. Esse processo alterou profundamente as formas de transmissão de conhecimento que até então eram feitas através da linguagem oral e espontânea por parte dos mais velhos através de suas experiências adquiridas e repassadas de geração a geração. Inicia-se aqui um processo de Revolução Cultural, na qual a educação passa a ser processo de transformação e aprendizagem e não somente de saberes técnicos operacionais.

Com o desenvolvimento da escrita se vê cada vez mais necessário a institucionalização dessa aprendizagem e com isso nasce a necessidade de pessoas especializadas para exercerem esse tipo de ensino.

1.2 A educação nas sociedades pré-clássicas

Para se compreender o processo de construção histórica da profissão docente e seu significado etimológico da palavra docente, é necessário voltar às primeiras civilizações, e verificar como se organizavam socialmente, quais elementos influenciaram na formação das sociedades e como essa organização veio a influenciar o ensino e sua transmissão.

As pesquisas realizadas por arqueólogos e estudiosos em busca das civilizações antigas durante séculos tinha como propósito encontrar traços históricos dos povos assírios e babilônios que ocuparam a região Mesopotâmia e que tinham consideráveis informações a partir de fontes gregas e hebraicas. Até então, não se sabia nada do povo Sumério não havia nenhum traço reconhecível de seu povo em toda literatura.

Segundo alguns estudos, a ocupação dessa parte do Oriente Médio que se situava entre os rios Tigre e Eufrates se deu fundamentalmente pelo regime de cheias e vazantes desses

rios, que fertilizavam as terras da região e garantiam a prosperidade dos povos que ali situavam e que por sua vez, serviam de atração para a chegada de novos povos que ao longo desse processo acabariam por contribuir para a construção dos primeiros centros urbanos promovendo uma intensa troca de valores, cultura e costumes, travando guerras que se seguiram transformando a região e a história da humanidade.

Os estudos propõem que a ocupação dessa porção do Oriente médio aconteceu cerca de 4000 a.C., ou seja 6000 anos atrás e que os primeiros povos que ali habitavam foram os povos vindos de regiões da parte central da Ásia e regiões montanhosas da Eurásia, esses povos foram os primeiros a integrarem a civilização da Suméria e cerca de mil anos depois há registros de povos semitas que originaram as civilizações acadianas, que liderada pelo Rei Sargão de Akkad, mais tarde acaba por dominar a Suméria e influenciar na cultura e política da região.¹⁰

Em escavações realizadas em parte do Oriente Médio, região conhecida como Mesopotâmia, foram encontrados artefatos e tabuletas de argila contendo registros que revolucionariam a história da humanidade e todo processo de desenvolvimento cultural e intelectual. As tabuletas de argila encontradas em escavações feitas na região datavam “um bom milênio antes dos hebreus escreverem a bíblia e os gregos a Iliada e a Odisseia, encontramos uma literatura rica e madura que consiste de mitos e contos épicos, hinos e lamentos, e numerosas coleções de provérbios, fábulas e ensaios”¹¹ (KRAMER, 1981, p.XXII, tradução nossa), elas eram de origem sumeriana e continham informações não só da organização comercial e administrativa, elas continham informações das organizações políticas, religiosas, educacionais e sobre o dia a dia e modo de vida desse povo.

Estudiosos do povo Sumério acreditam que a invenção da escrita e seu desenvolvimento foram essenciais para as primeiras formas de ensino da época aos aproximadamente 5000 anos atrás, pois ela possibilitava armazenar o conhecimento e transmitir aos outros. Segundo o estudioso do povo Sumério, Samuel Noah Kramer (1981):

Os primeiros documentos escritos foram encontrados na cidade Suméria de Uruk, Eles consistiam em mais de mil pequenos tabletes de argila com inscrições pictográficas contendo dados econômicos e administrativos, como se fossem memorandos. Mas entre eles constam tabletes que contém listas de

¹⁰ (KRAMER, 1981, p. XX, Tradução Nossa)

¹¹ “a good millenium before the hebreus wrote their Bible and the greeks theis Iliad ad Odyssey. We find a rich and mature literature consisting of myten and epic tales, hymns and hamentations, and numerous collections of proverbs, fables, and essas (KRAMER, 1981, p.XXII, Tradução nossa).

palavras cujo objetivo era o estudo e a prática. Ou seja. A cerca de 3000 a.C., alguns escribas já estavam pensando em termos de ensino aprendizagem. O processo foi lento, mas em meados do terceiro milênio, devem ter existido uma série de escolas em toda a Suméria, onde a escrita era formalmente ensinada. (KRAMER, 1981, p.3, tradução nossa).¹²

Em escavações realizadas no período de 1889 a 1903, foram encontradas inúmeras placas de argila que hoje fazem parte da coleção do Museu da Universidade da Filadélfia, do Museu do Antigo Oriente e outros museus espalhados pelo mundo, estas placas foram encontradas todas concentradas em um mesmo local e datadas em 2500 a.C. Acredita-se que o local onde essas placas foram encontradas sejam locais destinados ao ensino e que essas placas serviam como material didático, mesmo que rudimentares, elas tinham finalidades semelhante aos nossos livros escolares, pois, a maioria delas apresentava várias cópias que pareciam ser reproduções de um mesmo documento, o que serviu de ajuda para a recuperação e análise do material que foi encontrado na sua maioria fragmentada. As placas continham inscrições de caráter econômico e administrativo, mas algumas apresentam fatos da vida cotidiana e do ambiente onde se realizavam as atividades de ensino que aqui para melhor entendimento chamaremos de escola.

Segundo Kramer (1981) em escavações realizadas pelo alemão Nikolaus Schneides um especialista em escrita cuneiforme, foi possível provar através de dados concretos como eram organizada as escolas sumérias, qual o perfil dos responsáveis por transmitir o saber e daqueles que recebiam a educação, sua finalidade e como ela foi essencial para todo processo de ensino, lembrando que pouco se sabe do currículo¹³, o único dado que temos é que os estudos consistiam basicamente de cópias e imitações de trabalhos pré-existentes.

Acredita-se que as escolas sumérias funcionassem junto aos templos e que seus estudantes vinham de famílias abastadas e com alto poder aquisitivo. A escola possuía uma hierarquia organizacional, onde o “*ummia*” era o dirigente e “Professor”¹⁴, ou seja, quem exercia a docência nessa escola, pois ele era o escriba que possuía um alto grau de

¹² The first written documents were found in a Sumerian city named Erech. They consist of more than a thousand small pictographic clay tablets inscribed primarily with bits of economic and administrative memoranda. But among them are several which contain word lists intended for study and practice. That is, as early as 3000 B.C., some scribes were already thinking in terms of teaching and learning (KRAMER, 1981, p.3).

¹³ O termo currículo está sendo utilizado como apoio para indicar os tipos de atividades, as formas de orientação bem como sua organização.

¹⁴ Head of the Sumerian school was the ummia, "expert," "professor," (KRAMER, 1981, p.5, Tradução Nossa). O autor se refere ao termo professor entre aspas, para denominar os profissionais que exerciam a docência, por não ter um termo apropriado para designar a esses profissionais.

conhecimento e domínio da escrita, ou “pai da escola” como eram chamados, a eles cabia à função de ensinar a escrita, punir quando necessário, designar o que deveria ser ensinado e remunerar aqueles que colaboravam com o ensino. A escola contava também com o “irmão maior” que exercia a função de assistente dessas salas de aula, a ele cabia à função de preparar os tabletes de argila e examinar as cópias feitas desses tabletes pelos alunos, sabe-se que ele também auxiliava o “pai da escola” com explanações e discursos orais dos conteúdos. As placas registram a presença de um monitor que era a pessoa responsável pelo preparo das placas como modelagem das mesmas, em argila, secagem do material reproduzido pelos alunos e era esse monitor o responsável em garantir a presença do aluno nas aulas, há também a presença do “homem do chicote”¹⁵, cabia a ele punir o aluno quando necessário, isso nos leva a crer que a escola suméria pelo que tudo indica partia de um sistema autoritário.

Apesar de não se saber muito sobre os métodos e práticas de ensino, em algumas placas são registrados o cotidiano vivido pelos “professores” e alunos dessa escola. Semelhante ao nosso ensino, os “Professores” eram os responsáveis por preparar os conteúdos a serem estudados e depois grafados nas placas que seriam reproduzidas por imitação pelos alunos, eles “preparavam várias placas contendo problemas matemáticos detalhados juntamente com suas soluções. No campo da linguística o estudo da gramática sumeriana foi bem representado pelos tabletes escolares” (KRAMER, 1981, p.7, tradução nossa)¹⁶.

Pelo pouco que se sabe do funcionamento da escola suméria, um fator fica evidente de que a maioria dos que se graduavam nestas escolas tornavam-se escribas a serviço dos ricos e os poderosos da terra, mas havia os que dedicaram por toda sua vida ao ensino, a estudar e a ensinar e no tempo livre escrever. Sobre sua remuneração não se sabe ao certo, mas sabe-se que cabia ao “pai da escola” cobrar taxas dos estudantes e repassar uma pequena parte em forma de pagamento a esses professores. Segundo Kramer (1981), “como o professor universitário de hoje, muitos desses estudiosos antigos dependiam de seus salários de ensino para a sua subsistência”¹⁷.

Segundo Kramer (1981), o escriba educador, ou “professor” da época, mesmo sem o conhecimento profundo da psicologia humana, ele possuía provavelmente certo grau de

¹⁵ a man in charge of the whip (KRAMER, 1981, p.6, Tradução Nossa).

¹⁶ “prepared various mathematical tablets and many detailed mathematical problems together with their solutions” (KRAMER, 1981, p.7)

¹⁷ “Like the university professors today, many of these ancient scholars depended on their teaching salaries for livelihood” (KRAMER, 1971, p. 231)

sensibilidade. Em alguns tabletes encontrados e traduzidos, é possível reconhecer através de relatos de alguns desses docentes da época que os elogios e recomendações serviam de estímulo para seus alunos, mas fica claro que os erros e falhas não pareciam ser aceitos, pois incitavam a punição. As relações professor-aluno se estabeleciam de forma autoritária, mas isso é perfeitamente compreensível, pois as escolas da época, diferente das nossas escolas de hoje, tinham como principal objetivo ensinar o escriba a escrever e registrar o idioma sumério, enquanto que em nossas escolas de hoje “cabe ao educador cuidar para que o fazer do aluno se torne expressão do seu ser” (LAROSSA, 2000, p.89).

Para Jaeger (1994),

...todo povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite sua pluralidade Física e espiritual. Com a mudança das coisas, mudam os indivíduos; o tipo permanece o mesmo. Homens e animais, na sua qualidade de seres físicos, consolidam a sua espécie pela procriação natural. Só o homem, porém consegue conservar e propagar a sua forma de existência social e espiritual por meio das forças pelas quais a criou, quer dizer, por meio da vontade consciente e da razão. O seu desenvolvimento ganha por elas um certo jogo livre e que carece o resto dos seres vivos, se pusermos de parte a hipótese de transformações pré-históricas das espécies e nos ativermos ao mundo das experiências dadas (JAEGER, 1994, p.3).

A entrada do povo semita na Mesopotâmia provocou lutas pelo poder e domínio da região que se seguiram durante séculos e enquanto isso o comércio se tornava amplo, e a educação se desenvolvia e se disseminava através da criação de mais estabelecimentos de ensino, os conhecimentos matemáticos e a escrita tornavam-se mais especializados, os princípios médicos começavam a se estabelecer mesclando ervaria e magia. Segundo Kramer (1981), a conquista dos semitas acadianos sobre os sumérios não foi suficiente para extinguir a cultura suméria, eles tomaram emprestado a escrita, mesmo depois da língua falada ter se tornado extinta, sendo que foi necessário que os professores sumérios preparassem os mais antigos dicionários conhecidos pelo homem, para que os semitas estudassem com afinco os trabalhos literários deixados pelo povo sumério. A expansão semítica acadiana fez com que novos estados surgissem, “entre os quais Mari, Babilônia e Assíria, dava-se início a uma nova fase histórica: de domínio, de expansão, de desenvolvimento técnico e cultural” (CAMBI, 1999, p.64).

Por volta do ano de 1800 a.C. a 1700 a.C., o rei Hamurabi constrói seu império através de conquistas realizadas na região da Mesopotâmia. Ele foi o primeiro rei do Império Babilônico e durante cerca de cinquenta e oito anos aproximadamente, como mostram os estudos ele constrói seu império e governa seu povo sob leis severas regidas pelo “Código de Hamurabi”¹⁸, que punia severamente aquele que não o seguisse.

Nesse período o templo exercia um importante papel junto ao povo, era o local onde as tradições, as crenças e, sobretudo, as técnicas e o ensino eram disseminados.

Segundo Cambi (1999):

Dada à centralidade da religião, centralíssima era a função social dos sacerdotes: verdadeira casta de poder, que levava uma vida separada e se dedicavam a atividades diferentes dos outros homens, ligadas aos rituais e à cultura. Eram sobre tudo os depositários da palavra, os conhecedores da técnica da leitura e da escrita, nas duas culturas e línguas que alimentavam a vida do país (o sumério: língua culta e de culto; o acádio: língua da vida cotidiana e da comunicação. Os sacerdotes eram os depositários da formação como também da tecnocrática, médica etc.) ligada a um ‘processo de imitação’ e conferida com ‘extrema seriedade’ (CAMBI, 1999, p.65).

A influência dos sumérios e semitas, ainda estava presente em todas as formas políticas, religiosas e educacionais, mas ainda permanecia o princípio de desenvolvimento técnico.

A queda dos babilônios pelos Assírios e mais tarde seu ressurgimento com Nabucodonosor, que estendeu seu império através de conquistas militares, passando por parte da Fenícia, Síria, Palestina e Reino de Judá e chegando até o Egito, onde desenvolveu uma política de paz até a queda definitiva do seu império tomado pelos persas.

Estudiosos das civilizações antigas ao compararem a civilização mesopotâmica com a egípcia, destacam muitos aspectos divergentes quanto à história política e cultural desse povo, esse fator segundo Burns (2003), pode ter ocorrido devido o isolamento geográfico do Egito, que impedia a entrada de novos povos vindos de outras regiões, além das condições que a natureza proporcionava ao povo, que as margens do Rio Nilo dependiam das vazantes para desenvolvimento da agricultura, o que por muito tempo foi um problema que mais tarde se

¹⁸ O Código de Hamurabi é o código de leis que tornou-se a base do direito de quase todos os povos semitas, babilônios, assírios, caldeus e hebreus. Considera-se que esse código de leis tenha sido uma revisão do código dos sumérios (BURNS, 2003, p.41).

resolveu com a irrigação. No entanto são destacadas importantes semelhanças entre essas civilizações no que se refere às leis, educação e o progresso das ciências.

Segundo Cambi (1999) “Todo saber-religioso e técnico era ministrado no templo, pela casta sacerdotal que representava o grupo intelectual daquela sociedade hierárquica”. (CAMBI, 1999, p.67). A educação tanto na Mesopotâmia, quanto no Egito era movida segundo modelos de classes, onde os ricos e poderosos eram os que tinham acesso.

Os responsáveis pelo ensino no Egito eram os sacerdotes intelectuais, eles ensinavam através da escrita hieroglífica¹⁹ o ofício de escriba, para que eles atuassem como sacerdotes ou escribas a serviço dos poderosos. Ao lado da escrita, a matemática se desenvolvia através da aritmética e da geometria, a astronomia, a engenharia e a medicina também ganhavam espaço e tinham importância a aquele povo.

A educação nos estabelecimentos de ensino era complementada com uma educação familiar, atribuída, primeiro a mãe e depois ao pai e outros familiares, essa educação se fazia nas casas e oficinas familiares, onde se ensinava o ofício de artesão aos filhos através do processo de observação e imitação. Havia também a educação dedicada à casta de guerreiro que era fornecida como forma de adestramento através da música e da ginástica. Segundo Manacorda (2006), em alguns documentos deixados fica evidente que “a instrução era um fato interno à família, como para qualquer outra atividade profissional, ou um escriba que está formando seu aprendiz, sempre considerado como filho” (MANACORDA, 2006, p.20). De acordo com Manacorda, qualquer profissional que dominasse uma técnica ou arte, tinha a função de ensiná-la a um “filho”, para que seus conhecimentos se perpetuassem através de seus ensinamentos, tornando-se “exclusiva, convertendo-se ela mesma no ofício ou profissão do escriba e, neste caso, ele é essencialmente o mestre” (MANACORDA, p.21).

A educação egípcia era oferecida em instituições chamadas “Casa da Vida”²⁰, elas ofereciam um ensino de nível superior e funcionavam como “depósitos do saber”. Os sacerdotes intelectuais que atuavam nessas instituições contribuíram não só para o ensino da escrita e da matemática, através do estudo e ensino das ciências eles iniciaram um processo de

¹⁹ Hieroglífica (termo derivado do grego que significa “gravura sagrada”), tipo de escrita relacionada com caráter pictográfico das origens e depois estilizada em ideogramas ligados por homofonia e por polifonia, e em seguida por contrações e junções figuras, eles eram utilizados para denotar objetos concretos e abstratos (BURNS, 2003, p.30).

²⁰ Era o nome dado à instituição existente no Antigo Egito, dedicada ao ensino no seu nível mais avançado, funcionando igualmente como biblioteca, arquivo e oficina de cópia de manuscritos. As Casas de Vida eram acessíveis apenas aos escribas e aos sacerdotes (MANACORDA, 2006, p. 21).

questionamento e uma necessidade de explicação sobre as coisas do universo, suas causas e seus efeitos, que se reproduziam constantemente diante dos ciclos de acontecimentos naturais. Segundo Burns (2003), talvez aqui tenha se iniciado um processo de pensamento “filosófico ético”, ligado basicamente às questões políticas, de conduta individual, de justiça social, que embebidos de ensinamentos religiosos cultuavam o poder divino do Faraó e de divindades. Embora a capacidade reflexiva do homem tenha sofrido um longo processo para que se fosse chamada de filosofia, e que só vai acontecer mais tarde na Grécia no final do século VII e início do século VI a.C.²¹

Os egípcios foram os responsáveis por contribuir para última etapa da evolução da escrita que no início compunha-se de sinais pictográficos caracterizando objetos concretos e que mais tarde vieram caracterizar o abstrato. Aos poucos surgiram caracteres alfabéticos para compor a escrita.

Segundo Burns;

Não obstante, deve-se atribuir aos egípcios a invenção do princípio do alfabeto. Foram eles os primeiros a perceber o valor dos símbolos singulares para cada um dos sons da voz humana. Os fenícios simplesmente copiaram esse princípio, baseavam nele seu próprio sistema de escrita e difundiram a idéia entre as nações vizinhas. Em última análise, portanto, o alfabeto egípcio foi o antepassado de todos os demais que vieram a ser usados no mundo ocidental (BURNS, 2003, p.30-31).

O povo fenício, que era de origem semita e carregava consigo a influência dos povos mesopotâmicos e egípcios. Situados em uma região estreita e vizinha de civilizações hebraicas, de povos cananeus, araneus dentre outros, os fenícios constituíram um vasto império de navegação e mantinham relações comerciais com várias regiões do Mediterrâneo. O povo fenício deixa como legado uma contribuição que será a mais significativa dessa cultura, a descoberta do alfabeto com 22 consoantes, que fará com que sua escrita sob a vantagem de possuir um menor número de caracteres seja adotada e desenvolvida mais tarde por povos gregos e romanos se tornando assim, matriz do que a nossa escrita é hoje. “A primeira produção do alfabeto aconteceu em Biblos (um dos centros da Fenícia), que deu, aliás, nome ao livro (biblos em grego), pelas indústrias de papiro que ali se encontravam” (CAMBI, 1999, p.69).

²¹ (BURNS, 2003, p. 29).

Os modelos educacionais desse povo são modelos influenciados pelas civilizações mesopotâmicas, egípcias e civilizações sem escrita, elas são baseadas em uma educação de massa oferecida pelos centros religiosos e complementada pela família. O ensino era oferecido nos centros religiosos, e cabia a eles desenvolver e transmitir o saber técnico intelectual ao estudante através da colaboração de três figuras que compunham o quadro de educadores: os “bardos”, aos “profetas”, aos “sábios”. Os Bardos eram os responsáveis por transmitir oralmente os poemas, as lendas e a história, os profetas transmitiam o conhecimento através de revelação previa dos Deuses, era um ensino que misturava política, religião e misticismo e os sábios eram aqueles que apresentavam um alto grau de conhecimento técnico e auxiliavam na transmissão conhecimento.²²

Ao norte da Fenícia o povo hebreu se estabeleceu e trouxe com ele uma cultura religiosa singular, os hebreus foram os primeiros a acreditar em um só Deus, que eles denominavam de *Iave*²³ ou Jeová, que segundo Burns (2003), “foi grafado erroneamente” (BURNS, 2003, p.64). A origem dos hebreus assim como os outros povos vem da Mesopotâmia, eles eram povos nômades que viviam do pastoreio.

O legado desse povo se inicia por volta do ano 2000 a.C. aproximadamente, segundo afirmam as Sagradas Escrituras, com o aparecimento de uma divindade *Iave* a Abraão patriarca desse povo, afirmando ser o protetor e criador de tudo que existia. Iave ordenou a Abraão que caminhasse pelo deserto guiando seu povo até a chamada Terra prometida que ficava situada entre a Suméria e o Egito, onde encontrariam prosperidade e fartura. Abraão seguindo os conselhos guiou seu povo até uma região a noroeste da mesopotâmia, onde mais tarde é seu neto Jacó, também chamado de Israel quem inicia a ocupação. Ao chegar a terra prometida o povo hebreu se deparou com uma civilização já existente na região e para escapar da fome, por volta de 1600 a.C., segue junto com outros hebreus até o Egito e lá segundo a história o povo hebreu ou judeu como foi chamado, se multiplica, passando a ser motivo de preocupação para Faraó que temendo uma rebelião desse povo contra o povo egípcio, os tornam escravos. Segundo Burns (2003) “por volta do ano de 1300 à 1250 a.C., seus descendentes encontram Moisés, que os libertou da escravidão e os persuadiu a adorar Iave e mais tarde, Moisés reúne várias tribos e conquista a terra de Canaã” (BURNS, 2003, p.60).

²² (CAMBI, 1999, p. 69-70).

²³ *IAVÉ* ou “*YHWH*”, ninguém sabe como se pronunciava esta palavra, mas os especialistas em geral concordam que era proferida como se estivesse escrito “*IAVÉ*” (BURNS, 2003, p.64).

A ocupação de Canaã foi lenta e difícil para os hebreus, pois antes de completar sua conquista encontra o povo filisteu vindos da Ásia menor e de ilhas cretenses ao sul do mar Egeu, com quem travaram lutas que transcenderam a história.

A nação hebraica até então era orientada sob os dez mandamentos e uma longa legislação moral, judicial e cerimonial esculpida por Moisés e governada por juízes que mais tarde serão substituídas pela monarquia, primeiro com Saul e depois com David, famoso na história da bíblia por travar lutas com o General filisteu Golias. O reinado de David tem como sucessor seu filho Salomão, que é descrito pela tradição dos hebreus como um dos mais sábios e esclarecidos governantes de toda história. “Os fatos de sua vida oferecem pouca base para tal crença” (BURNS, 2003, p.61), pois durante seu império construiu um imenso templo na cidade de Jerusalém, sob a cobrança abusiva de impostos e obrigando o seu povo a exercer trabalho escravo. Após a morte de Salomão uma revolta aberta acontece, dividindo a nação e que mais tarde foi destruída pelos assírios sob o império da Nabucodonosor. Os conflitos se seguiram pelo domínio dessa região, lutas foram travadas e a escravidão só acaba com a invasão feita pelos persas, e que depois acabam por cair sob o domínio romano.

A educação do povo hebreu dava-se inicialmente em casa e era baseada em um ensino religioso, sob um regime patriarcal, de domínio do homem sob a esposa e os filhos e depois era oferecida nos templos que contavam com os sacerdotes, profetas ou escribas, para desempenhar o papel de professores. “Para o povo hebreu, educação e religião eram uma só e quanto aos profetas, os educadores de Israel, inspirados por Deus e continuadores do espírito de sua mensagem ao ‘povo eleito’: deviam educar com dureza, castigar e repreender também com violência, já que sua denúncia é em razão de um retorno ao papel atribuído por Deus.” (CAMBI, 1999, p.70).

Os profetas educavam o povo hebreu através de passagens bíblicas e de provérbios e em casa diante da figura do pai que educa os filhos com severidade. Os métodos de ensino utilizados eram baseados na memorização de passagens bíblicas e provérbios que eram proferidos desde que a criança aprendia a falar, isso sob a severidade do pai que desde a infância baseava a educação dos filhos no provérbio “[...] quem economiza porrete, odeia o próprio filho’...” (CAMBI, 1999, p.70).

A educação era oferecida também a algumas meninas vindas de famílias ricas de maneira restrita sob a forma de tutoria. Primeiramente elas recebiam orientações da mãe que

lhes ensinava os afazeres domésticos e como se portar submissamente diante do marido e da sociedade e aos tutores cabia à função de lhes ensinar a música, a dança, a ler e escrever.

A educação hebraica apesar de parecer arcaica, é composta de uma literatura rica, que promove a instrução através da identidade cultural e histórica do seu povo. A fonte histórica para o conhecimento dessa civilização está quase que exclusiva do Antigo Testamento²⁴ contido na Bíblia. Durante muitos séculos antes do nascimento de Jesus Cristo, o povo hebreu manteve registros de toda sua história e do relacionamento que eles tinham com Deus e isso se deve ao trabalho desempenhado pelos sacerdotes, escribas, profetas, poetas e reis desse povo. A composição desses registros históricos foi repassada de geração a geração graças ao processo de compilação e reprodução exercido pelos escribas da época.

Segundo Jaeger (1994),

A educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu exterior como na sua estruturação interna e desenvolvimento espiritual; e, uma vez que rege a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade (JAEGER, 1994, p.4).

A cultura hebraica exerceu influência sobre o cristianismo e a “formação da cultura cristã, até mesmo pedagógica, justamente pelo seu aspecto de mediador entre as sagradas escrituras e tradição helenística” (CAMBI, 1999, p.71). Com uma filosofia profunda e crítica, presente na Eclesiastes no Antigo Testamento que os hebreus se destacam em relação a outros povos, anteriormente aos gregos. Talvez tenha sido através da interpretação Bíblica e da utilização de elementos da filosofia de Platão, feitos por Filon de Alexandria, o judeu (a aproximadamente 10 a.C. e 50 d.C.), que o cristianismo e toda formação cultural e educacional tenham sido formadas, e assim, o desenvolvimento dos aspectos educativos, valorizando o aprendizado das artes liberais desde a infância como instrumento do saber e das virtudes.

²⁴ Também conhecido como Escrituras Hebraicas, tem 46 livros e constitui a primeira grande parte da Bíblia cristã, 1 2 e a totalidade da Bíblia hebraica. Foram compostos em hebraico ou aramaico (http://pt.wikipedia.org/wiki/Antigo_Testamento).

2 A antiguidade clássica greco-latina: educação e docência

Findados os anos 700 a.C., outros centros civilizatórios do mundo Ocidental apareceram e passaram a se destacar culturalmente, trazendo consigo novas culturas. Estas duas novas culturas Grécia e Itália despontaram influenciadas junto ao Oriente próximo e trouxeram consigo contribuições acerca das suas culturas e pensamentos que se estenderam ao longo da história chegando até os dias de hoje. As riquezas contidas na poesia, na arte, no pensamento demonstraram ao longo da história o quão importante essas duas culturas foram para o desenvolvimento integral do homem.

Através dos elementos envolvidos para a formação do homem, o capítulo trará por meio da contextualização histórica os importantes acontecimentos que marcaram o despontar dessas culturas através do seu pensamento e de todas as formas artísticas, culturais, políticas, sociais e educacionais. Para Jaeger, “todo povo que atinge certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Este é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual” (JAEGER, 1994, p.2), para ele a educação atuará como criadora de uma força vital, que atingirá sua maior intensidade à medida que o homem for se desenvolvendo.

2.1 A educação grega e sua influência no ocidente

Para se compreender melhor processo de desenvolvimento do exercício da docência e da educação na cultura grega, primeiramente se faz necessário fazer uma breve contextualização histórica da época.

A origem do povo grego é antiga, mas não tão antiga como os sumérios, semitas, egípcios e hebreus. Localizada em uma região geograficamente recortada por golfos, cercada por ilhas e banhada pelos Mares: Jônio, Egeu e a leste pelo Mar Mediterrâneo, na Península Balcânica, a região não era muito favorecida, pois os terrenos eram muito acidentados e havia poucas planícies e terras férteis, o que levou o povo a construir suas cidades onde quer que os terrenos fossem férteis ou próximos ao mar para facilitar o embarque e desembarque de mercadorias.

A proximidade com outras terras possibilitou que as comunidades gregas expandissem seu domínio por todo mediterrâneo, desde o norte da África, Itália, Península Ibérica e Costa Francesa, fazendo com que sua cultura se tornasse mesclada pela influência de etnias e culturas de povos que habitavam as regiões banhadas pelo mar mediterrâneo, mas somente a partir do século VI e V a.C. que os gregos passaram a influenciar política e filosoficamente o mundo, que até então, tinham como forças políticas os povos mesopotâmicos e egípcios. O povo hebreu até então, possuía uma política de pouca importância, desconhecida pelo povo da época, entretanto, suas leis e ideias contidas no Antigo Testamento, desconhecida pelo povo da época somente mais tarde vieram a revolucionar o mundo.

Por volta do ano de 1500 a.C., quando os hebreus eram escravos no Egito, a Ilha de Creta começa a ser ocupada por uma civilização que recebe o nome de Civilização Minoica. Essa civilização era formada por marinheiros que criaram cidades famosas por aproveitarem a geografia da ilha em sua defesa e a seu favor.

As cidades não possuíam muralhas para se defenderem, elas utilizavam as montanhas e suas frotas de navios como muros para cercar a ilha que era comprida e estreita e assim garantiam que ela não fosse tomada por invasores. Essas cidades apresentavam uma organização econômica bem sucedida, graças ao vasto domínio marítimo e os indícios de igualdade social entre homens e mulheres, embora existissem grandes distinções sociais e econômicas, o povo parecia desfrutar de certo conforto advindo de uma arquitetura admirável com moradias e palácios deslumbrantes, onde a arte estava presente em todas as formas e se identificavam culturalmente com as artes do oriente.

Apesar de toda a organização das cidades elas não tinham como se prevenir contra os desastres naturais, elas tinham que conviver com as constantes ameaças dos tremores de terra e erupções vulcânicas. A aproximadamente 1200 a.C., a erupção de um vulcão na Ilha de Santori, fez com que os cretenses fugissem fixando-se ao sul da Grécia no território chamado Peloponeso, ali, juntamente com os povos indo-europeu que já habitavam a região fundaram a cidade de Micenas. Segundo Burns, “foi essa civilização que veio a dominar o mundo egeu depois de 1500 a.C. aproximadamente e que ganhou predominância na própria ilha de Creta” (BURNS, 2003, p.77).

As realizações culturais, intelectuais e de ensino estavam ligadas assim como no oriente ao comércio e a religião, “sendo que os escribas parecem ter desfrutado do monopólio

do saber, mantinham registros rigorosos de todos os aspectos da vida” (BURNS, 2003, p.79). Através do sistema de escrita hieroglífica dos egípcios, com quem mantinham relações comerciais, o povo minóico criou seu próprio sistema de escrita, o sistema de escrita o linear A, descoberto por Sir Artur Evans²⁵, mas ainda não decifrado e mais tarde esse tipo de escrita teria evoluído para o sistema de escrita linear B com influência dos povos micênicos, que utilizavam esse tipo de escrita somente para fins administrativos e de registros de funcionários e trabalhadores como Baldry (1969)²⁶ apresenta.

O gosto pela arte, pela música, pela dança, pelos jogos e competições de todos os tipos, exercia sobre o povo uma atração que fazia com que os gregos se sobressaíssem sobre os outros povos da antiguidade, que baseado em indícios visuais e arqueológicos sugere ser o povo grego, o mais livre e progressista de toda humanidade.

A cerca de 1000 a.C., um povo vindo da Europa, os Dórios invadiram a Grécia e o povo micênico fugiu espalhando-se por todas as regiões banhadas pelo mar Mediterrâneo. A civilização micênica havia sido destruída e com ela o comércio e a arte da escrita. Foi nessa época que o primeiro clássico da língua grega foi escrito, os poemas Homéricos, conhecido por *Iliada* e *Odisséia*, o documento de literatura mais antigo do mundo grego, ambos fazem referência a acontecimentos significativos no período que compreende os séculos IX e VIII a.C. Para Finley (1998), os dois poemas retratam “séculos de poesia oral transmitida”²⁷, através das gerações criando assim um ideal de homem que deveria ser seguido por todos. A antiga educação grega deveria ser norteada através dos exemplos de dois jovens personagens retratados nos poemas homéricos, Aquiles da *Iliada* e Ulisses da *Odisséia*, eles representavam a beleza, a virtude, a bravura heroica, a sabedoria e o poder.

Através da poesia épica de Homero que os primeiros fundamentos da educação começam a ser registrados, servindo assim, de base para compor a futura História da Educação e com ela, os elementos importantes que irão compor a formação e a construção histórica da atividade docente ao longo do tempo. Ainda que de elementos mitológicos os poemas homéricos foram e são utilizados como fonte histórica para conhecer os costumes do

²⁵ Arqueólogo inglês, Realizou escavações em Cnossos, Creta, Grécia. É conhecido por ter encontrado os restos da Civilização Minoica, nome que ele cunhou a partir da lenda de Teseu, Minos e o Minotauro (http://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur_Evans).

²⁶ BALDRY, B.C, A Grécia Antiga: Cultura e Vida. (Trad. Mario Matos e Lemos. Lisboa: Verbo, 1969, p.29).

²⁷ FINLEY, M.I, O Legado da Grécia (Trad. Ivette V.P de Almeida, Brasília, EAD UnB, 1998, p.14).

povo, sua organização social e em como essa civilização se fundamentava através da economia, das artes, da educação e da convivência social.

A *Iliada* narra os eventos da vitória dos Aqueus na guerra de Tróia, através da educação heroica utilizadas para a formação de Aquiles, que encarna a *areté*²⁸ e se orienta através de uma educação prática, guiada pelo cuidado do corpo e estabelecida pela relação entre mestre e aluno, onde o guerreiro mais velho treinava e guiava seu discípulo. Este sistema de educação de formação heroica permaneceu por muitos anos na Grécia.

A *Odisséia* conta a história do herói Ulisses, que deixa sua esposa Penélope grávida e vai lutar na guerra em Tróia e somente dez anos depois, após viver grandes dificuldades consegue voltar para casa em Ítaca. Neste poema as dificuldades que Ulisses enfrenta durante a tentativa de retorno, são marcadas pelo encontro com seres mitológicos e enquanto isso sua esposa Penélope o espera sendo assediada por pretendentes que almejam assumir o trono da cidade. Os desafios que Ulisses tem que enfrentar necessita de sua astúcia, agilidade, coragem, inteligência e virtude e são superados com o auxílio da Deusa Atena. Com a ajuda divina e de seu filho Telêmaco, Ulisses mata os pretendentes de sua esposa e reassume o seu reino.

Por mais fantasiosos que os poemas homéricos possam parecer, o fundamental é que através deles podemos conhecer a essência e a estruturação das sociedades daquela época. Segundo Jaeger, “a poesia grega nas suas formas mais elevadas não nos dá apenas um fragmento qualquer da realidade, ela nos dá um trecho da existência, escolhido e considerado em relação a um ideal determinado”. (JAEGER, 1994, p.63). Desse modo, através de seus personagens e dos ideais desses personagens que se constituíam os instrumentos necessário para a formação do homem nessa civilização. Os poemas homéricos nos permitem refletir sobre a preocupação grega quanto ao processo educativo e de formação do homem daquela época.

No período em que foram escritos os poemas homéricos, cidades independentes se desenvolveram as chamadas *pólis grega*, entre elas Tebas, Atenas e Esparta, sendo Atenas e

²⁸ O tema essencial da história da formação grega é antes o conceito de *areté*, que remonta aos tempos mais antigos. Não temos na língua portuguesa um equivalente exato para este termo; mas a palavra “virtude”, na sua acepção não acentuada pelo uso puramente moral, e como expressão do mais alto ideal cavalheiresco unido a uma conduta cortês e distinta e ao heroísmo guerreiro talvez pudesse exprimir o sentido da palavra grega. Basta isto para concluirmos onde devemos procurar a origem dela (JAEGER, 1994, p.25).

Esparta as mais importantes no processo educativo e que segundo Cambi (1999) ambas “representavam dois modelos opostos de *pólis*”.

Em Esparta que se situava em uma Península ao sul da Grécia região chamada Peloponeso, a educação se orientava sob uma perspectiva militar, onde predominava a formação dos cidadãos guerreiros. Essa lei foi instituída por Licurgo que influenciado por suas viagens pelo mundo, fez uma reforma política na cidade, onde pela primeira vez fica instituído a educação por parte do governo as crianças. Nasce aqui a educação estatal.

A educação espartana era oferecida a todos as crianças que se enquadravam nos modelos ideais para os espartanos, a escolha dos eleitos era feita após o nascimento, “os bebês eram examinados ao nascer e os que fossem considerados débeis eram levados para as colinas, onde morreriam à míngua” (BURNS, 2003, p.98). Até sete anos de idade a criança recebia a educação da mãe, mas depois era retirada da família e entregue ao *paidónomos* e aos auxiliares que ajudavam a cuidar das crianças nas casas que o governo dispunha. As crianças sempre estavam acompanhadas pelos mais velhos e recebiam todas as formas de treinamento e exercícios militares, que eram combinados com dança, música e principalmente a luta.

A cidade de Atenas até aproximadamente o século VI a.C. se parecia muito com as demais *pólis* gregas daquela época, onde o poder estava concentrado na mão dos aristocratas ou *eupátridas* como eram chamados, mas através da política de Sólon poeta e legislador, Atenas passou a ser governada sobre um regime democrático, diferente da nossa democracia, mas com a essência da que vivemos hoje. Sólon realizou uma reforma econômica, implantou a reforma agrária e concedeu direitos às classes inferiores.

...Sólon foi uma coluna fundamental do edifício da formação ática. Os seus versos imprimiram-se na alma da juventude e eram evocados pelos oradores nos tribunais de justiça e nas assembleias públicas, como expressão clássica do espírito da cidadania ática. A sua viva influência persistiu até o tempo em que, com a decadência do poder e do esplendor do império ático, despertou a saudade da grandeza passada e os gramáticos e historiadores de uma nova era se consagraram à conservação dos seus restos (JAEGER, 1994, p.173).

Foi na época em que Sólon revolucionava o cenário político que surgiram os primeiros filósofos, dentre eles, seu amigo pessoal, Tales de Mileto, o primeiro filósofo ao que se sabe. Tales de Mileto vivia na região da Grécia Anatólia, região situada a oeste da Turquia, na cidade de Mileto, que na antiguidade foi o lugar escolhido pelo povo micênico durante a

invasão dos dórios. No mesmo período em Mileto, outros filósofos famosos como Anaximandro e Anaxímenes de Mileto apareceram. Os conhecimentos de Tales foram adquiridos e influenciados pelos sábios egípcios durante sua viagem de estudos a região. Para Jaeger, “é nesse momento que assistimos ao aparecimento da filosofia científica, a conexão da filosofia naturalista” (JAEGER, 1994, p.197).

Tales e Anaximandro tiveram como discípulo o jovem vindo da Ilha de Samos ao sul da Itália, situada entre a Grécia Anatólia e a Grécia, de nome Pitágoras, que foi mandado à cidade de Mileto para estudar com esses sábios.

Influenciado por seus mestres, Pitágoras segue para o Egito, onde permanece por quase duas décadas estudando com os sábios daquele povo. Com a derrota dos egípcios pelos persas muitos desses sábios foram levados ao exílio para a Mesopotâmia e Pitágoras pelo que tudo indica estava entre esse grupo de exilados e acaba por permanecer ali por mais alguns anos aprimorando seus estudos, nesse momento a Mesopotâmia vivia o seu auge como civilização. De volta a sua terra ao sul da Itália Pitágoras fundou a primeira escola de filosofia e depois muitas outras, “Atribui-se ao filósofo grego Pitágoras de Samos (que viveu no século V antes de Cristo) a invenção da palavra filosofia. Pitágoras teria afirmado que a sabedoria plena e completa pertence aos deuses, mas que os homens podem desejá-la ou amá-la, tornando-se filósofos”. (CHAUÍ, 2000, p.19).

Segundo Jaeger,

Pitágoras de Samos foi também um pensador jônico, embora sua ação tenha se desenrolado na Itália meridional. É difícil determinar o seu tipo espiritual e a sua personalidade histórica. A sua figura tradicional mudou com a evolução da cultura grega. Assim, ele nos foi apresentado como descobridor científico, político, educador, fundador de uma ordem ou de uma religião e como taumaturgo (JAEGER, 1994, p.203)

A Escola de Pitágoras estava envolta de misticismo, os alunos que ingressavam nesta escola eram criteriosamente selecionados com testes psicológicos e até mesmo físicos e se aceitos permaneciam durante toda a sua vida dedicando-se aos estudos. A metodologia aplicada se assemelhava a um ritual; os discípulos aceitos nos primeiros três anos chamados introdutórios recebiam uma iniciação rigorosa, deveriam abster-se de carne e de tudo que causasse vício, por mais cinco anos deveriam permanecer em absoluto silêncio, seguidos de mais cinco anos dedicados a novos treinamentos e assim terminado esse processo os alunos

podiam se dedicar a aprender os mistérios unguento dos números. Pitágoras queria ensinar sua filosofia e seus princípios através do número.

A concepção pitagórica do número como princípio das coisas está prefigurada na simetria geométrica rigorosa do cosmos, de Anaximandro. Como concepção puramente aritmética, é incompreensível. Segundo a tradição, deve a sua origem à descoberta de uma nova legalidade da natureza, a da relação entre o número de vibrações e o comprimento das cordas da lira. Mas, para estender o domínio do número a todo o cosmos e a ordem da vida humana, foi necessária uma audaciosa generalização das observações, baseada, sem dúvida alguma, na simbologia matemática da filosofia milesiana da natureza. A doutrina pitagórica nada tem a ver com a ciência matemática natural, no sentido atual. OS números têm nela um significado muito mais vasto (JAEGER, 1994, p.204-205).

No período em que a filosofia grega estava ainda em seu primeiro momento, por volta de 490 a.C., os persas que tinham seu império espalhado por todo o mundo tenta invadir a Grécia com seu exército formado por milhares de homens. Os persas tentaram por três vezes a invasão e nas três vezes foram derrotados pelos gregos, e isso se deve aos atenienses que construíram suas frotas navais em sua defesa.

Com o fim da guerra os atenienses aproveitaram suas frotas navais e assim montaram um grande império comercial e mantiveram relações com diversas cidades ao redor do mediterrâneo, neste momento surgia um homem de nome Heródoto que fez uma viagem ao redor do mundo registrando histórias, conhecendo pessoas e lugares, com a intenção de escrever um livro. O livro escrito por Heródoto, narrava a guerra, os lugares por onde ele havia passado, os costumes e a vida das pessoas. As histórias de Heródoto eram contadas em praça pública em Atenas e cativava a todos que ouviam.

A cidade de Atenas durante longos anos sob o governo de Péricles viveu um de seus melhores momentos. “As grandes realizações espirituais e históricas de Atenas passam definitivamente a pertencer, já não a uma classe, mas ao povo inteiro”. (JAEGER, 1994, p.287). Foi nessa época que a arquitetura, a arte em todas as suas formas mais se destacaram, onde os grandes autores de peças teatrais clássicas até nossos dias de hoje como Esquilo e Aristófanes estiveram presentes através de representações teatrais nos teatros de todas as cidades gregas. Esse período de prosperidade do povo grego: “não provém da constituição nem do direito eleitoral, mas da vitória. É sobre ele que assenta a Atenas de Péricles, e não sobre a cultura aristocrática do velho estilo” (JAEGER, 1994, p.287).

Nessa época em que “o ideal da educação do século de Péricles é a formação do cidadão. A *Areté* é a virtude cívica” (CHAUÍ, 2000, p.42), Atenas recebe seu primeiro filósofo chamado Anaxágoras, que veio da Grécia Anatólia e fixou residência durante algumas décadas na cidade. Anaxágoras teve como discípulo a figura ilustre de Péricles e mais tarde através de julgamento popular foi expulso da cidade, somente alguns anos depois, discípulos de alunos das escolas pitagóricas, na figura de Parmênides e Zenão de Eléia, vindos da colônia grega ao sul da Itália. Segundo Jaeger, “Parmênides é o primeiro pensador que levanta conscientemente o problema do método científico e o primeiro que distinguem com clareza os dois caminhos principais que a filosofia posterior há de seguir: a percepção e o pensamento” (JAEGER, 1994, p.221). Toda filosofia e tudo que Parmênides escreveu refere-se à conversão da investigação humana ao pensamento puro e grandioso, com um ímpeto religioso que transcende os limites da lógica e lhe confere uma emoção profundamente humana.

No período que Parmênides e Zenão de Eléia estiveram presentes em Atenas, eles travam profundos debates com o jovem Sócrates, que “se faz presente no diálogo, a princípio, como provocador.” (ANAIS DE FILOSOFIA CLÁSSICA, Vol.1 nº1, 2007, p.68). Em alguns textos de Platão que havia sido discípulo de Sócrates o encontro de Parmênides e Sócrates foi reproduzido por escrito após a morte de seu mestre e dado a posteridade. No texto de Platão “*Sofista*” a figura de Parmênides se faz presente através do discurso do personagem “Estrangeiro” vindo de Eléia, o diálogo retratado permeia a investigação através de do discurso de dois gêneros: “o do filósofo e o do sofista”²⁹.

Atenas vivia um momento de prosperidade e de crescente poder econômico, artístico “e que de modo tão natural elevou o nível intelectual de seus cidadãos, convertendo-o no centro da cultura helênica” (LARROYO, 1970, p.150) e acerca do século V a.C., receosos desse crescente poder os espartanos declararam guerra aos atenienses, a Guerra do Peloponeso como ficou conhecida, durou cerca de três décadas e teve como narrador desse episódio o general Tucídides. A obra que conta a Guerra do Peloponeso é considerada como o registro histórico mais perfeito de toda antiguidade. A obra de Tucídides conta como se desenrolaram os fatos que deram início a guerra, além dos acontecimentos que durante os trinta anos seguintes se seguiram, até a derrota dos atenienses para os espartanos. A vitória dos espartanos sob os atenienses que já haviam derrotado os persas no passado, possivelmente

²⁹ Versão eletrônica do livro “O Sofista”. Autor: Platão/ Tradução: Carlos Alberto Nunes/ Fonte digital: Site “O Dialético”. \Endereço: <http://www.odialético.hpg.ig.com.br/>

pode ter se dado devido à educação militar, de armas e baseada na *areté* que os espartanos recebiam desde a infância.³⁰

Tucídides em relatos históricos afirma que Atenas passa a ser a escola de toda a Grécia, “a educação assumia em Atenas um papel-chave e complexo, tornava-se matéria de debate, tendia a universalizar-se, superando os limites das *polis*”. (CAMBI, 1999, p.84). O surgimento do cidadão da *polis* fez surgir uma educação que não mais privilegia a aristocracia, ela se estende a todas as crianças, no contexto onde “o novo uso da escrita difundiu-se rapidamente através da escola”. (MANACORDA, 2006, p.49). A sabedoria e a filosofia foram colocadas à disposição do cidadão.

O fato do ensino estar acessível a todos, fez com que o número de jovens a procura de educação aumentasse muito, com isso, a necessidade de criar um local onde os jovens pudessem se dedicar ao estudo; surge então a escola, local destinado ao estudo através da leitura, de palestras, onde se aprendia a música, ginástica, e o alfabeto. O ensino era ministrado através das figuras dos “*grammatistes*” que era o mestre do alfabeto e da gramática, “*Kitharistes*” que era o mestre que ensinava a música, o “*paidotribes*” o mestre responsável pela ginástica (educação física), além dessas figuras havia o “*paidagogos*” que era um escravo encarregado de dar todo suporte ao jovem, era ele o responsável por garantir a presença do aluno na escola, ele ajudava os alunos com as lições e lhes ensinava boas maneiras. “A disciplina era mantida com a violência entre mestres e alunos” (CAMBI, 1999, p. 84). Segundo Manacorda, “assim como na literatura egípcia e hebraica, também na literatura e na arte grega existem testemunhos de mestres surrados pelos discípulos” (MANACORDA, 2006, p. 59).

O ensino neste momento era oferecido a todos a meninos e meninas da *polis*, “todos escreviam”, mas terminada a educação considerada básica, por volta dos treze anos de idade, quem não tivesse condições financeiras iriam em busca de um ofício, enquanto que os jovens vindos de famílias ricas eram enviados ao ginásio e aos dezoito anos o jovem por mais dois anos prestavam o serviço militar. Havia o ensino considerado arte nobre onde se aprendia as artes medicas e a arquitetura, as demais profissões se aprendia em locais destinado ao trabalho.

³⁰ (BURNS, 2003, p.98-100).

O processo educativo proveniente do ensino ateniense inspira grande importância espiritual, ligada ao desenvolvimento da personalidade do indivíduo. Nesse momento a filosofia se consolida como o principal ramo do saber, onde todos os conhecimentos da época, que através das discussões literárias abre espaço para o ensino de outros assuntos como a matemática, geometria, astronomia, literatura e a própria filosofia. A educação aqui ganha outra dimensão, onde a filosofia se consolida como principal ramo do saber, pois através dela que todo conhecimento da época se concentrava. Segundo Cambi, “estamos já no limiar da grande descoberta educativa ateniense e também de toda a cultura Grega: a *Paidéia* que, da época dos sofistas em diante torna-se a noção base da tradição pedagógica antiga”. (CAMBI, 1999, p.85).

No período em que a Grécia estava vivendo seu momento de uma “filosofia clássica”, no qual o ensino e todo processo cultural sofriam mudanças, Sócrates que havia lutado na guerra do Peloponeso contra os espartanos quando jovem fazia discípulos ilustres como Platão e Xenofonte. Diante da filosofia da antiga Grécia e a filosofia legada por nós, os períodos tendem a ter como referência o período vivido por Sócrates (469-399). Diferente dos filósofos anteriores a sua época, denominada período pré-socrático, Sócrates não escreveu nada, tudo que sabemos dele é fruto da obra de dois de seus discípulos, Platão e Xenofonte. Platão escreveu dezenas de textos, onde reproduz os diálogos de Sócrates, que utilizava como método, o fazer perguntas para obter respostas que demonstrassem a opinião do interlocutor e depois, fazer outras perguntas para obter respostas que levasse o interlocutor por si mesmo a descobrir a contradição dada em suas respostas. O ensino que Sócrates desenvolvia com os jovens tinha como método a *maêutica*³¹, que partia das ideias de que podemos pensar e refletir, que tudo que sabemos está dentro de nós. Para Cambi,

...a ação educativa de Sócrates consiste em favorecer tal diálogo e a sua radicalização, em solicitar um aprofundamento cada vez maior dos conceitos para chegar a uma formulação mais universal e mais crítica; desse modo se realiza o “trazer para fora” da personalidade de cada indivíduo que tem como objetivo “conhecer-te a ti mesmo” e a sua realização segundo princípio de liberdade e da universalidade (CAMBI, 1999, p.88).

A doutrina sofista foi o ponto de partida para a filosofia de Sócrates, que foi o primeiro a definir os conflitos existentes entre a educação grega, que até então era o modelo a se seguir, os interesses sociais e individuais e a nova educação grega que se estabelecia. Para

³¹ Maêutica, do grego maieutiké, que significa partejamento (parto), ou seja, é a arte de fazer nascerem as ideias.

ele, todos os elementos determinantes da vida do homem eram adquiridos através da educação.

O surgimento dos sofistas se deu no século V a.C., momento em que os atenienses lutavam na guerra contra as invasões persas. Findadas as tentativas de invasões persas com o fim da guerra e a vitória dos atenienses, uma nova fase se inicia para sociedade ateniense que até então, se organizava sob o antigo regime, que não proporcionava meios para ministrar a educação ao indivíduo, além de não lhes proporcionar condições para o êxito pessoal. “Toda educação existente preparava apenas para o serviço cívico. Aparece então, o instrumento necessário sob a forma de uma nova classe de professores- os sofistas” (MONROE, 1983, p.53).

Os sofistas surgiram como uma classe de docentes itinerantes que percorriam as cidades e cobravam taxas de seus alunos. Através deles os jovens filhos de nobres poderiam continuar seus estudos e assim desenvolver a oratória e a dialética. Essa nova classe que surgiu, oferecia um ensino baseado na virtude, ou seja, na *areté* política, os seus ensinamentos tinham como meta a formação do homem público, do dirigente do estado, que para terem êxito na carreira tinham que dominar a arte do convencimento através do discurso. Jaeger afirma que:

Já desde o começo a finalidade do movimento educacional comandado pelos sofistas não era a educação do povo, mas dos chefes. No fundo não era uma nova forma de educação era senão uma nova forma da educação dos nobres. [...] Era a eles que acorriam os que desejavam formar-se na arte da política e tornar-se um dia dirigente do estado. [...] Sob esta luz, torna-se compreensível e ganha sentido o fato de ter surgido uma classe inteira de educadores que publicamente ofereciam por dinheiro, o ensino da virtude (JAEGER, 1994, p.339-340).

A educação sofista tinha como objetivo a formação do espírito, através de duas modalidades: “a transmissão de um enciclopédico e a formação do espírito nos seus diversos campos”. As duas formas de “ensino sobreviveram até o presente, mais sob a forma de compromisso que na sua unilateralidade”. Os dois métodos utilizados, não eram utilizados para a educação de uma mesma pessoa, “tratava-se de dois modos fundamentalmente distintos de educação do espírito”. Ao lado desse tipo de formação os sofistas utilizavam-se de “uma educação formal no mais alto sentido da palavra, a qual não consistia já numa estruturação do entendimento e da linguagem, mas partia da totalidade das forças espirituais” e é Protágoras,

quem a representa; para ele “a música e a poesia eram consideradas as principais forças modeladoras da alma”. (JAEGER, 1994, p.341-342).

Segundo Burns (2003), muitos sofistas preparavam superficialmente seus discípulos, sendo que a maioria deles apresentavam a seus alunos somente alguns tópicos de determinados discursos que em algumas ocasiões deveriam ser repetidos, mas também haviam aqueles sofistas que ofereciam cursos mais completos. “Contudo alguns membros do grupo realmente careciam de senso de responsabilidade social e revelaram total falta de escrúpulos ao fazer com que a pior causa lhe parece a melhor”. (BURNS, 2003, p.107)

Os sofistas mais importantes foram Protágoras de Abdera, Górgias de Leontini e Isócrates de Atenas, mas foi em Protágoras que a essência da filosofia sofista se manifesta e com isso esta impressão em seu dito famoso “o homem é a medida de todas as coisas”³². Para Protágoras a beleza a bondade, a verdade e a justiça são relativas “as necessidades e interesse dos homens” (BURNS, 2003, p.107).

Alguns dos últimos sofistas utilizavam-se de doutrinas extremistas, apesar de alguns ensinamentos de Protágoras, que se opondo a Trasímaco dizia que “todas as leis e costumes são puras expressões da vontade dos fortes”, que usam os benefícios em favor próprio, colocando o homem como injusto (BURNS, 2003, p.107).

Apesar disso os sofistas trouxeram contribuições valiosas para a educação, que segundo Jaeger,

... antes dos sofistas não se falava de gramática, de retórica ou de dialética. Devem ter sido eles os seus criadores. A nova técnica é evidentemente a expressão metódica do princípio de formação espiritual que se desprende da forma da linguagem, do discurso e do pensamento. Esta ação pedagógica é uma das grandes descobertas do espírito humano (JAEGER, 1994, p.36).

Mesmo para os sofistas mais extremistas é possível que a sua maior contribuição tenha sido a ampliação da filosofia de modo a incluir não só a física como a metafísica, mas também como diz Cícero, eles fizeram “a filosofia descer dos céus para as moradas dos homens”³³. Para Cambi,

³² Citado por Burns para se referir a frase que resume a essência da filosofia política segundo o Sofista Protágoras (BURNS, 2003, p.107).

³³ Citado por Burns, referindo-se aos dizeres de Cícero quanto a contribuição dos sofistas (BURNS, 2003, p.107).

Se os sofistas exemplificam bem a guinada antropológica da educação e de como ela se torna a *techne da formação humana* (através da linguagem), será Sócrates que irá mostrar a dramaticidade e a universalidade de tal processo, que envolve o indivíduo *abi imis* e busca sua identidade pela ativação de um *daimon* que traça seu caminho pelo uso da dialética que produz a universalização do indivíduo pelo seu processo sempre renovado, a fim de atingir a virtude mais própria do homem que é o “conhecer-te a ti mesmo” (CAMBI, 1999, p.86).

O individualismo, o relativismo e o ceticismo dos sofistas, despertaram grande oposição dos gregos mais conservadores. Para eles as doutrinas dos sofistas parecem levar ao ateísmo e ao anarquismo, por isso Sócrates e seu discípulo Platão acusaram os sofistas de ensinarem uma educação imoral, corrupta a juventude, que iam contra os valores morais e éticos da formação humana. Nesse momento surge um novo conceito de educação, que busca a formação em todos os aspectos, sejam eles políticos, social, educativo e cultural, nasce aqui a *Paidéia* e com ela começa-se a pensar no ensino como *episteme* e não como *práxis* (CAMBI, 1999, p.87).

A *Paidéia* surge como ideal de educação grega. A Grécia estava passando por um momento de transformações culturais, sociais e econômicas, em que as demais classes sociais reivindicavam maior participação na política grega. A busca pela formação do homem nos diversos setores culturais, sociais, políticos e educacionais, constituíam um ideal de educação, onde o homem e toda a comunidade, em todas as suas esferas integravam-se numa evolução conjunta. “Estamos já no horizonte da *Paidéia*, daquele ideal de formação humana, da formação de uma humanidade superior nutrida de cultura e de civilização, que atribui ao homem, sobretudo uma identidade cultural e histórica” (CAMBI, 1999, p.87).

Por volta do ano de 399 a.C., Sócrates foi condenado a morte e Platão que era seu principal discípulo, a partir desse momento abandona a vida pública e a cidade de Atenas, passando a viajar pelo mundo. A busca pelo conhecimento levou Platão a visitar as escolas pitagóricas, o Egito, além de outros locais. Platão inspirado nas escolas pitagóricas, voltou a Atenas e fundou a primeira escola de filosofia ateniense, a Academia de Platão como ficou conhecida. “Os objetivos de Platão ao desenvolver sua filosofia, eram semelhantes aos de Sócrates, embora de certo modo mais amplos” (BURNS, 2003, p.108), enquanto Sócrates afirmava que todos possuíam a capacidade de adquirir conhecimento, Platão afirmava que apenas algumas pessoas possuíam essa capacidade.

N' A Republica e n' As leis, Platão desenvolve sua visão política da educação e rearticula o modelo de formação em relação às diversas classes Sociais. A cidade humorosa (rica e desenvolvida) teorizada por Platão vê presente três classes sociais: os governantes, os guardiães e os produtores, aos quais correspondem tipos humanos e morais bastante diferentes, aos quais correspondem tipos humanos e morais bastante diferentes [...]Pela divisão de trabalho delineiam-se também três tipos de educação: a dos produtores, que ocorre no local de trabalho como aprendizado técnico; a dos guardiães-guerreiros (*phylakes-polemikoi*), destinada a favorecer a formação da coragem e da moderação; a dos governantes-filósofos, que é formação especulativa através da dialética (CAMBI, 1999, p.89-90).

A Academia de Platão funcionava em um bosque da região comprado com o intuito de oferecer o ensino, lá ele se reunia nos jardins com os diversos jovens vindos de famílias ricas e com alto prestígio, dentre os discípulos de Platão havia um jovem de nome Aristóteles que era filho de um médico da corte do Rei Felipe da Macedônia. Aristóteles permaneceu na Academia de Platão durante duas décadas, e após a morte de Platão abandonou a academia.

A fama de Aristóteles corria por toda região. Então, o Rei Felipe II da Macedônia, informado da sabedoria de Aristóteles fez um convite para que ele fosse servir de preceptor ao jovem Alexandre seu filho. “A história oferece poucos exemplos mais gritantes de esforço mal empregado do que este, muito embora o jovem príncipe tenha adquirido entusiasmo pela ciência e por alguns outros elementos da cultura Helênica” (BURNS, 2003, p.109-110).

Com a morte do Rei Felipe II da Macedônia, e com o término de seus estudos com Aristóteles, Alexandre conquistou Atenas, Esparta, todo o resto da Grécia, as regiões banhadas pelo mediterrâneo e o Egito. A Ambição de Alexandre era conquistar o mundo, mas a batalha final se deu contra os persas em Dardanelos, onde a Pérsia foi vencida. A Grécia ficou conhecida pelo mundo todo, mas pouco tempo depois Alexandre morre vítima de uma febre simples e os generais querendo o poder assassina toda a família e seus herdeiros. O Império de Alexandre foi dividido em monarquias polo mundo inteiro. A partir daí a língua grega passou a ser a língua universal de todo oriente e nas principais cidades começou-se a fundar escolas gregas, ginásios de esportes, peças teatrais eram representadas. A história e a poesia grega passaram a ser lidas e representadas por todo oriente.³⁴

Aristóteles depois de sete anos ensinando Alexandre, voltou para Atenas e fundou a sua própria escola, conhecida como *Liceu*, que era uma escola de formação científica e

³⁴ (BURNS, 2003, p. 109-110).

filosófica e onde ele escreve suas obras mais importantes e geniais, lá permaneceu até sua morte em 322 a.C. Aristóteles foi o responsável por desenvolver o conceito de educação partindo da ideia de imitação, para ele o que nos animais era apenas uma capacidade de imitação, no homem isso se convertia numa arte. Para ele a educação se consolidava a medida que o homem observa e copiava a maneira que os adultos levavam a vida.

Os fatores da educação humana para Aristóteles estão ligados as condições naturais, os meios e as práticas ou hábitos que são utilizados para afirmar o que foi assimilado, no aprendizado. Para ele, o processo metodológico de ensino deveria consistir primeiramente com o mestre expondo a matéria do conhecimento, em seguida o educador deveria cuidar para que o que foi ensinado tenha se imprimido ou retido na mente do aluno e, por último, o educador deveria garantir que o educando relacionasse as diversas representações mediante o exercício. As metodologias utilizadas por Aristóteles estão ainda hoje impressas em muitos termos da nossa linguagem e isso é produto e resultado de seus esforços em sistematizar o conhecimento humano em todas as áreas.

Ao compararmos Aristóteles com Platão, vemos “que a pedagogia é reconfirmada, seguindo Platão, como disciplina formadora da alma, como ação civil, ligada a sociedade” (CAMBI, 1999, p.92). O interesse de Aristóteles, tanto quanto Platão e Sócrates, eram “pelo conhecimento absoluto e pelos princípios eternos, sua filosofia diferia da deles em vários aspectos importantes” (BURNS, 2003, p.110). Em contraste com o que Platão e Sócrates diziam que nada podia se aprender das árvores e das pedras, “Aristóteles era um cientista empírico, profundamente interessado pela biologia, pela medicina e pela astronomia” (BURNS, 2003. p.110), embora fosse menos inclinado que seus predecessores as questões espirituais.

A pedagogia de Aristóteles seguia Platão como disciplina formadora da alma e das ações das cidades, ou seja, formação política, embora mais realista e pragmático: liga-se a sociedade que apresenta-se regularmente dividida em classes e exaltando a virtude do ócio, reconhecendo sua função e valor, mas inferior, as atividades profissionais e ao seu aprendizado. Segundo Cambi, eles deveriam ser educados a viver no ócio para atingir a virtude da *sophia*, que nasce do controle do corpo e dos apetites, para passar depois a instrução” (CAMBI, 1999, p.92). A educação primeiramente era dada durante sete anos nas escolas estatais seguindo quatro disciplinas (gramática, ginástica música e desenho), que

serviam de base para a filosofia. O modelo de *Paidéia* de Aristóteles segundo Cambi, “há mais continuidade do que oposição ou diferença” (CAMBI, 1999, p.93).

Os ensinamentos físicos diminuía a medida que a educação teórica se tornava predominante. Nesse período surgem muitas escolas que se uniram a Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles, e deram origem a um local de importante desenvolvimento intelectual, a Universidade de Atenas e mais tarde, na era cristã a Universidade de Alexandria que superou a de Atenas como centro intelectual do mundo. A influência da cultura grega foi tão significativa que se costuma delimitar a época helenística no período histórico que se estende desde a morte de Alexandre Magno (323 a.C.) até a conquista do Egito pelos romanos (BURNS, 2003, p.112).

A difusão da cultura grega por todo o mundo fez com que ela perdesse algumas de suas características, mas através de sua expansão ela pode se enriquecer em alguns aspectos. O saber adquirido pela investigação ganhou espaço através de Arquimedes, Aristarco e outros e o mestre que até então era o filósofo aqueles que detinham o saber passam a dividir espaço com um novo tipo de saber. O período clássico da Grécia é considerado o marco do ensino, onde surgem as primeiras reflexões sobre as ações pedagógicas, que por séculos influenciaram a cultura e a educação ocidental. A *Paidéia* grega “durante um milênio se reelaborou como *Paidéia cristã*, *Paidéia humanística* e depois *Paidéia Bildung*” (CAMBI, 1999, p. 87). Foi nessa época também que no Egito, foi construída a maior biblioteca do mundo antigo, ela foi construída na cidade de Alexandria e tinha acesso aberto ao público.

A educação grega passou a influenciar o mundo ocidental, “um momento de viravolta e de aquisição de características que permanecerão indelévels”. O problema da educação formadora, talvez tenha sido constituído a partir da matriz fundamental de identidade cultural da experiência grega, “que fixa teoria e modelos de educação hora mais históricos e pragmáticos hora mais teóricos e universais”. Aqui as relações professor-aluno, que antes eram autoritárias e formais, passam a ser uma relação espiritual, onde o mestre se reconfigura passando a ser um mestre para a vida, que possui um enorme carisma e se torna um modelo, um exemplo a se seguir. (CAMBI, 1999, p.101).

2.2 A influência grega na civilização romana.

Muito antes de haver começado o esplendor grego entre Etruscos e Magna Grécia, surge Roma, outra civilização que sofreu grande influência da cultura grega. Roma elaborou um modelo próprio de civilização, onde a economia, a cultura e a arte possuíam características originais e próprias, com uma política basicamente sacerdotal. O desenvolvimento de Roma se deu pelo fato de que ela seguiu um caminho próprio, reverenciando “suas velhas tradições agrícolas, seus deuses domésticos e seus hábitos rudemente belicosos” (BURNS, 2003, p.138).

Baseado no desejo das atrações, cultura e o luxo grego, os romanos durante alguns séculos viveram uma síntese da civilização grega, onde o respeito pela tradição, ordem e bravura militar, juntamente com a formação urbana e o cultivo do espírito, que foram utilizados com características próprias daquele povo. Os romanos apresentavam uma mentalidade prática, que procuravam alcançar resultados concretos, enquanto os gregos utilizavam a razão como medida de todas as coisas. Para Monroe, esse é o motivo pelo qual os romanos sempre consideravam os gregos como um povo ineficiente e visionário, “enquanto que os gregos os consideravam bárbaros sórdidos, incapazes de apreciar os aspectos superiores da vida” (MONROE, 1983, p.77), mesmo que reconhecessem seu valor militar.

Os gregos habitavam o sul da Itália, divididos em cidades-estados independentes, tão avançadas quanto na própria Grécia. Influenciados pelos grandes filósofos como Pitágoras, Arquimedes e até mesmo Platão, que ali viveram por algum tempo, o ideal romano de educação estava baseado nos direitos e deveres, que para serem cumpridos, o cidadão romano deveria possuir uma série de aptidões e virtudes. “Em Roma educação moral, cívica e religiosa, aquela que chamamos de inoculação às tradições pátrias, tem uma história com caracteres próprios, ao passo que a instrução escolar no sentido técnico, especialmente das letras, é quase totalmente grega” (MANACORDA, 2006, p.73).

A educação romana pode-se dizer que possuía um caráter prático, familiar e civil, formado a partir da família, onde o pai assumia o papel central o *pater familias*³⁵, onde ele era o responsável pela educação do filho e a mãe já que a situação das mulheres em Roma era mais elevada do que no restante dos impérios da antiguidade, mesmo não tendo chegado a participar da vida pública, a mulher exercia grande autoridade, e era tratada com respeito dentro da família. “O papel das mulheres na educação familiar não parece, portanto,

³⁵ “Os historiadores da pedagogia concordam em afirmar que, na Roma antiga, o primeiro educador é o *pater familias*. No entanto, sem uma definição histórica mais precisa, um enunciado desse gênero seria pouco mais que uma obviedade, pois, em sentido genérico, pode ser aplicável a qualquer povo” (MANACORDA, 2006, p.73).

secundário, conforme a maior consideração social que as mulheres romanas parecem ter gozado em confronto com as mulheres gregas” (MANACORDA, 2006, p.75). A mulher era valorizada e a mãe romana era educadora de seus filhos, ela tomava conta do filho desde o sustento, crescimento físico e desenvolvimento moral. As crianças ao contrário das mulheres eram marginalizadas, segundo Cambi,

“permaneciam fechadas no ambiente familiar, sujeitas a doenças e a morte precoce, às vezes mimadas e cuidadas, em geral brutalizadas e violentadas, submetidas ao duplo regime do medo do pai e da orientação ética da mãe, além da vigilância dos pedagogos e do autoritarismo dos mestres” (CAMBI, 1999, p.107).

O método de educação romana diferenciava do grego no sentido de que, enquanto os gregos eram considerados heróis e quase deuses que não podiam ser imitados, os heróis romanos podiam ser imitados pelos meninos, sendo esse o motivo da característica fundamental do método da educação romana que era a imitação.

A educação dos meninos era feita através do aprendizado do ofício no qual ele iria participar como cidadão, como se pode perceber, o método romano era baseado na prática. Ainda nesse período a educação se apresentava de forma primitiva, sendo o lar, o único local onde se recebia educação, somente mais tarde que surgiram escolas elementares onde se aprendia a ler, escrever e contar, estas escolas eram chamadas de *ludi*, palavra que tinha como significado jogo, brincadeira divertimento e o mestre dessa escola era o *ludi-magister*. A educação escolar era divertida em comparado com a educação familiar.

A introdução das escolas gregas em Roma se dava através das conquistas militares. As vitórias militares fizeram com que os romanos dominassem diversas regiões dentro e fora da Itália, que se estenderam pelo mar Mediterrâneo até os mares orientais. Nesse domínio diversas cidades gregas ficaram integradas, talvez para Roma esse tenha sido “um papel decisivo nesta unificação espiritual do Mediterrâneo” (CAMBI, 1999, p.95), que passou a difundir-la por todo seu império.

A influência helenística grega seguiu um caminho crescente dentro da educação romana, a necessidade do conhecimento e aprendizagem da língua grega pela elite romana (militares, comerciantes e políticos), ajudaria no desempenho de seus empreendimentos políticos e conquistas militares. Os políticos haviam compreendido que a arte da oratória, o

conhecimento da retórica ateniense seriam um fator decisivo para melhorar os seus discursos junto às multidões e o meio mais eficaz para influir na vida da sociedade.

A descoberta da cultura helenística pelos romanos, fez com que grande parte de Roma adotasse os modelos gregos de literatura, arte, educação e até mesmo a religião. A partir daí, então, alguns preceptores gregos começaram a apoiar a educação familiar dos jovens romanos. Num primeiro momento a aristocracia romana recorre a ex- escravos de origem grega para lhes proporcionar os conhecimentos e, posteriormente, atraídos pela riqueza, muitos gramáticos, retóricos e filósofos atenienses dirigiram-se para Roma para apoiar a educação familiar dos jovens romanos, foram estes os mestres responsáveis pelo ensino. “Provavelmente a evolução histórica foi do escravo pedagogo e mestre na própria *família* ao escravo mestre das crianças de várias *familiae* e, enfim, ao escravo *libertus* que ensina na sua própria escola” (MANACORDA, 2006, p.78). Mesmo com as mudanças históricas a cultura grega continuou influenciando os mais diversos aspectos da vida romana, como no espírito e na Educação, favorecendo ou reprimindo alguns aspectos do modelo da *paidéia* grega. A educação romana herdou as características das escolas gregas, tanto que na época imperial o Estado passa-se a ocupar diretamente da educação criando escolas públicas que pudessem formar pessoas para atender as necessidades do império, nesse momento o objetivo do ensino passa a não ser mais só a guerra.

O ensino romano compreendia algumas etapas e, segundo Manacorda, os três níveis de educação não possuíam uma distinção muito rigorosa. “À parte o fato de que o ensino inicial das letras deve ter conservado por muito tempo o seu caráter familiar, cada mestre procurava ocupar-se também das tarefas do mestre do nível sucessivo” (MANACORDA, 2006, p.86). As crianças, principalmente as vindas de famílias ricas, iniciavam seus estudos com a presença de um preceptor ou até mesmo um escravo que lhes serviam de explicadores e acompanhantes quando em idade escolar. A primeira etapa da educação começava dos sete anos aos doze anos de idade e era confiada à escola do *ludi magister*, o ensino era oferecido de forma coletiva a meninos e meninas, embora para a maioria das meninas toda educação tenha sido através da preceptoria. As crianças eram agrupadas em um local protegido geralmente em grandes casas designadas pelo mestre e lá ele “as ensinava a ler, escrever e a calcular” (MONROE, 1983, p.83). Algumas vezes o mestre era acompanhado por um ajudante o *hypodidascales*. As aulas começavam cedo e iam até o pôr do sol e durante o ano, as crianças não tinham férias escolares, as aulas eram suspensas somente durante os festejos

religiosos. “Ao que se sabe o mestre dessa escola era mal remunerado” (MONROE, 1998, p.89).

A segunda etapa do ensino era dada nas *Escolas do Gramático* e, segundo Luzuriaga (2001), essa etapa do ensino corresponde ao nosso ensino secundário. O ensino nessas escolas era dado para as crianças dos doze aos dezesseis anos de idade, “nas quais se aprendia a cultura nas suas diversas formas: desde a música até a geometria, a astronomia, a literatura e a oratória; embora predominasse depois o ensino literário na sua forma gramatical e filosófica, exercido sobre textos literários gregos e latinos” (CAMBI, 1999, p.114). O mestre dessa escola era o *grammaticus*, que era bem mais conceituado que o *ludi magister*; ele era o responsável pela instalação do aluno, por desenvolver a metodologia através dos estudos dos clássicos gregos junto aos alunos, assim como fazia parte do seu ofício preparar esses meninos através da escrita de redações, além da iniciação à retórica.

A terceira etapa do ensino iniciou-se através da escola do retórico e que mais tarde nos séculos que se seguiram se converteu em universidades. Nesta etapa do ensino o aluno se dedicava ao estudo do Direito e da Filosofia; nesse momento, começam a surgir os primeiros docentes de direito, pois tornou-se indispensável uma formação sistemática do jurista e do magistrado, sendo Roma e Constantinopla os centros que se destacaram e se tornaram referência, pois concentravam os melhores professores do gênero e mais tarde se tornaram referência também junto às escolas filosóficas e institutos helenísticos. Por sua vez, estas instituições mais tarde foram essenciais para o surgimento das universidades que tinham como objetivo não só a reunião de diversas disciplinas, mas, essencialmente, para reunir mestres e alunos que a consagrassem.

Na época imperial difundiu-se o modelo de educação romana pelas diversas regiões do império através das escolas de gramática e de retórica. Segundo Cambi, “a política seguida pelos imperadores no âmbito escolar, como já salientamos, mantém fixo este papel de romanização e de unificação atribuído à escola e a instrução” (CAMBI, 1999, p.117). A escola nessa época é inspecionada pelo estado e mais tarde o Estado passa a controlar a escola através de uma legislação, trazendo para si a responsabilidade e o controle da educação. Para o Estado, a educação tinha muita importância e os docentes possuíam muito prestígio, tanto que foram isentados de pagar impostos.

Com o fim das conquistas romanas, o povo, que era acostumado com a riqueza, começa a sofrer com a falta de mão-de-obra escrava, já que esta era abastecida principalmente através dos prisioneiros de guerra. As condições de vida foram tornando-se precárias, pois o Estado passou a cobrar impostos cada vez mais altos. A vitalidade política romana começa a desaparecer juntamente com as conquistas do império. Esse fato fez com que o império sofresse, em longo prazo, efeitos que foram desastrosos para si. Segundo Burns, “é provável que o império romano tivesse fadado a extinção por motivos econômicos” (BURNS, 2003, p.167). As conquistas do império haviam gerado a formação de um dispendioso e gigantesco exército que só poderia ser mantido se Roma garantisse novas conquistas e vitórias. Segundo Burns, se houvesse “um enorme empenho e esforço por parte de grande número de pessoas, talvez pudesse ter salvado Roma, porém poucas estavam dispostas a trabalhar arduamente para o bem público” (BURNS, 2003, p.168). A vida em Roma passou a ser difícil e assim o império iniciou seu declínio.

A instabilidade política e as crises econômicas trouxeram descontentamento para a população, marcando assim a disseminação do cristianismo por todo o mundo romano, o que possibilitou que a educação ganhasse novos rumos. A educação, que então era ministrada por Roma sob os modelos gregos, passa a ser progressivamente ministrada pela Igreja Cristã e assim, substitui a decadente educação romana.

3 As transformações do mundo romano e o cristianismo

Para se entender os aspectos e as estruturas educacionais na Idade Média se faz necessária uma breve síntese das causas que levaram à queda do Império Romano, ou seja, o período que marca o fim da história antiga e o início da Idade Média. A idade média foi a expressão que marcou o período de mil anos que se iniciou no incidente com o fim do império romano ocidental, por volta do ano de 476 d.C., até a queda de Constantinopla, sob o ataque dos turcos, em 1453 d.C., aproximadamente. Para Burns,

Os historiadores costumavam subestimar a longevidade das instituições romanas e a começar o exame da história medieval pelo século III, IV ou V. Como a periodização histórica é sempre aproximada e depende muito de quais aspectos evolutivos um historiador deseja salientar, essa abordagem pode ser descartada. A transição da história antiga para a medieval foi decerto gradual e muitos elementos no ocidente em data tão recuada quanto o século III (BURNS, 2003, p.171).

A instabilidade política, interna e externa, a decadência econômica vivida no final do século III havia sido momentaneamente superada pelos imperadores desse período, que conseguiram reorganizar o exército e impedir as primeiras invasões bárbaras e solucionar alguns dos vários problemas vividos.

O declínio do império romano se inicia após o ano 180 d.C. e, ao longo desse processo, por volta do ano de 284 d.C., surge Diocleciano, o vigoroso soldado imperador; ele foi responsável pela reorganização do império, trazendo novas esperanças; “embora o programa de reorganização de Diocleciano fosse extraordinariamente bem sucedido, na medida em que reestabeleceu um império que estivesse a pique de expirar, ajudou também a transformá-lo” (BURNS, 2003, p.173).

Consciente de alguns problemas enfrentados pelos seus predecessores, Diocleciano empenhou-se fazendo várias reformas políticas e econômicas que foram fundamentais para aquele período, além de dividir seu império em dois, já que para ele “havia tornado impossível um só homem governar todo o império” (BURNS, 2003, p.172), percebendo isso, ele dividiu o império em quatro regiões administrativas, criando um sistema de tetrarquia. Em 305 d.C., Diocleciano decide abdicar-se do império para se dedicar à agricultura, deixando o império sob o domínio dos Césares que criaram uma guerra civil que durou até 312 d.C., ano

em que Constantino, filho de um dos primeiros Césares, sai vitorioso e passa a governar o ocidente.

Constantino trouxe de Roma “o princípio da monarquia dinástica” (BURNS, 2003, p.175) e tornou a sucessão hereditária, que Roma havia deixado de exercer a cerca de oitocentos anos. Durante seu governo Constantino favoreceu o cristianismo, religião a que ele havia aderido. Apesar de seguir o cristianismo, Constantino não agia com a humildade de Cristo; ao contrário, ele conduzia seu governo como “se fosse um Deus” (BURNS, 2003, p.175).

Em 330 d.C., Constantino fundou a cidade de Constantinopla, situada entre a Europa e a Ásia, ou seja, um ponto estratégico que garantia uma comunicação comercial entre Oriente e Ocidente. Constantinopla tornou-se a principal cidade do Oriente. A morte de Constantino, em 337 d.C., provocou uma guerra civil entre os herdeiros, pois Constantino havia dividido o império em três partes e deixado a três de seus filhos. Apesar de turbulento o período, em 379 d.C., surge Teodósio, que consegue restaurar o império, “tornando fértil o campo de cultura para uma nova religião que prometia salvação extraterrena” (BURNS, 2003, p.175), o Cristianismo.

Os primórdios do Cristianismo levam ao tempo de Jesus, muitos séculos antes de Constantino. A religião fundada por Jesus teve começo humilde, jamais se poderia imaginar o que o Cristianismo legaria para os séculos que se seguiram, no campo da religião no qual havia se transformado e que fora disseminada durante o caos do século III, só triunfando definitivamente no Império Romano no século IV. Segundo Burns, “o Cristianismo foi ampliado e investido de uma teologia mais apurada” (BURNS, 2003, p.177), que marcou o desenvolvimento do Cristianismo através da criação de cerimônias e de sacramentos, a fim de trazer o fiel para perto dos ensinamentos de Cristo.

O Cristianismo teve seu crescimento nos três primeiros séculos depois de Cristo, uma época que, segundo a história de Roma, foi uma era de ansiedade. Para Burns, “numa época de extrema turbulência política e dificuldades econômicas, era compreensível que as pessoas começassem a considerar a vida na Terra como uma ilusão e a depositar suas esperanças no além” (BURNS, 2003, p.178).

Enquanto o Cristianismo conquistava o Império Romano, forças bárbaras germânicas ameaçavam dominar o império; tal ameaça já havia ocorrido no tempo de Diocleciano, mas

não havia tido sucesso. Essas migrações bárbaras formavam outro fator que contribuiu para agravar a crise do Império, um processo complexo que envolveu povos e circunstâncias diferenciadas, que tendeu a problemas econômicos e educacionais, ou seja, a queda da riqueza e assim a diminuição da alfabetização.

3.1 O cristianismo e a educação

A crise vivida no fim do império provocada pelas lutas étnicas, crises militares e econômicas, favoreceu também uma crise espiritual. Surge então, o Cristianismo que, com as concepções próprias da antiguidade, criou um novo modelo de civilização, no qual a religião ocupa lugar central. O Cristianismo provocou uma revolução não só religiosa; ele provocou mudanças políticas e educacionais que perduraram e transcenderam a Idade Média. Para Cambi,

[...] delineou-se também uma mudança igualmente radical no campo educativo: transformaram-se as agências educativas (como família), uma se torna mais central que as outras (a Igreja), toda a sociedade enquanto religiosa orientada torna-se educadora; mas mudam também os ideais formativos (à Paidéia Clássica contrapõe a Paidéia Cristã, centrada na figura do Cristo) e os próprios processos de teorização pedagógica, que se orientam e se regulam segundo o princípio religioso e teológico (e não segundo o antropológico e teórico). A revolução do Cristianismo é também uma revolução pedagógica e educativa, que durante muito tempo irá marcar o Ocidente, constituindo uma das suas complexas, mas fundamentais, matrizes (CAMBI, 1999, p. 123).

No período que se estendeu entre a morte de Cristo e o Império de Constantino, a Igreja buscou organizar suas práticas educativas e teorizações pedagógicas, sobretudo sobre a influência da cultura helenística e a evolução baseada nos ensinamentos do evangelho junto às comunidades e às famílias.

Já nos primeiros documentos cristãos está presente uma verdadeira e própria revolução educativa, que depois em contato com o mundo helenístico e a cultura filosófica grega se tornará também revolução pedagógica, enquanto o cristianismo repensará organicamente seus próprios fundamentos ideais e os representará de forma racional, opondo-os aos clássicos e defendendo sua especificidade e sua maior universalidade (CAMBI, 1999, p. 125).

Do ponto de vista educativo escolar, o cristianismo caracterizou-se pela imitação da figura de Jesus Cristo e adotou para a formação do cristão, a “cultura clássica, literário, retórica e filosófica, sobretudo” (CAMBI, 1999, p. 127). A filosofia teológica e os autores gregos passaram a fazer parte da disseminação da educação Cristã na Idade Média, obedecendo aos planos traçados por Santo Agostinho e Boécio, cujas obras iam além das representações religiosas, já que elas, segundo Burns, “ensinavam que os seres humanos deviam conduzir-se na terra como se fossem viajantes peregrinos, mantendo os olhos voltados sempre para seu lar celestial e evitando todos os cuidados materialistas” (BURNS, 2003, p.193); portanto, suas obras serviram para orientação pedagógica, ou seja, serviram para traçar o roteiro de estudos a serem seguidos nas escolas e pelos cristãos intelectuais da época.

Com base na teologia pedagógica de Santo Agostinho, é possível perceber que ele consegue através dos princípios da filosofia de Platão revitalizar o cristianismo, resguardando suas características originais e se tornando, segundo Cambi, “um pouco o mestre do Ocidente cristão, já que investigou os aspectos fundamentais de uma pedagogia de estatuto religioso e lhe deu soluções realmente exemplares: pela espessura cultural, pelo vigor teórico e também pelo significado espiritual” (CAMBI, 1999, p.135). Foi através dele que se pode estabelecer um melhor entendimento do modelo de *paidéia* cristã, que estabelecia uma relação entre o pensamento grego e o cristianismo.

Embora Santo Agostinho fosse um dos primeiro a discorrer sobre temas envolvendo as verdades encontradas na Bíblia, por acreditar que somente ela continha toda sabedoria digna de ser conhecida, “era também de opinião que grande parte da Bíblia fora redigida de maneira obscura, e que por isso era necessário possuir um certo grau de educação, a fim de compreendê-la na totalidade” (BURNS, 2003, p.193). Essa convicção o levou a uma aceitação modificada do conhecimento clássico. Segundo Jaeger (1952), “para Santo Agostinho, como para todos os neoplatônicos típicos de sua idade, o único representante supremo da filosofia grega era Platão; os outros pensadores eram simplesmente figuras menores em torno da base do grande monumento de Platão”. (JAEGER, 1952, p.7-8, Tradução Nossa)³⁶.

Para Burns (2003),

³⁶ [...] para San Agustín, como para todo neoplatónico típico de su siglo, el único representante supremo de la filosofía griega era Platón; los otros pensadores eran simplemente figuras menores en torno a la basa del gran monumento de Platon (JAEGER, 1952, p.7).

Não obstante devemos ressaltar que Agostinho tencionava destinar a educação liberal somente a uma elite; todos os demais deveriam ser meramente catequizados na fé. Considerava ainda que o fato de alguém entregar-se ao pensamento clássico sem o objetivo de usá-lo para melhor edificação cristã era muito pior do que ignorá-lo inteiramente. A verdadeira sabedoria dos mortais, insistia, era a piedade (BURNS, 2003, p.193).

Em *Confissões*, ele descreve com emoção os eventos que o levaram a abraçar a fé; nessa obra, ele mostra de forma autobiográfica o complexo caminho que o homem percorre na formação da alma cristã, para ele “a ascensão a Deus é um processo de autoeducação, de crescimento interior que deve se realizar sob a direção do próprio indivíduo, da sua racionalidade, capaz de desafiar e corrigir o erro e o pecado” (CAMBI, 1999, p. 137).

Na obra *De Magistro*, Santo Agostinho estabelece um diálogo com seu filho Adeodato, focalizando questões referentes à linguagem, às suas origens e à sua função no processo de formação do conhecimento. Para Cambi, a obra *De Magistro* é a mais importante obra pedagógica de Santo Agostinho (cf. CAMBI, 1999, p. 136), pois ela retrata todo processo educacional através de uma visão platônica. Para Santo Agostinho, o aprendizado dá-se através de uma autoeducação, por iluminação divina, através de um mestre interior.

Erram, pois, os homens ao chamarem de mestres os que não o são, porque a maioria das vezes entre o tempo da audição e o tempo da cognição nenhum intervalo se interpõe; e porque, como depois da admoestação do professor, logo aprendem interiormente, julgam que aprenderam pelo mestre exterior, que nada mais faz do que admoestar (Agostinho, 1980, p.401).

Santo Agostinho, na obra *A cidade de Deus*, estabelece um itinerário educativo através da filosofia para a humanidade, através do argumento que “a raça humana desde a criação até o juízo final, foi e será composta de duas sociedades beligerantes, aqueles que vivem conforme o homem e amam a si próprios e aqueles que vivem conforme Deus” (BURNS, 2003, p.193), sendo que os primeiros pertencem à *cidade da terra* e serão condenados, ao passo que os poucos abençoados que compõem a *Cidade de Deus* vestirão no Dia do Juízo o manto da imortalidade.

Na obra *De doctrina christiana (A Doutrina Cristã)*, ele expõe um programa de cultura e de instrução, enquanto que na obra *De catechizandis rudibus (A instrução dos catecúmenos)*, Santo Agostinho estabelece os graus necessários para formação espiritual do cristão, através da leitura, meditação, oração e contemplação.

O projeto educativo de Santo Agostinho mesclava o platonismo, a filosofia plotiniana e o cristianismo paulino, que serviam de base para os grandes modelos da pedagogia cristã, que durante séculos foram utilizadas para discussões envolvendo o cristianismo, a educação, a política e a sociedade. Tais discussões perduraram desde o final da Antiguidade, Idade Média até os períodos posteriores e utilizavam-se da igreja que se tornou o “palco fixo por trás do qual se moveu toda a história da Idade Média e um dos motores do seu inquieto desenvolvimento (ao lado do império e das cidades), talvez o motor por excelência” (CAMBI, 1999, p.145).

Santo Agostinho ao longo de sua jornada cristã teve muitos discípulos, dentre eles Boécio, um jovem vindo de família rica, que tinha a ambição de que os clássicos deveriam servir aos propósitos cristãos. Por viver um século depois de Santo Agostinho, Boécio (século VI) conseguiu ter uma visão melhor do mundo antigo e assim perceber que ele estava chegando ao seu fim. Por isso “ergueu como sua meta principal preservar o máximo que pudesse do que a cultura clássica tinha de melhor, mediante uma série de manuais, traduções e comentários” (BURNS, 2003, p.194). Traduziu alguns tratados lógicos de Aristóteles do grego para o latim, com o intuito de ajudar os iniciantes, escreveu comentários explanatórios do assunto; desse modo, Boécio, com suas traduções e comentários, estabelece uma ponte entre o mundo antigo e a Idade Média. Embora Boécio se interessasse pela lógica aristotélica, sua concepção seguia Santo Agostinho e isso se pode constatar através de seus tratados sobre teologia cristã e através da sua principal obra *De consolatione philosophiae*³⁷.

O cristianismo produziu não só uma transformação ao nível cultural, mas também uma profunda transformação nas relações internas familiares que foram essenciais para a formação primária do indivíduo. As relações familiares estavam baseadas no modelo espelhado na sagrada família, onde o vínculo entre os membros das famílias estavam caracterizados no respeito recíproco, no amor, na união e na conduta moral, assim como estava pregado no evangelho.

3.2 O ensino e a docência na Idade Média

³⁷ *Sobre a consolação da filosofia*, nessa obra Boécio levanta a questão antiga do que vem a ser felicidade humana e conclui que ela não é encontrada em recompensas terrenas, como fama, riqueza, mas somente no bem supremo que é Deus (BURNS, 2003, p.194-195).

Entre os anos 476 e 1453, datas aproximadas entre o início e o fim da Idade Média, diversos acontecimentos em diferentes ocasiões marcaram e caracterizaram esse período que chamamos de Idade Média. Para Cambi,

A Idade Média não é absolutamente a época do meio entre dois momentos altos de desenvolvimento da civilização: o mundo antigo e o mundo moderno. Foi sobretudo a época da formação da Europa cristã e da gestação dos pré-requisitos do homem moderno (formação da consciência individual; do empenho produtivo, da identidade supranacional etc.), como também um modelo de sociedade orgânica, marcada por forte espírito comunitário e uma etapa da evolução de alguns saberes especializados como a matemática ou a lógica, assim como uma fase da história que se coagulou em torno dos valores e dos princípios da religião, caracterizando de modo particular toda esta longa época: conferindo-lhe conotação de dramaticidade e de tensão, mas também aberturas proféticas e fragmentos utópicos que nos apresentam uma imagem mais complexa e mais rica da Idade Média (CAMBI, 1999, p.142).

O Império Romano viu surgir duas novas civilizações, a bizantina e a islâmica, estas segundo Burns, “tem de ser incluídas entre as mais expressivas de todos os tempos” (BURNS, 2003, p.199). Embora, mesmo que a civilização bizantina tenha chegado ao seu fim em 1453 d.C., a islâmica continuou e continua a existir sem grandes interrupções. De acordo com Burns, “vista de uma perspectiva islâmica, portanto, a Idade Média não foi de modo algum um período intermediário, mas uma época maravilhosa de nascimento e vigorosa juventude” (BURNS, 2003, p.199).

A história da Europa Ocidental na Idade Média pode ser estudada dividindo-se em três períodos, conforme Burns, quais sejam: a Idade Média inicial, a Alta Idade Média e a Baixa Idade Média, sendo que durante estas três etapas, a religião cristã representou e desempenhou um papel extraordinário e de extrema importância na vida humana ocidental europeia.³⁸

Na Idade Média inicial que corresponde ao período que vai do ano 600 d.C. até 1050 d.C., aproximadamente foi um período que podemos dizer com um intervalo de trevas, pois nesse período o nível material e de realizações intelectuais era muito baixo, mas mesmo assim esse período foi de grande importância para os alicerces que sustentariam as realizações intelectuais, culturais e materiais que nos foi legado. Nesse período Roma havia deixado três herdeiros: a civilização bizantina, a civilização islâmica e a civilização cristã ocidental.

³⁸ (BURNS, 2003, p.199).

A Civilização bizantina descendia diretamente do Império Romano do Oriente, a língua falada por esse povo era a grega e a cultura, combinava as tradições romana de governo e a uma busca constante pela fé cristã. Segundo Burns, “o Império Bizantino não foi muito inovador; além disso, viveu ameaçado continuamente por graves ameaças externas e debilidades internas” (BURNS, 2003, p.204). Preocupados e atraídos pela religião, os bizantinos brigavam com veemência por questões obscuras da religião, eles estavam dispostos a lutar e morrer por ela. A vida era dominada pela religião cristã, mas o cultivo dos clássicos gregos era reverenciado pelos bizantinos, já que lhes foram legados como herança.

O ensino bizantino se apoiava nos clássicos gregos e segundo Burns,

As escolas bizantinas baseavam a instrução na literatura grega clássica, a ponto de as pessoas educadas serem capazes de citar Homero tão frequentemente quanto os ingleses citam hoje Shakespeare. Os sábios bizantinos estudavam e comentavam a filosofia de Platão e Aristóteles; os escritores imitavam a prosa de Tucídides. Esse devotamento ao classicismo enriqueceu a vida intelectual e literária bizantina, que com frequência é hoje desprezada inteiramente, por carecer em geral de originalidade, e ao mesmo tempo ajudou a preservar os clássicos gregos para eras posteriores. A maior parte literatura grega clássica que conhecemos só sobreviveu por ter sido copiada por escribas bizantinos (BURNS, 2003, p.210).

O sistema educacional se estendeu também para a educação feminina, a educação era oferecida para as moças vindas de famílias ricas e da aristocracia através da tutoria em suas residências, os tutores iam até suas casas e lhes ministravam as aulas, que tinha a literatura grega como carro chefe da educação.

A civilização bizantina, apesar de conviver com a hostilidade entre os cristãos do oriente e cristãos do ocidente, contribuiu para com a civilização ocidental, pois foi através dos sábios bizantinos que toda cultura e conhecimento grego foram preservados. A influência bizantina exerceu sobre o ocidente um enorme impacto que pode ser visto através das produções artísticas dos humanistas na época da Renascença italiana.

A civilização Islâmica falava a língua árabe e, diferente da civilização bizantina, teve como ponto de origem a vida de Maomé³⁹ no século VII d.C., e baseava e baseia-se até hoje na religião muçulmana. Segundo Burns, “todos os muçulmanos abraçavam tanto uma mesma

³⁹ Maomé foi o fundador do Islam; nasceu em Meca numa família da tribo Qoreish, por volta de 570 d.C. Tendo ficado órfão ainda pequeno, foi criado por um tio e pelo avó e ainda muito jovem colocou-se a serviço de uma viúva rica que mais tarde desposou, obtendo, assim, segurança financeira. Mais tarde passou por uma experiência religiosa que mudou o rumo de sua vida e assim o de toda humanidade (BURNS, 2003, p.214-215).

religião quanto um mesmo modo de viver, pois o Islam sempre exigiu de seus fiéis adesão não só a certas formas de culto, como também a um conjunto de normas sociais e culturais, com efeito, mais que o judaísmo ou o cristianismo” (BURNS, 2003, p.214).

O Islamismo apesar de ter se propagado para muitas terras nasceu na Arábia. A sua doutrina mesmo que simplista pregava e ainda prega o ensinamento que a própria palavra Islam. significa que é submissão, ou seja, a fé islâmica exigia absoluta submissão a Deus (Alá). O Islamismo se assemelha em grande parte ao judaísmo e o cristianismo e isso se devem pelo fato de Maomé ter sido influenciado pelas duas religiões anteriores. Segundo Burns, “os principais pontos de contato entre o Islam e as duas religiões cristã e judaica são o estrito monoteísmo, a ênfase na moralidade e na compaixão pessoal e a adesão a escrituras reveladas” (BURNS, 2003, p. 216).

A vida religiosa Islâmica seguia dois caminhos para uma vida de devoção, um deles era a dos *ulama*, que eram letrados e se pareciam muito com nossos sacerdotes; eles tinham a função de estudar a dar conselhos sobre as leis religiosas em todos os aspectos, exercendo também grande influência na vida pública. Os *sufis* (sufistas) eram místicos que poderiam ser comparados aos monges cristãos, exceto pelo fato de não aderirem celibato e por viverem intensamente em meio à comunidade. Os *sufis* e os *ulama* foram grupos que coexistiram e para Burns, fato que “constitui em si mesmo, indicador extraordinário do pluralismo cultural mulçumano” (BURNS, 2003, p.222).

Esses dois grupos coexistiram também com representantes de outra concepção de pensamento, os chamados *faylasufs*, que eram estudantes e praticantes da filosofia e da ciência. A filosofia Islâmica seguia uma vertente do pensamento grego e baseava-se numa visão aristotélica, o que representava um grande problema para os *faylasufs*, pois conciliar a filosofia grega à islâmica era extremamente difícil, já que eles apresentavam doutrinas completamente opostas; por isso, os *faylasufs* reagiram de modo diferente em relação a esse fato. Um dos mais famosos foi Al-Farabi, ele viveu em Bagdá e se dedicou ao ensino de uma elite esclarecida que estudava sem a preocupação de entrar em choque com as crenças das massas, mas em uma região mais a leste de Bagdá viveu Avicena, que se dedicava ao ensino de uma filosofia menos racionalista que em muitos pontos se aproximava da filosofia mística dos *sufis* e na Espanha, Averróes, que era um aristotélico rigoroso, mas que levava uma vida dupla, uma dedicada ao racionalismo extremo e outra pública, demonstrando-se crente e resignado na fé.

Os *faylsufs* dedicavam-se tanto ao estudo da filosofia, quanto ao estudo das ciências naturais e a medicina. A óptica, a química e a matemática faziam parte das grandes descobertas e dos avanços científicos islâmicos. Os islâmicos além de serem filósofos e cientistas dedicavam-se também a poesia e acabaram por influenciar o ocidente que segundo Burns, “Também na área intelectual e científica o Ocidente muito deve ao Islam.” (BURNS, 2003, p.227). A eles devemos a origem de algumas palavras de nosso uso diário, a criação dos algarismos, à descoberta de algumas doenças e tratamentos das mesmas, ao uso da alquimia para a fabricação química de produtos, o uso da física para desvendar o uso das lentes, além das traduções dos clássicos gregos para o árabe que foram posteriormente retraduzidas para o latim no Ocidente medieval.

Enquanto no Oriente as civilizações se expandiam, no Ocidente, devido a fatores econômicos, a civilização ocidental vivia um baixo nível intelectual devido os fatores econômicos vividos no começo da Idade Média. Para Burns,

Dado o baixo nível da vida econômica no começo da Idade média, não se surpreende que não prosperassem o saber ou as artes: se a riqueza existente mal dá para manter a maior parte da população viva, não resta muito com que manter escolas ou grandes projetos artísticos. Em todo o período, e mesmo nos melhores tempos, o saber era privilégio de poucos: as massas não recebiam qualquer educação formal até mesmo os membros da aristocracia secular eram, na maioria, analfabetos. Além disso, a pouca educação que havia consistia sobretudo em memorização sem atenção à crítica ou refugação (BURNS, 2003, p.234).

No momento em que os romanos do Oriente sob o comando de Justiniano destruíram os reinos Ostrogodos e Vândalos e depois dos Árabes terem destruído o Reino Visigodo na Espanha, os bárbaros passaram a ser a única fonte de poder na Europa Ocidental. Sob o comando de Clóvis, fundador do Estado Franco, que por volta do ano de 500 d.C., se converteu ao cristianismo e logo após fundou a dinastia merovíngia⁴⁰ e como de costume bárbaro dividiu o seu reino entre seus filhos, que durante duzentos anos, travaram lutas uns com os outros e por fim acabaram por abandonar os seus reinos, deixando sob o comando dos ministros. Segundo Burns, essa era “foi uma das mais sombrias na história da Europa, o comércio diminuiu, as cidades declinaram a alfabetização foi quase esquecida e a violência tornou-se endêmica” (BURNS, 2003, p.228).

⁴⁰ Dinastia Merovíngia; o nome vem da família Meroveu, o fundador da família a que ele pertencia (BURNS, 2003, p.228).

O Império Bizantino até então, era quem exercia o poder, principalmente um poder religioso cristão que jamais fora visto. Nesse momento, no ocidente uma nova esperança estava por se configurar em torno de duas instituições, a do papado romano e o monasticismo beneditino, que teve como principal responsável dessa nova aliança política religiosa o Papa Gregório I, por volta do ano de 590 d.C. a 604 d.C. aproximadamente. O Papa Gregório ficou conhecido como São Gregório Magno, até ele os papas romanos deviam subordinar-se aos imperadores bizantinos, mas isso foi neutralizado por ele através da criação de uma igreja latina, que era mais autônoma e seguia uma orientação ocidental.

Como teólogo São Gregório desenvolveu seu trabalho baseado nos ensinamentos deixados por seus predecessores, Jerônimo, Ambrósio e Agostinho; através deles ele desenvolveu uma teologia com características próprias. Destacou-se também como estadista, além de teólogo e linguista e utilizando-se de seu poder político, protegeu a ordem dos monges beneditinos, à qual pertenceu. Naquele momento turbulento a proteção de Gregório foi providencial, já que a ordem beneditina ainda era muito nova. Segundo Burns, Gregório ajudou e fez com que a ordem beneditina “sobrevivesse e mais tarde se tornasse durante séculos, a única ordem monástica do Ocidente” (BURNS, 2003, p.229) e em troca os beneditinos ajudaram na conversão ao cristianismo da Inglaterra anglo-saxônica. O processo de conversão levou quase um século para ser concretizada e por volta do ano 700 d.C. se completou e mais tarde ajudou com que o papado e o estado franco se unificassem.

A aliança entre os reis francos e a Igreja solidificou-se no tempo de Pepino o Breve, filho de Carlos Martel⁴¹ e aliado de São Bonifácio. A influência que São Bonifácio tinha com Roma ajudou Pepino a assumir como rei por sanção divina. Essa ajuda deve-se ao fato de Pepino ter dado continuidade à política de seu pai, na colaboração com os beneditinos na Alemanha. O Reinado de Pepino levou o Ocidente a alcançar sua própria unificação, baseado no estado franco e na Igreja Latina.

As consolidações finais do novo estado se deu através de Carlos Magno (768-814 d.C.), filho de Pepino. O reinado de Carlos Magno foi marcado com êxitos, obtido através de conquistas militares. Embora as conquistas territoriais alcançadas por Carlos Magno, foram nas áreas administrativas, culturais e principalmente educacionais, que ele desenvolveu e mostrou o grande avanço do seu império. Para Burns, “embora na prática, o sistema de Carlos

⁴¹ Apesar de algumas conquistas, Carlos Martel nunca chegou a assumir o título de rei, devido ao interesse de conquistar a Alemanha ofereceu ajuda material a São Bonifácio que viajava em missão na tentativa de converter os germanos (BURNS, 2003, p.230)

Magno estivesse longe de ser perfeito, levou ao melhor governo que a Europa conheceu desde os romanos” (BURNS, 2003, p.231). Baseado nos aspectos intelectuais e religiosos pode-se dizer que nesse período a Idade Média começa sua ascensão.

A pretensão de expansão territorial levou Carlos Magno a perceber que para administrar territórios longínquos conquistados, ele precisaria de algumas pessoas capazes de ler e escrever, já que o saber a muito tinha sido deixado de lado, desde a decadência do Império Romano. Percebendo isso, Carlos Magno, quando subiu ao trono, convidou Alcuíno, um monge beneditino que havia sido discípulo de um aluno de São Beda⁴² a criar condições para disseminar o ensino. O apoio e patrocínio de Carlos Magno ajudou Alcuíno a criar escolas, que apesar de pouco ambiciosas, serviam de ponte para a alfabetização no continente que depois disso perdurou.

As escolas de Alcuíno, além da alfabetização e da leitura auxiliavam na correção e cópia de muitas obras latinas importantes, inclusive, nessas escolas que se firmaram a caligrafia ancestral de nosso alfabeto moderno. As escolas da época ajudaram também a preservar a literatura latina e como consequência, “tornar o latim, a língua do estado e da diplomacia em toda a Europa Ocidental, até tempos relativamente modernos” (BURNS, 2003, p.232). Esse período de reviver o saber patrocinado por Carlos Magno ficou conhecido como Revolução Carolíngia. Para Cambi, “Carlos Magno potencializava a instrução e a difundia na Europa” (CAMBI, 1999, p.159).

A Ordem Beneditina durante os séculos que se seguiram, foi à única ordem monástica do ocidente. Assim a igreja passou a dar maior atenção à criação de escolas vinculadas aos mosteiros, paróquias e catedrais. O trabalho docente se configurava e se desenvolvia a serviço da religião cristã e era basicamente fundamentada no estudo teologia e na disseminação da cultura cristã. As escolas criadas pelo monge inglês Alcuíno através do projeto de Carlos Magno, foram responsáveis pela manutenção dos conhecimentos clássicos gregos e romanos que se disseminavam através das escolas monacais, catedrais e palatinas.

Num momento em que a educação era regida pelo imaginário cristão, a Igreja tinha como objetivo a reforma moral do mundo e com isso volta sua atenção para a formação de seus colaboradores, através das escolas monacais, organizadas pela igreja. A ordem dos

⁴² São Beda, o maior erudito beneditino na Inglaterra, antes da época de Carlos Magno. O venerável Beda (m, 735), cuja *História eclesiástica dos anglos*, escrita em latim, foi uns dos melhores trabalhos históricos do período inicial da Idade Média (BURNS, 2003, p.231).

beneditinos tinha regras rigorosas para aqueles que queriam ingressar na vida monástica. Os jovens que seguiam a vida religiosa deveriam dedicar sete horas por dia aos estudos literários ou aos trabalhos manuais; além de cinco horas dedicadas à leitura. A vida dos beneditinos se baseava no *ora et labora* ⁴³.

Segundo Cambi, as escolas catedrais no início surgiram e se organizaram para formar o “clero secular”. Para Burns, “a princípio as escolas catedralíticas existiam quase unicamente para a preparação básica de padres, e o currículo destinava-se a ensinar apenas o indispensável para a leitura dos ofícios religiosos, mas logo depois de 1100 d.C. o currículo foi alargado”(BURNS, 2003, p.291). Através do estudo da liturgia e dos clássicos e com a influenciada do período carolíngio, o Papa Eugênio II emite um decreto onde definia que os bispos deveriam investir na formação dos mestres e docentes garantindo que eles ensinassem com “assiduidade estudos gramaticais” e que passassem condensar o saber e a cultivar o ensino através das sete artes liberais (*septivium*), através do estudo do *trivium* (gramática, dialética, retórica) e do *quadrivium* (aritmética, geometria, música e Astronomia) ⁴⁴.

As escolas catedrais exerciam num sentido amplo a “escolástica” ⁴⁵, mais tarde esse nome foi dado aos estudiosos que se dedicavam ao estudo da Filosofia e da Teologia, mas em sentido ao movimento intelectual vivido na Idade Média, podemos dizer que através da escolástica se podia ensinar a fé em concordância com a lógica. Seu principal objetivo era de apoiar a fé na razão. O mestre das escolas catedrais eram os escolásticos a eles cabiam desenvolver o ensino unindo a logica aristotélica com as crenças cristãs.

Nessas escolas do “clero secular” segundo Manacorda, o papel do mestre era desempenhado pelo bispo ou pároco nas paróquias, mas tão logo, essa tarefa foi delegada para um *scholasticus* ou *magischola*, sendo que ao *magischola* com o tempo foi confiado assumir as funções mais elevadas dentro da igreja. Tamanha era sua influência que foi possível transmitir através de uma espécie de investidura a função de ensinar a um substituto, o *proscolus*. Essa transmissão de ensino feito pelo *magischola* tinha características bem feudalistas, pois ele costumava vender uma autorização para quem quisesse ensinar a *licentia*

⁴³ *Ora et labora* (orar e trabalhar), que significava viver na prática, em estado de pobreza e castidade (MORAES, 2003, p.77)

⁴⁴ Citado em CAMBI, 1999, p. 159.

⁴⁵ “O termo escolástica significou inicialmente o conjunto do saber, tal como era transmitido nas escolas do tipo clerical” (LARROYO, 1970, p.299).

docendi, além de cobrar pelo ensinamento dado aos alunos. A cobrança foi muito criticada pelos doutores da época que diziam ser a ciência um dom de Deus, não podendo ser vendida.

Segundo Manacorda,

Aqui não temos meios de cobrar esta concepção de Aristóteles e Cícero, a opinião generalizada sobre o ensino como ofício, indigno dos homens livres porque feito por dinheiro. Aquela era uma concepção conservadora, mas laica; agora tem-se uma tradução dela em estilo progressista e teológico (MANACORDA, 2006, p.142).

Na escola palaciana, ainda no período carolíngio, Carlos Magno tinha o ideal político de fundar uma sociedade cristã capaz de unir o Estado e a Igreja, colocando a palavra de Deus constantemente na vida da sociedade. Segundo Cambi, ensinava-se, sobretudo, a gramática e a retórica, mas também as artes liberais. As escolas palacianas foram fundadas para formar eclesiásticos e os próprios filhos da nobreza.

No ápice da alta Idade média entre os anos de 1050 d.C. à 1300 d.C. aproximadamente, tempos em que as Cruzadas⁴⁶ faziam parte do contexto histórico da época a escolástica ainda vivia seu momento de grandes contribuições intelectuais. Nessa época a Europa Ocidental deixava para trás o atraso e se guiava para o progresso, já que as invasões devastadoras dos Vikings, Húngaros e mulçumanos haviam cessado, sendo a última invasão feita em 1066 d.C. na Inglaterra. No momento em que as invasões externas deixaram de ser um perigo, os ocidentais começaram a desenvolver sua vida econômica e com ela avanços tecnológicos que foram de suma importância, além de contribuir para a primeira “Revolução Agrícola”⁴⁷.

Paralela ao surgimento e organização da economia nas cidades surge os *mestres livres* e com eles um novo processo de instrução. Os mestres livres eram Clérigos ou leigos que ensinavam a partir das artes liberais do *trivium* e do *quadrivium*, munidos da *licentia docendi* concedida pelo *magischola*, sendo que alguns ensinavam fora das escolas episcopais e para evitar concorrência outros ensinavam fora dos muros das cidades (*extra muros civitatis*), sendo que paralelamente algumas escolas livres aparecem ensinando outras disciplinas. Para

⁴⁶ Movimento militar de inspiração cristã, que tinha como propósito conquistar a Terra Santa e livrar a cidade sagrada de Jerusalém do domínio mulçumano. As cruzadas influenciaram a educação abrindo caminho para uma educação cavaleiresca e ao mesmo tempo monástico, que por séculos teve a cavalaria europeia como temática da literatura medieval.

⁴⁷ O trabalhador agrícola, o “homem da enxada”, sustentou materialmente a civilização europeia, mercê de sua labuta, mais que qualquer outra pessoa até a industrialização dos tempos modernos (BURNS. 2003, p. 238).

Manacorda, “é provável que justamente destes mestres livres, que atuam junto às escolas episcopais e sempre sob a tutela jurídica da Igreja (e também do Império), tenham nascido em seguida as Universidades” (MANACORDA, 2006, p.145).

As escolas livres se multiplicaram tornando-se independentes do controle eclesiástico. Segundo Burns, “não só seus alunos provinham do laicato como seus professores em geral também eram leigos” (BURNS, 2003, p.291). O aumento e a propagação da educação leiga ocasionou a perda do monopólio da igreja que durante mil anos foi quem deteve o domínio e esteve no comando da educação.

Entre os séculos XI e XII na Itália as primeiras Universidades começaram a ganhar forma, inicialmente ofertando dois cursos o de medicina em Salerno e o de direito em Bolonha, sendo que a mais antiga Universidade que se tem notícia e que por muito tempo foi considerada como a mais importante, foi a Universidade de Paris, que partiu de uma escola catedral e que orgulhosamente contava com as contribuições intelectuais de Pedro Abelardo (1072-1142), considerado o “mais carismático e controverso mestre da época” (BURNS, 2003, p.292). Segundo Burns, a reputação de Abelardo era tamanha que “muitos outros professores se radicaram para Paris e passaram a oferecer uma educação mais variada e avançada do que a ministrada em outras escolas catedralística da França” (BURNS, 2003, p.292).

Foi pela evolução das escolas catedrais que começaram a assumir um caráter corporativo e no giro relativamente breve de um século evoluíram para o novo instituto de universidade- o *studium generale*, como foi chamado num primeiro momento, e pela formação de escolas urbanas independentes da Igreja que tomou corpo aquele modelo de instituição educativa que no curso de três séculos se impôs em toda a Europa e tornou-se o principal instituto de instrução de uma ponta a outra do Ocidente, continuando a dominar a cena da atividade educativa pelos séculos futuros chegando até hoje (CAMBI, 1999, p.182-183).

A Universidade de Paris contou também com as grandes realizações de São Tomás de Aquino (1225-1274), ilustre teólogo escolástico que dedicou grande parte da sua vida ao magistério. Ele defendia que “o princípio da fé poderia ser defendido pela razão” (BURNS, 2003, p.297). As contribuições de São Tomás de Aquino fizeram com que o pensamento medieval do Ocidente chegasse ao ponto máximo, visto que;

Sua filosofia e sua teologia influenciaram pensadores tanto de orientação cristã como de orientação não cristã. Refletindo sobre as convergências e as

divergências entre a razão e a fé, ele considera que a filosofia e a teologia têm, portanto, semelhanças e diferenças, uma vez que tomam, respectivamente, tais objetos como matérias fundamentais de estudo (BATISTA, 2010, p.82).

O surgimento das universidades fez parte dos grandes acontecimentos da alta Idade Média. Inicialmente as universidades ofereciam estudos especializados, ou seja, estudos superiores específicos que não podiam ser obtidos nas escolas catedrais comuns. As universidades medievais conforme o termo que a designava, eram formadas através de corporações de professores ou alunos com a finalidade de defender seus interesses e garantir os seus direitos, mas aos poucos o termo passou a designar as universidades como instituições de ensino que seguiam modelos próprios de organização.

Para ingressar nos cursos universitários os estudantes deveriam ter um conhecimento profundo da gramática latina. Ao ser admitido o estudante permanecia estudando as artes liberais e ao final se conseguisse alcançar as notas distribuídas, recebia primeiramente o grau de bacharel em artes, mas “para garantir um lugar na vida profissional, ele tinha de dedicar mais alguns anos à obtenção de um grau avançado tal como mestre de artes ou doutor em direito, medicina, ou teologia” (BURNS, 2003, p.293). Conforme Cambi explicita, “o estudante passando das artes liberais para as três faculdades superiores desempenhavam também um papel de docente na faculdade inferior” (CAMBI, 1999, p.183).

A vida nas universidades medievais era agitada, pois os estudos universitários iniciavam-se muito cedo. Os estudantes ingressavam entre os doze e quinze anos e a medida que eles fossem se desenvolvendo nas disciplinas, as capacidades de debates públicos também se desenvolviam. Os estudos duravam cerca de cinco a sete anos e terminavam quando os estudantes atingiam aproximadamente vinte e um anos de idade, conferindo-lhe o grau de bacharel e depois de mais dois anos de estudo era designado magister, sendo que a ele era concedida a *licentia docendi*, que segundo Manacorda,

...à parte o apoio do poder político aos estudantes, a Igreja manteve uma espécie de supervisão sobre as universidades através da concessão, com exame prévio dos títulos de estudo, da autorização para ensinar, a *licentia docendi*. (A *conventatio* era a cerimônia pública que sucedia à da concessão da *licentia*, interna da universidade). Portanto, feita exceção à importante iniciativa dos mestres livres, nota-se uma continuidade ininterrupta, pelo menos na direção política, entre escolas episcopais e universidades (MANACORDA, 2006, p.150).

No século XIII as universidades contavam com um enorme número de estudantes, ou seja, uma proporção relativamente grande de europeus, sendo que nesse momento as pessoas recebiam ao menos algum tipo de educação de nível superior. Deve-se também ao enorme número de estudantes a melhora na qualidade do ensino, a recuperação da cultura grega e as transmissões intelectuais feitas por árabes e mulçumanos. Nesse período a educação se beneficiava com o progresso social.

O período que se estende do ano de 1300, século XIV, até meados ou fim do século XV, datas aproximadas, foi considerado um período marcado por guerras, conflitos políticos, crises econômicas, onde grande parte da população passou a conviver com a miséria a enfrentar doenças como a Peste Negra e outras mais. Tais causas afetaram profundamente a vida na sociedade e acabaram por refletir diretamente na vida escolar. Para Cambi, “O século XIV é um século de crises que leva ao ocaso da Idade Média. Trata-se de uma crise plural que abala em muitos níveis da sociedade europeia” (CAMBI, 1999, p.190). Para Burns,

...isso não significa que não tenha havido progresso algum. Nos últimos dois séculos da Idade Média os europeus demonstraram uma perseverança tenaz em face da adversidade. Em vez de se abandonarem à apatia, buscaram resolutamente ajustarem-se às novas circunstâncias. Assim, não houve colapso da civilização, como ocorreu no caso do Império Romano, mas antes um período de transição que teve como resultado a preservação e o desenvolvimento do que havia de mais sólido na herança deixada pela alta Idade Média (BURNS, 2003, p.307-308).

Apesar das crises vividas na Idade Média e todas as calamidades enfrentadas “o período foi em extremo frutífero no tocante ao pensamento, à literatura e a arte” (BURNS, 2003, p.239), talvez esse tenha sido um dos momentos que se inicia a transição entre a Idade média e a modernidade no tocante as artes. Obras como os romances arturianos de Chrétien de Troyes, *Parsifal* de Walfran, *Tristão* de Gottfried Von Strassburg, *Romance da Rosa* (*Romance de la Rose*) iniciado por Guilherme de Lorris e terminada por João de Meun, a *Divina Comédia* de Dante Alighieri, *Decamerão* de Giovanni Boccaccio que fez ressurgir o interesse pelos estudos dos clássicos gregos e latinos, dentre outros, são o retrato do quão magnífica a época foi. Os estilos *Românico* e *Gótico* marcaram a arquitetura do período medieval, sendo que algumas construções ainda são possíveis de ser contempladas com todo seu esplendor.

A Idade Média como um todo foi um período de grande importância histórica, principalmente no que diz respeito ao legado educacional que ela nos proporcionou. Através de uma educação religiosa conservadora foi possível ver florescer através dos séculos a busca pelos instrumentos que ajudariam no desenvolvimento intelectual e social do homem, ou seja, aqueles necessários à formação humana.

3.3 Os mestres da pedagogia escolástica

O período que se estende entre o início da era cristã e a expansão do Império Romano, ficaram marcados pelo encontro da filosofia grega, do pensamento judaico e o cristianismo. Através deste contexto diversas tendências filosóficas e teológicas foram se difundindo e é neste contexto que Santo Agostinho aparece e com ele, contribuições que iriam alavancar todo cenário educacional. Apoiado nos princípios do cristianismo e no platonismo, o pensamento de Santo Agostinho se tornou a base fundamental para o pensamento pedagógico Ocidental. Para ele a educação era o principal instrumento a ser utilizado no desenvolvimento espiritual do ser através da fé.

A educação antes da queda do Império Romano era desenvolvida através de uma educação familiar e de mestres particulares que eram contratados pelas famílias, já após a queda do Império Romano a educação fica a cargo da igreja, que para desenvolver os princípios cristãos busca no pensamento de Santo Agostinho as bases para uma educação voltada para a religião cristã.

Para o desenvolvimento educacional da época a igreja necessitava de elementos que desenvolvessem no indivíduo princípios básicos, mas que o remetesse a fé e por isso organizava seu currículo, baseado em elementos culturais, literários, matemáticos e humanísticos através das artes liberais. Daí surge o termo escolástica. Segundo Larroyo (1970), no início o termo designava o conjunto dos saberes transmitidos pelas escolas mantidas pela igreja e mais tarde, o termo passou a caracterizar o “movimento intelectual, filosófico e teológico iniciado no seio da cristandade e que perdurou hegemonicamente desde o fim da alta Idade Média até o fim da Baixa Idade Média” (BATISTA, 2010, p.86). Num sentido amplo podemos dizer que a escolástica foi um movimento intelectual que buscava demonstrar e ensinar através de uma análise lógica a razão em concordância com a fé.

Os caminhos da Escolástica foram preparados por um dos grandes pensadores da Idade Média, Pedro Abelardo, antes mesmo dela se consolidar como método ou filosofia. Através de sua obra *Sic et Non*⁴⁸, Abelardo preparou o caminho para o método escolástico e possibilitou através de seus estudos que a teologia fosse estudada como ciência, ele também contribuiu para que a vida intelectual no Ocidente pudesse se transformar em profissão.

Após a morte de Abelardo, seu discípulo mais ilustre Pedro Lombardo compôs o *Livro das Sentenças*, nesta obra, Pedro Lombardo seguiu a proposta de estudo de seu mestre e também preparou uma série de questões cujas respostas são dadas em conformidade com a Bíblia e de autoridades cristãs. Neste momento o caminho para a escolástica começou a se modelar de forma mais madura e concisa e a obra de Lombardo passou a ser o referencial para o estudo da Teologia, já que neste momento as escolas de teologia estavam funcionando formalmente nas universidades. Outro fator que foi decisivo para o desenvolvimento da escolástica foi à recuperação da filosofia grega. Influenciados por Aristóteles e utilizando a metodologia de Lombardo agregada às demais filosofias gregas e árabes, os escolásticos tentaram compreender todo o universo através do conhecimento natural em consonância com a fé e Santo Tomás de Aquino será o representante máximo dessa escolástica.

Na História do encontro entre a filosofia grega e árabe e a fé cristã, ocorrida na alta Idade Média, avulta, sobretudo, o surgimento da escolástica. A palavra tem sido definida de várias maneiras. Basicamente, denotava simplesmente o método de ensino e aprendizado das escolas medievais. Isso significa que a escolástica era em alto grau sistemática e que dedicava grande respeito pela autoridade. No entanto, a escolástica não era apenas um método de estudo: era uma visão do mundo. Como tal, ensinava que havia uma compatibilidade fundamental entre o conhecimento que o homem pode obter naturalmente, isto é, através da experiência ou da razão, e os ensinamentos transmitidos pela revelação divina (BURNS, 2003, p.295).

A escolástica desde seu início até seu apogeu entre os séculos XIII e XIV teve como representantes Santo Anselmo (1033-1109), considerado o primeiro a distinguir entre saber e crença, ele acreditava ser possível explicar através da razão a existência divina, Santo Alberto Magno (1200-1274), considerado um dos primeiros a reproduzir de forma sistemática a filosofia de Aristóteles, destacou-se não só nas ciências escolásticas, mas também na filosofia

⁴⁸ Na obra *Sic et Non* que traduzida significa *Sim e Não*, a metodologia utilizada por Abelardo consistiu na formulação de 150 questões contendo passagens Bíblicas e trechos com bases teológicas formuladas pelos doutores da Igreja. Apesar de não ter tido a possibilidade de recorrer aos clássicos gregos, pois em sua época pouca coisa havia sido traduzida, Abelardo buscou consolidar racionalismo e religião. Esse método foi adotado mais tarde pelos escolásticos para estudar teologia.

e na teologia e segundo Batista (2010), seu pensamento pode ser considerado matriz para o pensamento não só de Santo Tomás de Aquino seu amigo e mais ilustre discípulo, mas também de outros autores escolásticos da época, Santo Tomás de Aquino (1224-1274), “o sumo doutor da escolástica, sintetizou suas teses num organismo filosófico inspirado nos princípios do racionalismo e do naturalismo aristotélico, que funcionam como critérios de compreensão e justificação de toda a metafísica cristã” (CAMBI, 1999, p.188).

O método escolástico, na versão de Santo Tomás de Aquino, aprimorado, ao máximo, pela sua erudição, embora se tenha reduzido, vez por outra, ao puro e enfadonho dialetismo universitário, pode, em contrapartida, ser tomado como instrumento extremamente útil à pedagogia hodierna. Tal técnica, ao elucidar questões, lida com argumentos convergentes e divergentes, somados a uma resolução e uma refutação dos argumentos inconsistentes. Sob um prisma educacional, é um recurso válido e produtivo para desenvolver, no educando, habilidades intelectuais a partir de duas disciplinas imprescindíveis a uma formação compatível com as exigências do exercício de um pensar coerente e coeso, quais sejam: a Lógica e a Dialética (BATISTA, 2010, p.9).

Os critérios utilizados no processo de ensino para Santo Tomás de Aquino partem de uma visão aristotélica em concordância com fundamentações filosóficas e teológicas. Para ele, o ato de ensinar era mais que um ato mecânico de transmissão do conhecimento entre mestre e discípulo; era um modo de estímulo e a forma como se transmitia a informação despertava no aluno o seu aprendizado. Os pressupostos do processo de ensino na visão de Santo Tomás de Aquino estão presentes em sua obra *De magistro*; a obra é composta de quatro artigos, elaborados em conformidade com a metodologia de pesquisa utilizada na época. Partindo de bases filosóficas através do pensamento de Aristóteles e bases teológicas cristãs, no primeiro artigo Santo Tomás lança o questionamento, se somente Deus pode ensinar e ser chamado de mestre, ou se isso cabe também ao homem; no segundo artigo ele questiona sobre a possibilidade de ser mestre de si; no terceiro se o ensino pode se dar através dos anjos e no quarto artigo ele traz questionamentos sobre o ato de ensinar. Para elaboração desta obra, Santo Tomás de Aquino teve como ponto de partida o *De magistro* de Santo Agostinho. Na sua própria obra Santo Tomás de Aquino traz à tona diversos assuntos que se configuram através do pensamento aristotélico e do escolástico que se estabelecem pelo questionamento em busca da verdade. Os textos de Santo Tomás traziam o conceito da ciência divina e a função docente como iluminadora, o aprendizado por si só, a intervenção angelical e contexto histórico-teológico da época medieval.

A escolástica no século XIV teve outros representantes que a operaram de forma mais crítica e conflituosa como John Duns Scot (1265-1308), que exercia uma teologia rival a de Santo Tomás de Aquino, limitando as pretensões da metafísica e da teologia e já Guilherme de Occam (1300-1349), abre caminho para “uma nova era de pensamento, mais empírico-naturalista, mais crítico e menos embebida de metafísica-teológica” (CAMBI, 1999, p.189-190), para ele as doutrinas teológicas eram matéria da fé e não da razão. Nesse momento estamos nos limiares da Renascença.

Vimos à escola e a instrução entre o papado e o império, lembrando as escolas paroquiais, episcopais e cenobiais e as universidades; encontramos também os primeiros mestres livres, aos quais, aliás, se deve em grande parte remontar a origem das universidades, mesmo com sua subordinação ao antigo e o novo direito eclesiástico e imperial (MANACORDA, 2006, p.168).

O novo período embarcado pelos acontecimentos da Idade Média, iam-se renovando e se remodelando em virtude dos conhecimentos do homem referente ao mundo e todas as coisas, sendo assim, a educação toma novos ares, mesmo que sua metodologia legada do período medieval ainda exerça influência no decorrer dos períodos seguintes.

4 Os processos de transição e transformação da modernidade

A fase inicial do mundo moderno é um tanto quanto polêmica entre os historiadores, talvez o motivo seja por ser um período de transição, marcado por profundas transformações. Neste capítulo será adotado como ponto de partida para estudo e reflexão do processo educacional e desenvolvimento do trabalho docente do período, o término da Idade Média, que de modo geral concordam os historiadores que tenha acontecido com a tomada de Constantinopla no ano de 1453 e o seu início tenha se dado no momento em se manifestava no norte da Itália um movimento de caráter intelectual e artístico denominado Renascença. A dificuldade em demarcar o início exato do período talvez se dê porque alguns dos elementos que caracterizem o período tenham se manifestado ainda na Idade Média, mas isso se torna compreensível, por ser um momento de manifestação entre a transição de um período e outro.

Trata-se de um ciclo histórico que tem características profundamente diferentes do anterior, em relação ao qual ele opera uma ruptura consciente, manifestando estruturas substancialmente homogêneas e orgânicas. O debate em torno da interpretação da Modernidade Tornou-se, no curso dos séculos e em particular nos últimos decênios, bastante aceso e complexo. Todos os intérpretes, todavia, de modo prioritário, sublinham o aspecto de cesura da modernidade, seu caráter revolucionário em relação a uma sociedade estática quanto às estruturas econômicas, quanto à organização social e ao perfil cultural como aquela que a precede: a Idade Média. Com a modernidade prepara-se o declínio e depois o desaparecimento daquela sociedade de ordens que tenha sido típica justamente da Idade Média e que negava o exercício das liberdades individuais para valorizar, ao contrário, os grandes organismos coletivos (a Igreja ou ao Império, mas também a família e a comunidade), favorecendo o bloqueio de qualquer mudança e intercâmbio social (CAMBI, 1999, p.195-196).

Para melhor compreensão dos aspectos e atividades educacionais da Idade Moderna, este capítulo será construído também, através de abordagens relacionadas ao contexto histórico da época envolvendo os aspectos sociais, políticos e econômicos que estiveram diretamente ou indiretamente ligados na constituição do período, uma longa fase que se estendeu entre os elementos legados do período medieval e dos constituintes do capitalismo em formação. Já que nos últimos dois séculos da Idade Média sinais dos novos tempos começaram a aparecer, provocando a partir do século XV transformações que revolucionaram a vida da humanidade.

No século XIII os senhores feudais começavam a perder o seu poder para os reis e assim os estados nacionais começavam a se fortalecer. Nesse momento a Europa ainda na

tradição feudal se expandia através da colonização de novas terras e a população aumentava consideravelmente, fazendo-se necessário produzir mais alimentos. Os europeus, vendo essa necessidade ao final do século XV e início do século XVI, expandiram seus domínios pelo Oceano Atlântico, cruzando os mares e chegando a terras desconhecidas por eles, inaugurando a era dos descobrimentos. Para os europeus, isso significava novos produtos, novas oportunidades de investimentos e novos negócios, aqui, os estados nacionais ficavam cada vez mais fortes com a formação dos Impérios Coloniais. Este foi o momento em que a economia mundial começou a se modificar e a preparar o caminho para uma economia capitalista, mas não só a economia estava se modificando, no campo das ideias novos pensamentos se abriam inclusive os ligados a religião e a educação, que até então pareciam estar estagnados diante do pensamento cristão.

As transformações vividas na época mudaram parte do comportamento dos europeus e essas transformações se intensificaram ainda mais a partir da reforma religiosa. Os europeus passaram a ter novas ideias e atitudes mais apuradas e afinadas com os novos tempos, as cidades se tornavam centros da nova cultura que surgia na Idade Moderna. Apesar de todas essas conglomerações de acontecimentos que marcaram a transição e o início do período moderno, essas mudanças levaram algum tempo para se consolidar, além de não ter atingido todos os países ao mesmo tempo, a maior parte da população dos reinos cristãos ficou fora desse processo, além daqueles que moravam no campo⁴⁹. Os novos tempos e os novos pensamentos traziam consigo a intolerância religiosa e a perseguição dos defensores dos novos ideais. Esse também foi um período marcado por violência, onde o poder militar europeu dominava através da força as populações da América, da Ásia e da África. Mesmo numa época de tanta violência surpreende que o pensamento humano tenha começado a ser valorizado.

Entre os séculos XIV e XV, a Europa vivia também, um momento de crise, que se deve a diversos fatores como as guerras internas que levaram a economia europeia a sofrer um desajuste, as revoltas camponesas devido às crises vividas no campo e o aumento de impostos, a peste negra, reflexo da precariedade das condições básicas de saneamento e saúde oferecidas nas cidades. Nesse momento em meio às crises vividas os clássicos gregos voltaram a influenciar filosófica, cultural e artisticamente essa época e o pensamento humano sofre uma reviravolta, pois antes todos os estudos estavam ligados à religião e toda educação

⁴⁹ A Europa continuava sendo uma sociedade agrária.

direta ou indiretamente a seu serviço. Com a chegada dos novos tempos o homem passou a ser valorizado e estudado como ser racional e superior em meio às criaturas. Essa forma de ver o mundo ficou definida como Humanismo⁵⁰ e a essa nova etapa histórica de renovação cultural se deu o nome de Renascimento, embora haja controvérsia entre os historiadores no tocante a existência de um período entre a Idade Média e a Idade Moderna, denominado Renascença, talvez isso se deva ao fato de “haver dúvida quanto a se existiu alguma política ou economia verdadeiramente característica desse período” (BURNS, 2003, p.344).

O Renascimento surgiu primeiramente na Itália como uma nova cultura e como uma expressão do movimento humanista e somente depois se espalhou por todo o ocidente. O fato de a Renascença ter se manifestado primeiro na Itália, talvez se deva ao legado herdado dos seus antigos descendentes, os romanos, ou ao fato de que em certas cidades o sistema romano de educação era preservado, tendo como matéria prima do saber os clássicos gregos e latinos. Outro fator que também pode ter ajudado na disseminação do movimento foi fato das cidades-estados italianas estarem em constante crescimento e ter uma situação econômica melhor que as outras cidades da Europa, podendo assim financiar as manifestações artísticas e culturais.

Na origem das civilizações renascentistas “a ação combinada da política e da economia favorece o nascimento de novas indústrias, o aumento da produção, a adoção de novas técnicas em diversos setores da atividade humana é um irresistível desenvolvimento dos conhecimentos” (CAMBI, 1999, p.223). É neste contexto que o homem da nova civilização adquire a consciência de si e sente a necessidade de participar mais ativamente das atividades que fazem parte e interferem diretamente na sua vida e de seus semelhantes.

A nova concepção antropológica tem necessidade de condições inovadoras que garantam sua realização. Por isso, o interesse da nova época é pela problemática educativa tanto no nível teórico quanto prático. Não são apenas educadores e pedagogos que dedicam atenção a essa problemática, mas também literatos e políticos representantes da nascente burguesia (mercadores, artesãos, banqueiros). Pode-se dizer que toda a produção educativa dos séculos XV e XVI, malgrado sua descontinuidade quanto a orientações e valores, caracterizada por uma profunda aspiração a dar forma e concretude ao novo ideal de homem (CAMBI, 1999, p.225).

⁵⁰ O Humanismo, que embora tenha nascido aristocrático, foi o único movimento até então a dedicar “maior atenção aos problemas do homem e da sua educação, todavia o renovado contato com os clássicos gera nos novos intelectuais uma aversão não somente pela cultura medieval, mas também pela sua forma tradicional de transmissão, a escola” (MANACORDA, 2006, p.175).

Estamos diante de um pensamento humanista cívico, que, para alcançar seus objetivos, viu-se na necessidade de formar o homem não apenas para as atividades teóricas e práticas, mas para ser capaz de realizar todos os tipos de atividades dentro da sociedade. Diante disso, faz-se necessário voltar ao pensamento de um dos mais antigos humanistas e literatos, Francesco Petrarca (1304-1374), um homem que possuía uma ligação profunda com o cristianismo e tinha suas próprias convicções, ele acreditava que a teologia e a filosofia escolástica, até então ensinadas, conduziam o conhecimento de maneira errada rumo à salvação.

Petrarca destacou-se entre os humanistas, fez profundas críticas à escola medieval, ao ensino e sua forma de transmissão “talvez, mais do que todos os outros expressa este profundo desprezo pela gramática e seus ensinamentos” (MANACORDA, 2006, p.175); depois dele, outros humanistas cívicos apareceram contribuindo para a educação, como Leonardo Bruni (1370-1444), que ocupava um cargo de chanceler na República Florentina; ele traduziu alguns textos de Aristóteles escreveu obras dedicadas à educação, exaltou o método de estudo em voz alta e o de cópia em cadernos, que segundo ele, eram práticas importantes. Pier Paolo Vergerio (1370-1444), que defendia a educação como meio de não sucumbir ao ócio, também desenvolveu um quadro de estudos destinados a todas as classes sociais. Matteu Palmieri de Florença (1406-1475) escreveu obras com temas pedagógicos e defendia o fato da educação começar na primeira infância, primeiro na família e depois conforme os costumes da época. Leon Batista Alberti (1404-1472) defendeu uma formação mais concreta do homem; para ele, a educação deveria ser dada àquela nova classe que tomava espaço, a burguesia. A educação proposta por Alberti incluía o uso do *trivium* e do *quadrivium*, junto ao ensino das artes “*sermonicales e reales*”, as literárias e as científicas e também uma educação física, que incluía jogos, brincadeiras e todas as atividades que incluísse exercícios físicos. Alberti tinha grande preocupação com a educação infantil, já que as crianças eram tratadas com desprezo. Segundo Manacorda “os humanistas desprezavam o tipo de educação existente, seus mestres e suas varas, mas não o ensino. Será própria do humanismo e do Renascimento a procura de uma nova forma, mais humana e mais culta, de educar e instruir a criança” (MANACORDA, 2006, p.177).

Para Burns, “os humanistas cívicos concordam com Petrarca quanto à necessidade da eloquência e do estudo da literatura clássica, mas ensinavam também que a natureza do homem o equipava para a ação, para ser útil à família e sociedade e para servir ao estado”

(BURNS, 2003, p.347). O estudo dos clássicos, a forma com que os humanistas tratavam os assuntos ligados ao cristianismo e a vida terrena, para a época parecia pregação do paganismo, mas nessa jornada eles contavam com os bizantinos que haviam migrado para a Itália e trazendo obras de Platão que até então haviam sido esquecidas, já que a obra aristotélica vinha sendo mais utilizada como método de estudo.

Segundo Manacorda, “o humanismo surge como polêmica declarada contra a cultura dos cenóbios e das universidades e sua tradicional classificação das ciências (já ameaçadas pelo chamado conflito entre as artes, que viu as faculdades disputarem o primado do saber)” (MANACORDA, 2006, p.177). Para ele só se pode entender o humanismo através de seus representantes, os mestres livres⁵¹. As atividades dos mestres livres surgem paralelamente às escolas cristãs, também com um propósito de formação profissional só que com um ensino voltado para o ofício, diferente do oferecido pela Igreja que tinha seu ensino voltado para a religião e a seu serviço.

O pensamento humanístico e todas as influências trazidas pela Renascença italiana ganhou o mundo, espalhando-se para outros países da Europa. Era inevitável que isso acontecesse, pois o encantamento pelas artes, pela literatura e o pensamento filosófico inflamavam a juventude, que iam até a Itália para concluir seus estudos. O pensamento humanístico era também disseminado por alguns italianos que se arriscavam em outras culturas expondo seus pensamentos.

O pensamento humanístico demorou algum tempo para se firmar em outros países, pois a situação política e econômica ainda sofria com os reflexos dos acontecimentos que findaram o período. Apesar da Renascença e do pensamento humanístico terem alcançado alguns países fora da Itália, o movimento aconteceu de forma mais contida, do que no seu país de origem, talvez isso tenha se dado pelo fato dos italianos terem uma tradição clássica, ou pelo fato de “mesmo durante a Idade Média as cidades italianas haviam mantido um ensino mais secular, a fim de educar os jovens para o comércio, o direito e os negócios públicos

⁵¹ “Os mestres livres são os protagonistas da nova escola do terceiro estado: com eles tanto o conteúdo do ensino como o que podemos chamar de sua situação jurídica e social vão mudando” (MANACORDA, 2006, p. 169). Desse modo, os mestres livres representam o novo modelo de docência inaugurado sob os auspícios do humanismo: trata-se de alguém que se apropria do patrimônio cultural da humanidade, ao revisitar, sobretudo, a Antiguidade Clássica Greco-Latina, servindo-se desse mesmo patrimônio para educar não apenas em nível especulativo, mas também pragmático, uma vez que, na Renascença, enfatiza-se o aspecto operativo do ser humano, uma vez que, sendo ele artífice de seu próprio destino, torna-se imperativo que aja para alcançar aquilo que pretende. Portanto, o docente é concebido, sob tal perspectiva, como alguém que não ensina apenas a pensar, mas, sobretudo, a fazer.

municipais” (BURNS, 2003, p.358), enquanto que nos outros países a educação estava mais voltada para os assuntos teológicos e o misticismo religioso. A Alemanha foi um dos primeiros países a serem influenciados pelo humanismo italiano, mas, devido à revolução protestante, trouxe à tona inimigos que iam contra os ideais humanistas. Acredita-se que no início da Renascença alemã, o pensamento humanista tenha despertado o interesse e tenha sido utilizado como expressão de protesto, principal motivo das perseguições da época.

No tocante as artes, diferente da Renascença italiana que teve todo seu esplendor graças à maestria de seus representantes, a arte da renascença alemã se limitou a poucos trabalhos, de pinturas e gravuras, porém significativos. Nos Países Baixos, a literatura teve um único representante, Desiderio Erasmo (1467?-1536), considerado como sendo um dos maiores representantes dos ideais renascentistas do norte da Europa, ocupou lugar de destaque quanto à concepção cristã do humanismo em suas obras expressiu seus interesses pela educação elaborando metodologias e currículos e de uma forma independente; mesmo sem tomar partido algum em nenhum movimento, influenciou a reforma religiosa. Cambi salienta que Erasmo chamou atenção para a importância da docência, uma vez que, em se tratando do professor:

A ele cabe a tarefa de caracterizar as diferenças individuais dos sujeitos e em relação a elas seguir as modalidades de ensino mais oportunas. Erasmo tem em alta consideração a função do docente, embora manifeste em várias ocasiões um profundo desprezo por muitos mestres, pobres no que diz respeito à preparação cultural e profissional (CAMBI, 1999, p.255).

Na educação, o humanismo abriu caminho para novas escolas e novas perspectivas de ensino que serviram não só para os alemães, mas para todos os outros países europeus. Em países como França, Espanha e Inglaterra o movimento humanista não encontrou um ambiente muito favorável durante a renascença, mas mesmo assim importantes realizações filosóficas e literárias ilustram o período, através de obras como as dos franceses François Rabelais (1490?-1553) e Michel de Montaigne (1533-1592), que demonstram um profundo descontentamento quanto à escolástica. Quanto a Rabelais, “numa linguagem que está longe de delicada, ele satirizava as práticas da Igreja, ridicularizava a escolástica, zombava das superstições e punha a nu todas as formas de hipocrisia e de repressão” (BURNS, 2003, p.362), já Montaigne, acreditava que as conclusões obtidas através da razão podem nos enganar algumas vezes. Para Cambi o pensamento de Montaigne representa um momento essencial para a reflexão pedagógica, ainda que não elabore “um verdadeiro sistema de

pensamento pedagógico, apresenta algumas felizes intuições que antecipam elementos próprios da pedagogia moderna e contemporânea” (CAMBI, 1999, p.270). Quanto à concepção de docência pretendida por Montaigne, verifica-se que ele pretendia que os mestres fossem mais sensíveis à natureza infantil, uma vez que ela seria o guia da sua atividade, razão pela qual escreve:

É bom que faça essa inteligência à sua frente pra lhe apreciar o desenvolvimento e ver até que ponto deve moderar o próprio andar, pois em não sabendo regular a nossa marcha tudo estragamos. É uma das mais árduas tarefas que conheço colocar-se a gente no nível da criança; e é característico de um espírito bem formado e forte condescender em tornar suas ideias infantis, a fim de melhor guiar a criança (MONTAIGNE, 2004, p.151).

Na Espanha, em Portugal assim como na Inglaterra o movimento renascentista só se manifestou entre os séculos XVI e início do XVII, momento em que ambos os países gozavam de suas riquezas obtidas através de conquistas e do comércio, momento esse que a Renascença chegava ao seu fim na Itália. Embora inspirados pelos *studia humanitas*, mas ainda inflamados pelo pensamento cristão, “desejavam um cristianismo mais simples e mais radical e almejavam um sistema educativo liberto do domínio da lógica escolástica” (BURNS, 2003, p.365).

Em meados do século XVI na Itália a Renascença chega ao seu fim, após séculos de glória e glamour, mas suas sementes haviam sido lançadas e germinadas por outras terras. As causas que levaram o Renascimento ao seu fim se deram por uma somatória de acontecimentos que se iniciaram com a invasão francesa e espanhola, conseqüentemente a crise no comércio e por fim a Reforma Católica, onde a Igreja passa a querer controlar todo pensamento, expressões artísticas, literárias, científicas e educacionais em protesto a propagação do protestantismo e dos novos ideais considerados mundanos. Durante o processo de transição da Idade Média para o mundo Moderno ficou evidente as profundas transformações lançadas pela cultura Renascentista. Mesmo que embebidas nos clássicos da antiguidade o Renascimento e o pensamento humanístico abrem caminho para a ciência, para a política e para a educação Moderna. A ciência moderna diferente da medieval tratou teoria e prática como uma só.

Um dos motivos para isso era que os artistas da Renascença, homens altamente respeitados, atuavam em ambos os campos: não só eram magníficos artífices, como estudavam e faziam progressos na matemática e na ciência, ao investigarem as leis da perspectiva e da óptica, ao elaborarem

métodos para sustentação do peso de enormes cúpulas arquitetônicas, e ao estudarem as dimensões e os pormenores do corpo humano. De modo geral, contribuíram para tornar a ciência mais empírica e mais voltada para a prática do que ela fora voltada antes (BURNS, 2003, p.371).

Na história científica e intelectual do mundo, as descobertas no campo da astronomia da medicina, da física, no período da Renascença serviram de inspiração e como ponto de partida para outros estudos, apesar de muitos desses feitos científicos não serem destacados como obra do humanismo, por serem considerados como sendo especulação da escolástica. Nomes como Johann Kepler, Nicolau Copérnico, Arquimedes, Galileu Galilei, Adreas Vesalius, Miguel Serveto, William Harvey, foram de suma importância para a popularização da ciência, “com isso, a prática científica tornou-se altamente respeitável, e a ciência moderna deu partida a alguns de seus maiores triunfos” (BURNS, 2003, p.372).

Para muitos historiadores a transição da época medieval para a moderna, ficou marcada através da cultura Renascentista, que ecoava através do pensamento clássico da antiguidade os pressupostos que ajudariam a compor o pensamento futuro. O período foi marcado por inúmeras manifestações literárias, artísticas, filosóficas, científicas, e políticas, e em sua última fase foi acompanhada por outro movimento a Reforma, que veio revolucionar todo pensamento religioso da época. Embora, tenham tido algumas semelhanças, quanto ao resgate do passado e os fatores que influenciaram o movimento, a relação entre o movimento Renascentista e o Reformista foram distintas. Diferente dos humanistas que tinham sua essência voltada para o humano e o natural e via a religião de uma forma diferente, os reformistas desprezavam as coisas terrenas, pois em seus espíritos estavam implantados a exaltação ao divino através da fé.

4.1 A reforma protestante a contra reforma e a docência.

No momento em que ocorriam todas as transformações que marcaram a transição do mundo medieval para o moderno, novos movimentos começaram por resultar em reformas no pensamento, nas artes, na religião e na Igreja e conseqüentemente na educação. A Reforma religiosa teve o Luteranismo na Alemanha, o Calvinismo na Suíça e o Anglicanismo na Inglaterra como movimentos reformistas da Igreja Católica e Protestante que se iniciaram ao final do século XV e início do século XVI.

Os motivos que levaram as Reforma religiosa se deram devido ao descontentamento com a Igreja que ao final da Idade Média já não tinha o compromisso que havia pregado antes, pois a corrupção dentro da Igreja, a cobrança de Indulgências, o abuso de poder por parte de alguns padres e pontífices, fez com que outra parcela do clero tentasse moralizar a Igreja e retomar os seus princípios. Na sua origem o movimento teve outros motivos que os de ordem religiosa, o período foi motivado também por aspirações de ordem política, social e econômica. Todos esses motivos estavam aliados ao interesse dos reis em diminuir o poder da Igreja e a miséria dos camponeses provocada pela arbitrariedade dos latifúndios do clero e a condenação dos burgueses pela Igreja devido ao aumento dos lucros.

A Reforma protestante teve como principal protagonista Martinho Lutero (1489-1546), um monge agostiniano que se dedicou com ardor à reflexão sobre o estado da sua alma e adquiriu assim, uma nova percepção dos ministérios da teologia Cristã. Em 1517 foi surpreendido por um fato que lhe despertou para a centelha da Revolução protestante, neste ano um frade da Ordem dos Dominicanos de nome Tetzel esteve na Alemanha determinado a vender indulgências e arrecadar a maior quantia possível sobre afirmação descrita por ele “como bilhete de entrada para o céu”⁵². Lutero estarrecido com a exploração formulou uma declaração com cerca de noventa e cinco teses, onde atacava através de críticas a venda de Indulgências e afixou na porta da Catedral de Wittemberg, além disso, mandou cópias impressas para vários amigos em diversas cidades. O documento formulado por Lutero, naquele momento serviu para expressar todo sentimento de uma nação, que estava cansada e perplexa com os abusos por parte da Igreja. O documento causou tal repercussão que a pedido do Papa Leão X, a Ordem dos Agostinianos ordenou a Lutero que se retratasse diante de suas ideias, recusando-se a ir contra seus princípios Lutero desobedeceu as ordens e acabou sendo excomungado pela Igreja Católica e perseguido pelos soldados do Imperador. Daí por diante Lutero dedicou o resto dos seus dias a estabelecer uma Igreja alemã independente⁵³.

Para Cambi, “o movimento reformista iniciado por Lutero na Alemanha, que tem importantes consequências na história da cultura europeia, assume desde seus inícios um importante significado educativo” (CAMBI, 1999, p.247). De um modo geral, o modelo de educação que o movimento reformista propunha, baseava-se no direito ao acesso a educação por parte de todos os cidadãos pelo menos em nível básico, que deveriam ser garantidos pelas autoridades governamentais, sua organização seguia o modelo dos princípios básicos do

⁵² (BURNS, 2003, p.384).

⁵³ (BURNS, 2003, p. 384-385).

humanismo, sobretudo no aprendizado das línguas antigas e da nacional, além da gramática, pois “a Bíblia era um livro que devia ser lido, estudado e corretamente interpretado, o que exigia que as pessoas soubessem ler e tivessem um bom preparo intelectual” (Matos, 2008, p.16). A educação era oferecida nas escolas e complementada em casa com o aprendizado de um ofício. “Através desse programa, Lutero dirige-se não somente aos políticos como também aos pais, para que, além de preparar os filhos para o trabalho nas empresas familiares, os mandem à escola” (MANACORDA, 2006, p.197).

O interesse de Lutero pelos problemas da educação e da escola está contido numa série de discursos e de apelos dirigidos aos homens políticos alemães (*Carta aos conselheiros comunais de todas as cidades da Alemanha*, de 1524; *Sermão sobre a necessidade de mandar os filhos à escola*, de 1530), além de alguns escritos de caráter religioso (*Grande e pequeno catecismo*, 1529). A sua concepção pedagógica baseia-se num fundamental apelo à validade universal da instrução, a fim de que todo homem possa cumprir os próprios deveres sociais. (...) A instrução é, portanto, uma obrigação para os cidadãos e um dever para os administradores das cidades. Os primeiros têm tal obrigação porque a lei de Deus não pode ser mantida com os punhos e com as armas, mas apenas com a cabeça e com os livros. E se, de algum modo se mostrarem relutantes, deve-se recorrer a coação, do mesmo modo como são impostas as taxas para a construção de obras de utilidade pública (CAMBI, 1999, p.249).

Outro representante do movimento da Reforma religiosa Protestante da Alemanha foi Felipe de Melancton (1497-1560), que assim como Lutero deu ênfase para os problemas educativos, embora de maneira diferente, utilizava os modelos humanísticos e recorria à cultura clássica para organizar o ensino e a escola. Para Manacorda, “nestes novos conteúdos da instrução, especialmente no valor do conhecimento da história civil e política, que Melancton associa à batalha do humanismo para uma pedagogia serena e humana, talvez esteja o espírito mais genuíno da Reforma” (MANACORDA, 2006, p.199). Organizou diversas escolas em vários locais da Alemanha, no qual defendia a instrução clássica com a finalidade de buscar as verdades contidas nas escrituras. Segundo Cambi, para ele, “a ignorância é a maior adversária da fé, por isso deve ser combatida (e não só no nível da infância) mediante uma radical reforma das escolas e uma recuperação da autoridade cultural e moral dos educadores” (CAMBI, 1999, p.251), numa mesma perspectiva ele atribui às autoridades civis a responsabilidade de custear a instrução e de escolher docentes dotados de boa cultura clássica. Talvez essa ideia de oferecer uma educação patrocinada pelo governo tenha partido da antiguidade conforme Jaeger elucidada.

Arvora o soberano ideal em personificação da educação do povo e em encarnação visível da ética do Estado. Ao colocar a idéia do governo ao serviço da educação da Humanidade, na medida em que ela se manifesta num Estado e povo concretos, esforça-se por lhe infundir vida nova, pois a idéia da *paidéia* é no seu tempo o verdadeiramente vivo sentido supremo da existência humana. Todas as instituições e bens da vida, religião e culto dos Deuses, Estado e sociedade, indivíduo e família se justificam pela maneira como contribuirão para esta missão (JAEGER, 1994, p.1134-1135).

O sucesso da Reforma protestante não se deu somente através das ideias de Lutero, uma série de pequenas revoltas se instaurou e em 1522-1523, o empobrecimento da pequena nobreza, provocado pela concorrência com as grandes propriedades que passaram a movimentar a economia capitalista provocam a primeira luta armada para a libertação da Alemanha. A revolta seguinte foi a dos cavaleiros, que misturava trabalhadores das cidades e camponeses tendo como causas a alta no custo de vida, a concentração das propriedades fundiárias e o radicalismo religioso proposto pelos ideais de Lutero. Em 1524 – 1525, uma nova revolta camponesa incentivada por Tomás Münzer, que representava os interesses dos camponeses acontece e logo tem fim, pois incentivados por Lutero que ordenou a nobreza e todos aqueles que eram aliados aos príncipes a matar todos os rebeldes, pois os considerava desordeiros e criminosos. Nesta luta considerada uma das mais sangrentas, milhares de rebeldes foram mortos inclusive o seu líder Tomás Münzer. Após o fracasso da revolta dos camponeses, um grupo de reformadores radicais cansados do conservadorismo a que Lutero vinha impondo surge dando origem a um novo movimento, que recebeu o nome de movimento anabatista⁵⁴. O grupo tinha como propósito alcançar a igualdade social e o fim da propriedade privada.

O luteranismo se propagou também pela Dinamarca, Suécia e Noruega, onde se tornou religião oficial. A religião fundada por Lutero não teve grande popularidade fora da Alemanha, mas a partir de suas ideias na França surge outro movimento religioso o Calvinismo. Na França as ideias de Lutero haviam chegado, mas os católicos começaram a perseguir aqueles que eram adeptos a essas ideias. É nesse cenário que João Calvino (1509-1564) aparece com suas ideias. Calvino nasceu em Noyon na França, perdeu a mãe ainda criança ficando com o pai que o confiou aos cuidados de um amigo. Estudou na Universidade de Paris e em Orléans estudou Direito, onde sofreu a influencia de discípulos de Lutero que o

⁵⁴ “O nome significa ‘rebatismo’ e provem do fato de os anabatistas considerarem inútil o batismo das crianças, insistindo em que o rito só deveria ser ministrado quando o indivíduo alcançasse a idade da razão. Mas a preferência pelo batismo de adultos não era, na verdade, sua doutrina essencial” (BURNS, 2003, p. 387).

inflamaram sob a convicção de “que a salvação do homem reside na palavra divina contida nas escrituras” (CAMBI, 1999, p.252). Os novos ideais fizeram com que ele começasse a pregar suas ideias protestantes no país. Acusado de heresia Calvino segue para a Suíça, para a Basileia e depois retorna a Suíça, onde começou a pregar e arrebanhar seguidores.

Em 1541 Calvino já estava governando a cidade de Genebra com o apoio da burguesia sob ideais protestantes, bem mais radicais que os de Lutero, durante seu governo proibiu a dança a música os jogos e algumas manifestações em datas festivas, mas por outro lado vitalizou programas de reformas sociais e religiosas, inspirados nos princípios da nova religião, atribuindo grande espaço à educação. As ideias de Calvino muito se assemelhavam a de santo Agostinho, para ele, “não obstante, Deus, em sua alta sabedoria predestinou alguns homens a salvação e condenou todos os demais ao tormento do inferno” (BURNS, 2003, p.390).

Como se sabe, Calvino não tem uma concepção de educação explícita, como tem a maioria dos pensadores da reforma. Ele só passou a se empenhar ativamente nesse campo ao final de sua vida, quando, em 1539, inaugura a Academia de Genebra. (...) a hipótese de que embora Calvino nunca tivesse sistematizado suas ideias sobre a formação humana, ele as deixa transparecer em sua teoria do conhecimento e na sua prática educacional. O que a nosso ver, frequentemente passa despercebido aos teólogos e educadores é um “óbvio não dito” na teoria do conhecimento de Calvino, que se reflete na sua prática educacional (GREGGERSEN, 2002, p.62).

A base de todo programa para a formação dos representantes da Igreja estavam na Academia de Genebra fundada em 1539, e se dava através da evangelização e do preparo para o ministério, o que associa o método de Calvino a uma educação mais voltada aos jovens e adultos. “Nos seus *Ordenamentos eclesiásticos* defende a necessidade da frequência escolar para todo representante da Igreja e aponta nas línguas seculares e nas ciências seculares os instrumentos fundamentais da formação” (CAMBI, 1999. p.252). Através de suas obras ele elucida a importância de uma educação voltada para Deus.

Calvino foi ainda mais enfático nessas questões. Em sua obra magna, as *Institutas*, ele caracterizou a igreja como “mãe e mestra” dos fiéis, aquela que os leva ao conhecimento de Cristo e depois os nutre e orienta durante toda a sua vida cristã. Nas *Ordenanças eclesiásticas* (1542), ele insistiu que a igreja devia ter uma classe de oficiais voltados exclusivamente para o ensino, os mestres ou doutores (MATOS, 2008, p.16).

Na Inglaterra a Reforma religiosa aconteceu de forma mais amena, talvez pelo fato de estar em meio a sua Renascença e vivendo o movimento humanista, pois diferente do Luteranismo e do Calvinismo fundamentado por entusiastas religiosos a Reforma inglesa aconteceu através da intervenção do chefe de estado, o Rei Henrique VIII. Os motivos da reforma religiosa a princípio se assemelhavam a dos demais movimentos que tinham como principal causa os abusos por parte da Igreja católica, o domínio papal e o domínio sobre as terras, mas segundo alguns estudiosos, existiam questões de ordem pessoal por parte do Rei para estar estremecido com o Papa Clemente VII, pois o mesmo se recusou a anular o seu casamento com Catarina de Aragão prima de Carlos V, com quem o Rei esteve casado por dezoito anos, para se casar com Ana Bolena e consolidar a dinastia Tudor. Com essa atitude o Rei Henrique VIII fundou a Igreja Anglicana e em seguida convocou uma assembleia junto ao parlamento que deu fim a submissão ao Papa, rompendo todos os laços existentes entre a Igreja Inglesa e a Igreja Católica de Roma, Henrique VIII foi declarado então, autoridade absoluta da nova Igreja. Entretanto, a nova Igreja não transformou a Inglaterra num país protestante, pois mesmo abolindo a autoridade do Papa, as doutrinas a serem seguidas e os cultos permaneciam os mesmos. A partir das sucessões de Henrique VIII a Igreja passou a sofrer drásticas revisões quanto às cerimônias e quanto aos dogmas, mas o povo relutou, pois acostumados a obedecer ao soberano resistem ao protestantismo lançando a questão sobre a Inglaterra em permanecer ou não Protestante. O fato de a Igreja ter sofrido com esse choque de interesses fez com que em sua versão final ela através de uma política mediadora se tornasse protestante. Conforme Burns elucida,

(...) é significativo que a moderna Igreja da Inglaterra seja bastante maleável para incluir em seu seio facções tão díspares quanto os anglo-católicos, que diferem dos católicos romanos apenas na rejeição da supremacia papal, e os anglicanos da “igreja baixa” (low-church), que são tão radicais em seu protestantismo quanto os luteranos (BURNS, 2003, p.394).

O fato dos ingleses terem vivenciado os aspectos mais práticos do humanismo pode ter influenciado no desfecho da Reforma religiosa do país. Tendo como um dos maiores pensadores e literatos da época Thomas More (147-1535), que assim como outros humanistas “desejavam um cristianismo mais simples e mais racional e almejavam um sistema educativo liberto do domínio da lógica escolástica” (BURNS, 2003, p. 365-366). Em sua obra *Utopia* publicada em 1516, More utiliza uma linguagem imaginária para fazer severas críticas ao governo inglês e ao de outros países, no período inicial do século XVI. Em suas narrativas

demonstra sua influência pelo humanismo, e através da crítica, traz a tona assuntos ligados à educação e ao ensino, como os referentes aos deveres do estado em oferecer meios para que todos tivessem acesso à educação, a necessidade dos pais estarem diretamente ligados na complementação da educação através do ensino dos ofícios, faz críticas quanto ao ensino através do método escolástico e manifesta a importância do mestre no aprendizado⁵⁵.

A partir das Reformas religiosas a comunidade europeia acabou se dividindo entre protestantes e cristãos, diante desse fato a Igreja Católica percebeu a necessidade se posicionar e apressar as reformulações iniciadas no século XV. Para isso o Papa Paulo III une-se a Companhia de Jesus⁵⁶ e organizam o Concílio de Trento em 1545, com o objetivo principal de redefinir de modo preciso o conteúdo da fé. As leis estabelecidas no Concílio não se limitaram apenas a questões de dogmas, elas também estabeleciam importantes medidas para que os abusos da Igreja e de seus membros cessassem, estabeleceu medidas para que o clero não ficasse a mercê da ignorância e deliberou a criação de seminários de Teologia em cada diocese, e em 1564 aproximadamente criou o *Index Librorum Prohibitorium*⁵⁷, uma lista de publicações que comprometia a fé e os costumes; entre estes livros estavam tratados teológicos, obras filosóficas traduzidas e escritas durante o Renascimento, dentre as decisões do Concílio também foi instituído a criação o Tribunal do Santo Ofício, que deveria cuidar da manutenção da pureza da fé e perseguir aqueles que resistissem ao catolicismo.

Com o Concílio de Trento, de fato a Igreja de Roma adquire uma maior consciência de sua própria função educativa e da vida a um significativo florescimento de congregações religiosas destinadas de maneira específica à atividade de formação não só dos eclesiásticos, mas também dos jovens descendentes dos grupos dirigentes. Nisso consiste a diferença mais significativa no plano educativo entre o movimento da Reforma e o da Contra Reforma. O primeiro privilegia a instrução dos grupos burgueses e populares com o fim de criar as condições mínimas para uma leitura pessoal dos textos sagrados, enquanto o segundo, sobretudo com a obra dos jesuítas, repropõe um modelo cultural e formativo tradicional em estreita conexão com o modelo político e social expresso pela classe dirigente (CAMBI, 1999, p.256).

⁵⁵ (BURNS, 2003, p. 366).

⁵⁶ A Companhia de Jesus foi de longe a mais militante das ordens religiosas inspiradas pelo zelo espiritual do século XVI. Não era uma simples sociedade monacal, mas um regimento de soldados que haviam jurado defender a fé. Como armas, não tinham balas nem lanças, mas a eloquência e a persuasão, a instrução nas verdadeiras doutrinas e, se necessário métodos mais mundanos para exercer a influência (BURNS, 2003, p. 396).

⁵⁷ Índice de Livros Proibidos.

A Reforma Católica não teria tomado o rumo que tomou sem as atividades dos jesuítas, ou membros da Companhia de Jesus, uma ordem religiosa fundada por Inácio Loyola (1491-1556). A Companhia de Jesus não só ajudou na realização e organização política do Concílio de Trento, como também foram responsáveis pela volta da devoção católica em algumas regiões onde haviam se instituído a religião protestante. Foram eles também os responsáveis por propagar a religião cristã pelos mais longínquos lugares do globo, através de uma atividade educacional. Os jesuítas fundaram colégio e seminários por toda Europa e pelas terras recém-colonizadas da América, a fim de propagar a fé. Assim, a História da Educação no Brasil começa a se desenhar.

A primeira intenção dos jesuítas era a conversão dos adultos, mas visto a dificuldade pelos missionários em tal façanha, os jesuítas percebem que através da educação infantil poderiam alcançar seus objetivos. Na Europa Inácio de Loyola e alguns de seus seguidores criaram junto às universidades internatos com a finalidade de formar membros que ajudariam a disseminar a fé cristã. Esses locais se transformaram nos Colégios. Com a expansão marítima portuguesa e espanhola, os jesuítas veem uma oportunidade em sua missão catequizadora. Incumbidos de espalhar a fé cristã, os jesuítas veem a necessidade de criar programas com a finalidade de formar docentes, implantam o *modus parisiensis*⁵⁸ e mais tarde publicam o *Ratio Studiorum* “que regulamentou rigorosamente todo sistema escolástico jesuítico: a organização em classes, os horários, os programas e a disciplina” (MANACORDA, 2006, p.202).

Durante o generalato de Claudius Acquaviva (1581-1614), os métodos pedagógicos da Sociedade de Jesus foram finalmente formulados, dando-se, pois, origem à maior obra da pedagogia jesuítica, que é a oficialmente intitulada ‘Ratio atque institutio studiorum Societatis Jesu’ (Método e Instituição dos Estudos da sociedade de Jesus) ou, simplesmente, *Ratio Studiorum*. Trata-se de uma obra atribuída não a um, nem a poucos, mas sim a vários autores, uma vez que é o resultado dos esforços da Companhia de Jesus como um todo no sentido de produzir uma obra pedagógica que padronizasse a educação a ser por ela oferecida onde quer que estivesse (BATISTA, 2010, p.31).

A história mais uma vez passava por transformações entre os quais se devem aos efeitos modernizantes das reformas religiosas, que promove a ascensão do individualismo e a

⁵⁸ *Modus parisiensis* são normas pedagógicas que seguiam modelos parisienses. Essas normas apresentavam maior coerência e eficácia, elas valorizavam a ordem, rapidez e a disciplina aprendizagem (<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuistas/private/mp.htm>) acesso em 19/09/2010.

expansão do ensino para as massas populares. O sucesso das transformações intelectuais e cultural a que o mundo moderno fora exposto, se devem aos luteranos, calvinistas e jesuítas, que ávidos em propagar suas doutrinas, fundaram escolas, estabeleceram métodos e possibilitaram a todos de qualquer classe social que tivessem algum grau de educação.

Convém, todavia, recordar que, até à separação definitiva entre católicos e reformados (que polemicamente serão denominados “protestantes”), também em campo católico continuou, embora contestada, a tradição humanística que visava unir cultura clássica e piedade religiosa. Basta lembrar na Itália o cardeal Giacomo Sdoletto, com seu intercâmbio epistolar com Sturm e seu tratado *De liberis reſte intituendis*, de 1533, em que se repropõe o tema, nitidamente antimedieval, da infância não como “idade lúbrica”, mas como idade que “não peca por malícia”, apelando para uma pedagogia “alegre e afetuosa”. E, de fato, não faltarão maravilhosos exemplos dessa pedagogia por parte de educadores individuais e de ordens religiosas criadas nesse período (MANACORDA, 2006, p.200).

Com todas essas transformações, o início dos tempos Modernos ficou marcado pelo capitalismo, pelo Renascimento, pelas Reformas Protestantes e Católicas e na política pelas monarquias absolutas que traziam consigo os seus reis absolutistas. Visando fortalecer o estado os reis aliam-se a burguesia, que patrocinava financeiramente a formação de exércitos capazes de lutar contra a nobreza, assim nasce a política absolutista, onde o rei passa a ser o chefe absoluto do Estado e o representante absoluto de Deus, concentrando todos os poderes em suas mãos. Dessa forma surgem adeptos a e simpatizantes da política absolutista, dentre eles Nicolau Maquiavel (1469-1525), considerado o maior filósofo político da Itália durante o Renascimento; para ele a consolidação e fortalecimento do Estado só seria possível através da subordinação poder absoluto do Chefe de Estado. Assim, a partir do século XVI nascem os modernos Estados europeus e dessas ações dois estados se destacaram França e Inglaterra.

Na Inglaterra o absolutismo iniciou-se com o Rei Henrique VII logo após a Guerra das Rosas, e contou com o apoio do povo que aspirava por melhores condições de vida, mas somente em 1534, apoiado pela burguesia e com a assinatura do Ato de Supremacia no reinado de Henrique VIII da Dinastia Tudor, que essa política pode se concretizar. Através das sucessões da dinastia Tudor a Rainha Elizabeth I se revela uma das maiores governantes inglesas de todos os tempos, sendo firme com relação à Igreja Católica, vencendo guerras e mostrando habilidades políticas ao tratar assuntos com o parlamento. Após a morte de Elizabeth I em 1613, seu primo Jaime I da família Stuart assume o trono. A Dinastia Stuart não teve as mesmas habilidades políticas dos Tudors, o governo dos Stuarts nesse período foi

marcado por criação e aumento de impostos, dissoluções e reabilitações do parlamento, perseguições religiosas e outras confusões que foram se findar somente no reinado de Jaime II, após um golpe liderado por Guilherme de Orange, onde foram passados poderes ao parlamento para dirigir o país.

Na França o absolutismo considerado um dos mais estáveis, foi marcado pela religião e pela política, que de um lado contavam com os católicos liderados pela família Guises e do outro os calvinistas ou huguenotes liderados pela Família dos Bourbon que assumiu o trono em 1589 e concedeu aos protestantes direitos de exercerem com liberdade sua religião. Em 1610, após o assassinato do Rei Henrique IV por um fanático católico⁵⁹, Maria de Medici é declarada rainha pelo parlamento, já que o filho de Henrique, Luiz VIII ainda era uma criança quando o pai morreu. Após assumir o trono, Luiz XIII nomeou como primeiro ministro o Cardeal Richelieu que passou a limitar o poder político dos protestantes e fez com que a burguesia se submetesse as leis reais, apoiou os protestantes na Guerra dos Trinta Anos declarou guerra aos espanhóis a fim de impor a hegemonia francesa por toda Europa. A sucessão levou Luiz XIV considerado um dos maiores absolutistas de todos os tempos ao trono. Acostumado a viver no luxo, passou a sustentar nobres, a promover festas suntuosas para saciar sua vaidade, passou a entrar em sucessivas guerras gastando milhões e deixando vazios os cofres públicos e o povo revoltado. As demais sucessões não conseguiram se manter no poder, dando fim ao absolutismo francês e iniciando assim, um novo momento da história a Revolução Francesa. A Revolução Francesa nasceu em meio à crise final do reinado absolutista francês, influenciada pelo Iluminismo, outro movimento intelectual iniciado no por Isaac Newton e John Locke na Inglaterra.

O século XVIII foi considerado o século das luzes, onde os pensadores passaram a influenciar a organização social e política com suas novas ideias, que traziam consigo a razão humana como fonte de todo conhecimento. Esse racionalismo surgiu no século XVII, “um século trágico, contraditório, confuso e problemático, que manifesta características frequentemente antinômicas” (CAMBI, 1999, p.277). Embora as coisas, “nos pareçam muito extravagantes e ridículas, não deixam de ser em nada do que só me fora persuadido pelo exemplo, pelo costume; e assim desvencilhava-me pouco a pouco de muitos erros, que podem ofuscar nossa luz natural e nos tornar menos capazes de ouvir a razão” (DESCARTES, 2001,

⁵⁹ “Alguns jesuítas, ademais ensinavam que a autoridade do governante secular deriva do povo e alguns chagavam a afirmar o direito que tem o cidadão comum de matar um tirano em circunstancias extraordinárias” (BURNS 2003, p.401).

p.14), através desse pensamento Descartes faz críticas ao período Renascentista, embora, tenha sido influenciado por ele e por toda revolução científica a que se deu nesse período. O método universal de pensamento racional e científico de Descartes trouxe importantes contribuições para a educação e abriu caminho para um pensamento científico mais seguro, cuja investigação parte de uma verdade nata existente dentro de nós cujas bases estão na razão. Ainda nesse século, “filósofos e cientistas estarão em busca do método do saber, que terá um papel de fundação rigorosa da ciência e de aprendizagem universal – aberto a todos – deste saber inovador” (CAMBI, 1999, p. 301).

Através da ciência moderna em todas as suas vertentes nasceu o método científico e com ele se instalou uma nova visão do mundo e uma nova forma de desenvolvimento do saber, provocando assim, uma profunda mudança nos processos pedagógicos e educacionais. Com Descartes, o método científico se desenvolveu de forma rigorosa, seguindo o princípio de que se deve lançar dúvidas e questionar todos os eventos para que se possa ter certeza de sua existência; Isaac Newton formulou a “*Lei da Gravitação Universal*”⁶⁰ procurando explicar a natureza de maneira racional; Comenius vislumbrava a presença de um método universal de construção do saber e John Locke que fez grandes contribuições políticas, filosóficas e educacionais, que foram fundamentais no lumiar do novo movimento.

As profundas transformações pedagógicas operadas por John Locke no século XVIII colocaram “em primeiro plano a educação como instrumento de formação tanto da mente como da moral de todo indivíduo burguês (o *Gentlemen*), afirmando sua soberania e seus poderes quase divinos” (CAMBI, 1999, p.336). Através desse pensamento influenciado pelo iluminismo, que Rousseau realizará suas contribuições políticas, sociais e educacionais e será o divisor entre os períodos Moderno e Contemporâneo, no qual exercerá grande influência pedagógica.

4.2 O desenvolvimento educacional e a atividade docente na modernidade

Com o século XVII todos os processos educacionais passaram a se renovar e com ele todo o pensamento educativo, as instituições e as teorizações pedagógicas também se renovaram e a família ampliou o seu papel central na formação moral do indivíduo; as escolas

⁶⁰ A “*Lei da Gravitação Universal*” está fundamentada a partir do princípio de que todos os corpos se atraem devido a quantidade de matéria que são constituídos, ou seja todos os objetos sofrem a ação de uma força cuja intensidade está relacionada diretamente com suas massas e a distância que os separa.

se renovaram através dos colégios que passaram a assumir um novo método de organização e de instrução para o indivíduo, a Igreja se organizou em função do desenvolvimento social, de modo que a instrução e os espaços educativos se tornaram prioridade e ao final do século os trabalhadores sofreram a influência de uma nova instituição a fábrica, “que veio a transformar a mente do trabalhador, a sua ideologia, a própria consciência de si, vindo então, a desenvolver uma função de formação” (CAMBI, 1999, p.279).

Os acontecimentos ocorridos entre os séculos XVI e XVII foram primordiais para a configuração do modelo escolar e pedagógico da modernidade, “além da pedagogia Jesuítica o século XVII também assistiria ao despontar de outros teóricos e práticos da educação” (BATISTA, 2010, p.32), por isso, para se compreender melhor o processo de desenvolvimento educacional e do trabalho docente no período Moderno se faz necessário recorrermos a Comenius, Locke, Rousseau dentre outros colaboradores que de alguma forma contribuíram para configurar ideias que valorizassem a formação humana através da educação. Dentre os elementos que se configuraram para o delineamento da educação Moderna estiveram presentes os tratados pedagógicos, que propunham reflexões que iam além das mudanças necessárias à educação, através desses tratados se instituíram práticas educacionais diferentes das vividas até então, o docente passou a assumir um papel intermediador na sua relação com o aluno e o universo escolar. Diante dessas novas práticas pedagógicas e dos novos discursos da época a função docente passou a ter um novo significado estabelecido segundo critérios racionalistas e naturalistas.

Uma outra afirmação que se encontra em Comenius e será seguida tanto por Locke quanto por Rousseau refere-se ao contato direto do educando com os objetos de estudo, ou seja, à experiência externa necessária para que os sentidos externos do educando possam ser afetados pelas coisas que propiciem a aquisição das informações úteis e necessárias para a construção do seu conhecimento (BATISTA, 2010, p.36).

Com o pensamento e a reflexão de John Amós Comenius a educação moderna começa a se delinear, de “maneira orgânica e sistemática alguns problemas já relevantes da pedagogia: desde o projeto antropológico- social que deve guiar o mestre até os aspectos gerais e específicos da didática, para chegar às estratégias educativas referentes às diversas orientações da instrução” (CAMBI, 1999, p.281). Em se tratando de uma época em que a educação era privilégio de poucos, nota-se o quão empreendedor Comenius foi para seu tempo, através de sua obra a *Didática Magna*, Comenius pretendia esboçar um método

universal de ensino aberto que ensinasse “tudo a todos”⁶¹ através dos ensinamentos divinos, para isso ele transforma o docente no personagem central do processo educativo, assim sendo a atividade docente se torna essencial e a partir desse momento esse docente se torna mediador nas relações com o aluno, com a escola e com a sociedade.

Para Manacorda:

Comenius não foi um revolucionário: estava repleto de saudosismos medievais. Foi um grande sistematizador, que chegou um pouco atrasado, quando o mundo já havia mudado mais do que ele pensava (a começar pelo latim, que estava entrando em desuso). Foi um Utopista, que achava estar no fim do mundo, *sub mundi finem, ultimo seaculo*; e trabalhava talvez, mais em vista desse fim do que do provir do mundo (MANACORDA, 2006, p. 224).

Embora haja controvérsia quanto alguns pensamentos de Comenius uma coisa se faz certa, através de sua Didática Magna a profissão docente se configurou não somente quanto às questões religiosas, mas políticas e sociais, pois era função do docente formar homens que servissem aos seus propósitos mediante as necessidades do Estado Moderno a julgar pelas polêmicas religiosas da época.

Das exortações de Lutero e Comenius para a fundação das escolas nas cidades, pode-se depreender o valor que os protestantes davam a educação. Entre os conhecimentos que deveriam possuir para ensinar, tinha lugar de destaque o conhecimento das escrituras Sagrada (CAVALCANTI, 2010, p.184).

Comenius também trata de assuntos como a educação voltada para a moral, através de uma boa conduta em direção à fé, divergindo de Locke e Rousseau que acreditavam ser a educação moral o ponto crucial na formação do homem digno diante da sociedade. Para Batista, “enquanto a finalidade da educação moral comeniana vincula-se a questões não apenas sociais, mas, principalmente, religiosas, a finalidade da educação lockeana e rousseauísta liga-se a critérios estritamente civis” (BATISTA, 2010, p.37).

Ao fim do século XVII e início do século XVIII, momento em que a Europa se via diante da política absolutista e do descontentamento popular quanto às condições de vida, uma importante figura surge para dar luz a esse momento, John Locke. Orientado sob os

⁶¹ (COMENIUS, 2002, p.95).

princípios dos estudos dos clássicos, sobretudo, sob a influência aristotélica John Locke criticou o tempo excessivo dedicado a esses estudos da língua, pois priorizava o uso dos sentidos, isso porque:

“a partir do momento que nasce e se define a ciência moderna nem o latim como língua universal aparece mais adequado aos usos e às exigências do mundo moderno, a partir do momento em que as grandes línguas nacionais se consolidam e algumas delas já se impõem no uso internacional” (MANACORDA, 2006, p.236).

Opondo-se ao racionalismo e ao método de educação universal comeniano, Locke oferece uma nova proposta ligando os processos formativos aos processos empíricos naturais, através de implicações históricas e culturais em todas as suas formas. Como um dos fundadores do empirismo, Locke “foi de maneira geral, o representante de um pensamento crítico que pretende submeter toda afirmação à prova da experiência e, portanto, colocar no centro do próprio trabalho os princípios da verificação experimental e da inferência empiricamente provada” (CAMBI, 1999, p.316).

Uma característica peculiar de Locke é que seus interesses iam além dos científicos, sua reflexão envolvia assuntos políticos, religiosos, psicológicos, sociais e educacionais. Para ele através dos princípios empíricos as relações entre os acontecimentos do mundo externo devem estar relacionados com o desenvolvimento intelectual, talvez por isso Locke tenha dedicado até seus menores ensaios como instrumento dedicado à educação. Para ele, através dos princípios empiristas as relações entre os acontecimentos do mundo externo devem estar relacionados com o desenvolvimento intelectual. Locke também tinha convicções que o conhecimento deveria ser dado aqueles com tempo para dedicar-se aos estudos, para ele todos deveriam ter conhecimentos básicos como saber ler e escrever principalmente àqueles vindos das classes de trabalhadores, mas às classes mais altas estaria reservado o estudo das ciências. Portanto, vê-se que a educação proposta por Locke tinha como alvo os filhos da nobreza. As reflexões pedagógicas lockeanas estavam direcionadas à formação do futuro *gentleman*, ou seja, de um homem que soubesse se comportar diante da sociedade e que fosse íntegro, mas para ele, os filhos dos trabalhadores também deveriam obter uma educação, mas uma educação voltada para a prática. Para Locke a educação da criança deveria ser guiada pelo mestre, de forma a exercer qualquer atividade intelectual. Segundo Cambi,

O modelo elaborado por Locke, justamente pelas características que o ligam mais estreitamente aos ideais de uma determinada classe social, manifesta de

forma exemplar os elementos fundamentais da “educação Burguesa”, baseada o *self-government* e nas “virtudes sociais”, na utilidade e no primado da consciência moral, como também na valorização da natureza e da razão. Que Locke afinal não tenha levado em nenhuma conta o problema da educação do povo, como já foi muitas vezes destacado, ou que tenha resolvido de forma caritativa ou através de escolas de trabalho forçado para os rapazes pobres, isso não vem prejudicar o valor teórico da sua proposta pedagógica. Uma proposta na qual a conexão entre educação e participação concreta na vida social, o privilégio dados aos conteúdos pragmaticamente úteis à instrução, a ligação desta última com a experiência real dos educandos, a atenção para a formação ético-intelectual de um caráter livre e autônomo falam agora de um mundo e de valores que são o mundo e os valores da época propriamente moderna (CAMBI, 1999, p.321).

No século XVIII, um período decisivo para a História da Educação e para a profissão docente, nele, o processo educativo passou a se remodelar. O início do capitalismo e da expansão comercial promoveu à paulatina e progressiva emancipação do povo e do Estado da tutela da Igreja, completando assim, a laicização que foi típica do mundo moderno. O novo modelo de Estado passa a se preocupar com a educação, e passa a adotar estratégias, sobretudo no que se refere à estatização da educação e a substituição do corpo docente que era composto de religiosos e passa a se compor também de docentes laicos.

Inicialmente, a função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens. A gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras *congregações docentes*. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os jesuítas e os oratorianos, por exemplo, foram progressivamente configurando um corpo de saberes e de técnicas e um conjunto de normas e de valores específicos da profissão docente (NOVOA, 1997, p.15).

O novo modelo social, político e econômico, fez com que o processo de ensino se tornasse primordial, central na vida da sociedade. Nesse contexto, o papel intelectual dos pensadores como Rousseau, Kant, Diderot, Voltaire, dentre outros, foi primordial na constituição do pensamento educacional e político do mundo moderno e contemporâneo. A partir do pensamento de Rousseau fica explícita a importância da educação, não só as instituições educacionais se transformaram, mas a família se reorganiza transformando suas relações como complementação educativa. Às mulheres foram reconhecidos o direito a instrução e ao povo reclamou-se o direito de instrução para que lhes fosse dada a oportunidade de participação ativa da vida em sociedade. A partir desse momento, a atividade

docente ganha um novo rumo, estreitando as relações entre professor-aluno e se tornando primordial para formação integral do indivíduo.

O intelectual torna-se mediador entre sociedade e poder, adquire maior autonomia, sua presença é ativa no âmbito social, muito ativa até, ele se põe como consciência crítica de toda vida social e sua produção cultural adquire uma função de guia em toda sociedade civil e até mesmo em relação ao Estado, nos momentos mais favoráveis. Nasce o intelectual contemporâneo, com seu papel decisivo e central na sociedade, com a sua função educativa: de promotor do progresso, mas também de amortecedor dos conflitos sociais, dos contrastes de grupos ou de ideologias. A sua função educativa, de fato, mostrasse dupla: estimula ao novo, difunde suas sementes ideais, promove seus mitos, modelos, *slogans* etc., como também faz convergir as massas para o poder, assumindo o papel um tanto paternalista da educação social (CAMBI, 1999, p.325).

5 Aspectos gerais da contemporaneidade na educação e na docência

As mudanças políticas, sociais, econômicas e educacionais provocaram inúmeras transformações no cenário mundial. À luz dos novos pensamentos fizeram com que através das três Revoluções, a sociedade saísse da estagnação e se tornasse essa sociedade com as características que se pode ver hoje na atualidade. O período contemporâneo nasceu entre meados e fim do século XVIII com a Revolução Francesa, trazendo para o mundo “dinamismo social, ideológico, político, etc.”⁶². A época também foi marcada pela industrialização, pela luta dos direitos e pelo papel cada vez mais central da educação institucionalizada na vida da sociedade. A contemporaneidade assim como na antiguidade vê no processo educacional o alicerce necessário para amparar o novo organismo político – social, que possibilitará o homem exercer com responsabilidade seus direitos civis.

Para se entender os processos que se configuraram para esboçar a educação é necessário voltar ao momento em que acontece a ruptura entre o período moderno e contemporâneo, momento esse marcado por ideias e por acontecimentos que acabaram por denominar todo um período, por isso, se faz necessário voltarmos ao período moderno e visitar aqueles que contribuíram e ainda contribuem para tecer as ideias a cerca do período em que vivemos.

O século XVIII sem sombra de dúvida é considerado o divisor entre o mundo moderno e o contemporâneo. Inspirado por ideais reformadores, o período do em suma um período das revoluções, onde, a busca por melhores condições de vida inspiraram uma política com bases reformadoras formadas a partir do pensamento de intelectuais que revisitaram a filosofia da antiguidade resgatando os ideais de *paideia* como mediador político-social., visto que a combinação dos dois elementos foram se desenvolvendo a medida que os processos educacionais se firmam.

...o sentido político é o sentido do geral. O contraste entre o conhecimento real necessário para os ofícios e para a educação ideal política, que afeta o homem todo, tem sua origem na nobreza grega. Mas seu sentido mais profundo reside na cultura da sociedade, pois é nela que essa forma espiritual se transmite a todos os cidadãos e a educação aristocrática se converte na formação do homem político (JAEGER, 1994, p.147).

⁶² (CAMBI, 1999, p. 378).

Para compreensão dos processos de renovação que ocorre no ensino, nos modelos educativos e de organização escolar é preciso voltar à França do século XVIII e conhecer um pouco da figura que influenciou todo um período histórico a partir do seu pensamento, Jean Jaques Rousseau (1712-1778). Rousseau nasceu em Genebra na Suíça em 1712 e aos dezesseis anos saiu de casa para se aventurar e acabou por conhecer Madame Warens, que o acolheu e o tornou seu protegido; aos seus cuidados Rousseau estudou arte, literatura, música, história e filosofia. Ao completar trinta anos mudou-se para Paris para atuar como professor de música, atuou como embaixador da França em Veneza e ao retornar a Paris ligou-se a Diderot e D’Alambert contribuindo para a organização da enciclopédia. Em 1750, ganhou o prêmio da Academia de Dijon com o *Discurso sobre as ciências e as artes* e a partir daí passou a escrever várias obras dentre elas o *Contrato Social*, que inspirou a Revolução Francesa; nesta obra, ele trata dos assuntos ligados à política; a obra *A nova Heloisa* trazia a família como centro moral e de virtude e a obra *Emílio*, considerada uma obra revolucionária da pedagogia moderna.

A obra *Emílio* foi considerada radical pela Igreja e por outros filósofos como Voltaire. A obra consiste em um tratado pedagógico que une política, educação e ética e visava orientar pais e mestres sobre como educar naturalmente a criança para que a mesma se tornasse o homem ideal enquanto cidadão através do seu retorno à natureza. A história se desenrola com o personagem Emílio um jovem vindo de família rica que fica órfão e se vê sob os cuidados de um preceptor, que o cria longe dos constrangimentos sociais. O método proposto por Rousseau se dá longe da corrupção social e sob a orientação iluminada do preceptor que orienta o menino para as necessidades da “natureza”⁶³.

A evocação de Rousseau para a natureza, tanto no sentido da “bondade natural” do ser humano, não perfeito mas perfectível, quanto no sentido menos evidente, mas presente, da personalidade individual de cada criança, pode ser considerada como ponto de partida da sua pedagogia. Baseando-se no seu escrito mais sucinto e menos enfático, as cartas ao inglês Greaves, em *Mãe e filho*, esse ponto de partida consistiria exatamente no “reconhecimento das imutáveis leis de nossa natureza” (31 de dezembro de 1818) (MANACORDA, 2006, p. 261).

⁶³ “Natureza” no texto de Rousseau assume pelo menos três significados diferentes: i. como oposição àquilo que é social; 2. Como valorização das necessidades espontâneas das crianças e dos processos livres de crescimento; 3. Como exigência de um contínuo contato com um ambiente físico não-urbano e por isso considerado mais genuíno (CAMBI, 1999, p. 346).

A obra de Rousseau criticava a visão escolástica da educação como simples memorização, pois para ele a educação era uma atividade direcionada, sobretudo, à moralização; criticava também a educação dada nos colégios jesuítas, que segundo ele era abrupta e rígida mera transmissora hierárquica de conhecimentos memorizados para ele esse tipo de educação afastava a criança da infância. Através de suas obras e do seu pensamento, ao lado de pensadores como Montaigne, Locke, Comenius, o discurso sobre o ensino sofreu uma reviravolta, a criança que até então era tratada de forma igual aos adultos passa a ser vista de forma diferente, o educador passou a assumir uma nova postura perante o aluno, além de assumir um papel de mediador político e social.

O pensamento de Rousseau elaborou de forma radical e inovadora a pedagogia do século XVIII, além de abrir caminho para outras formas de pensamento, mais novas e radicais, de bases materialistas, racionalistas e extremistas como é o caso de Vico e Kant. O pensamento pedagógico de Vico não se ligou a nenhuma tradição psicológica prática, ele fez algumas afirmações sobre a natureza infantil, mas não se ligou profundamente a nenhuma prática refletida; a pedagogia de Vico era constituída de instituições gerais e de oposição ao racionalismo, ele retomou o modelo humanístico- retórico e iniciou um pensamento pedagógico de bases reformadoras. O pensamento de Kant já se ligou ao de Rousseau, através de um pensamento naturalista, cujos princípios se voltam à concepção da educação para a primeira infância. Kant também se preocupava com a formação docente, para ele através do melhoramento das escolas seria possível a “salvação do gênero Humano”.⁶⁴

Ao lado dos modelos pedagógicos estão as Revoluções, o Período contemporâneo é também a época das massas, cujas manifestações se tornam protagonistas da história, época da democracia, exercida por uma política em busca do bem social e é também um período de educação de valorização docente, que integra o homem a ciência e a filosofia. “Como fato social, a educação atinge os espaços: culturais, da arte, da moralidade, da relação com o sagrado, das relações afetivas, enfim, de todo o imaginário coletivo e individual” (SILVA, 2012, P.34)

A Revolução Francesa se desenvolve sob as bases dos princípios iluministas e sob as bases reformadoras do ensino até então existente, controlado e desenvolvido através dos princípios religiosos sob seus propósitos, destinados de forma integral apenas as classes burguesas. As reformas do ensino se operaram através das reivindicações das massas e por

⁶⁴ (CAMBI,1999, p.362).

esse motivo a escola francesa se tornou o modelo europeu de educação. A Revolução Francesa trouxe consigo um sistema educativo moderno que serviu de fundamentos para todas as escolas da época e para as escolas contemporâneas de caráter estatal. As mudanças educacionais operadas durante a Revolução Francesa acontecem primeiramente através da reorganização e da instrução livre dos preceitos religiosos e mais voltados para os princípios morais e civis. Mediante a nova escola reformada o estado se viu diante da necessidade de formar pessoas capazes de exercer a função docente nas escolas, daí criam-se as *Escolas Normais*⁶⁵ e as *Escolas Especiais*⁶⁶. As reformas educacionais despertaram no nos indivíduos a consciência de pertencerem a um Estado que lhes permitia participar ativamente através de seus valores e ideais.

O projeto iluminista de formar uma nova sociedade fundada na racionalidade humana ensejou-lhe discussões acerca de problemas pedagógicos, uma vez que o estabelecimento de uma nova ordem política, econômica, social e intelectual requeria uma nova ótica educacional, motivo pelo qual se debateu acerca de como deveria ser plasmada essa nova sociedade (BATISTA, 2010, p.67).

A revolução Industrial também veio operar mudanças sociais e educativas, vinculada aos eventos econômicos, a expansão comercial e aos processos de urbanização. Sob a influência das instituições (família, igreja e comunidade) uma nova classe surge, o proletariado, uma classe composta pelos operários integrada por homens, mulheres e crianças, cuja exploração se dá de forma intensiva mediante ao trabalho exaustivo diante das máquinas nas indústrias, que buscam atender ao mercado. A educação também se destinava ao uso das máquinas o que é muito criticado por Marx, segundo ele isso se torna um processo de alienação. Para Manacorda, ao deixar as oficinas e partirem para as fábricas o homem perde sua identidade cultural, para ele “os trabalhadores perdem sua antiga instrução e na fábrica só adquirem a ignorância” (MANACORDA, 2006, p.271). Mas nesse contexto que segundo alguns autores se estendem até os dias de hoje a sociedade e se torna primordial principal protagonista no processo de desenvolvimento integral e formador de si.

No curso do século XVIII, o crescimento econômico gerado pela Industrialização acaba por colocar toda a família proletária trabalhando de forma assalariada nas fábricas. Já

⁶⁵ As Escolas Normais tinham como finalidade a formação docente, através delas eram oferecidos cursos intensivos aos professores com a finalidade de servirem ao Estado.

⁶⁶ As Escolas Especiais oferecia um estudo de alto nível cultural e tinha como propósito formação técnica de indivíduos que pudessem atender a sociedade industrial.

no início do século XIX, as ideias de valorização da criança que as colocava como sujeito educativo por excelência provocam a criação da lei que obrigava os empregadores a custear a educação da criança. No curso da contemporaneidade outros sujeitos ganharam atenção; a mulher que era excluída de todas as atividades intelectuais e sociais passa a ganhar maior atenção e a conquistar o seu espaço, o deficiente físico ou mental que ganha a partir desse momento maior atenção com técnicas de recuperação que irão se aperfeiçoar a partir de Maria Montessori, que colocará em prática a ideia da relação professor-aluno de Rousseau transferindo-a para a relação professor/terapeuta- aluno.

No século XIX não só as mulheres, as crianças e o deficiente ganham atenção especial, este século foi um século marcado pelas lutas de classes e pelo e pelo conflito gerado pelas novas ideias que acarretaram na radicalização frente ao pensamento educacional. Para Cambi o século XIX foi século da “pedagogia e da educação, que se afirmam como setores chave do controle social e, portanto, do projeto político e da própria gestão do poder (social e político)” (CAMBI, 1999, p.407). Nesse momento de conflitos políticos e de transformações econômicas o ato de ensinar se transformou em arma contra a burguesia e a favor do povo e nestas condições surgiu à preocupação com o ato de ensinar bem e a necessidade de um docente capaz servir aos propósitos da sociedade, bem como, a estruturação de uma instituição bem definida dentro da sociedade que oferecesse uma instrução com métodos condizentes com seus objetivos. Assim, nesse cenário a que o mundo fora exposto no século XIX, é que abre espaço para um novo modelo de docente, “sobretudo, ao longo do século XIX, com Pestalozzi, Froebel e Herbert, foram modificadas as concepções de professor (a), ensino e método. Essas mudanças propiciaram o que chamamos de escola moderna” (DURÂES, 2011, p.467).

A educação após o século XVIII e ao longo da história dos séculos seguintes irá sofrer influência de outras Revoluções, além das guerras mundiais com suas ideias dominadoras e racistas; os movimentos sociais, a crescente economia provocada pela industrialização, à aceleração dos avanços tecnológicos e a crescente globalização também serão fatores que iram influenciar diretamente no desenvolvimento do processo de ensino. Por conseguinte, o processo educacional deverá estar em constante adaptação em face aos novos acontecimentos.

5.1 O processo da atividade docente na contemporaneidade

A função docente entre os XVII e XVIII, ainda acontecia de forma informal, ministrada por aqueles que detinham um grau de conhecimento acima do daquele que receberia a educação, no caso o aluno, ou por religiosos, mas no decorrer dos séculos, diante das reformas religiosas, dos movimentos populares, da expansão comercial, do crescimento da economia e das revoluções, surge à necessidade de um profissional cuja formação atendesse as necessidades definidas e pelos objetivos da sociedade.

Hoje o papel professor não é mais o mesmo. Antes o professor era responsável por todo conhecimento que seria depositado nos seus alunos. Tudo que havia estudado, todo conhecimento que ele detinha era de alguma forma transmitido aos alunos. Segundo Gusdorf (1978), o professor desempenha em cada fase do processo escolar uma impressão aos seus alunos. Na primeira fase o aluno vê o professor como um ser supremo, e nele deposita toda sua admiração, devoção e confiança.

O mestre-escola no limiar da vida é o inesquecível professor da infância, cujo prestígio natural não é igualado por nenhum dos que lhes sucedem. Senhor absoluto do direito divino, o mestre-escola detém a autoridade plena e a omniscência. Nele se afirma o imperativo categórico do ensino, que reveste dum valor quase sagrado cada uma das suas palavras (Gusdorf 1978, p.52).

Gusdorf relata também que, através da atividade docente, o professor influencia diretamente na atuação do aluno e no resultado que irá obter. Para ele, o professor deve ter a consciência de que será o modelo para seus alunos, podendo até influenciar no seu desenvolvimento como um ser social.

A escola é o cenário do nosso primeiro contato com o mundo fora do convívio familiar, é o lugar onde aprenderemos a conviver em sociedade, com pessoas de hábito, crenças e de diferentes origens. É na escola que as primeiras responsabilidades e os primeiros compromissos surgem.

A escola é o local onde o indivíduo constrói sua identidade, ela contribui na formação da personalidade, no desenvolvimento afetivo, e é o local, onde as experiências servirão de ajuda para o desenvolvimento humano. As lembranças que são carregadas da experiência escolar, as relações pessoais, a relação professor aluno serão para a vida toda, seja na escola básica, ou nas universidades. A relação professor-aluno que indicará o produto final, por isso ela deve ser sempre de amizade, solidariedade, de respeito mútuo. O diálogo para a relação

professor-aluno é fundamental para a mediação dos conhecimentos, não se limitando apenas as trocas de ideias e repetições mecânicas. O diálogo professor-aluno deve estabelecer uma relação mais que educacional, ela deve ser de amizade.

A relação professor-aluno gera um alto nível de tensão no ponto de vista emocional, além das exigências pelo desempenho adequado, visando a atender as necessidades dos alunos e das instituições. A complexidade do trabalho do professor está ligada não apenas à necessidade de um estudo contínuo, mas às exigências ao desempenhar sua função. O trabalho que o professor desenvolve vai além da sala de aula, ele deve sempre procurar atualizar-se, ter conhecimento e habilidade suficiente para conseguir ter a atenção e desenvolver as habilidades dos ouvintes. O professor precisa tornar seu trabalho interessante aos alunos, para que eles possam se motivar, facilitando assim, as condições para a construção do conhecimento.

O trabalho do educador e a educação, não podem ser tratados separadamente, pois existe uma relação de interdependência entre eles, e é nesse processo que o desenvolvimento do ensino e seu sucesso se darão. O trabalho do professor e a relação professor-aluno se estabelece dentro da escola, e para isso é preciso deixar claro que o professor tem um papel social e político insubstituível. Embora existam fatores que não contribuam para essa compreensão o professor deve assumir uma postura crítica em relação a sua atuação recuperando assim, sua essência como educador.

A educação é um tema presente em todos os fatos históricos em que o professor é integrante. Para o professor entender o real significado do seu trabalho é necessário que ele tenha consciência dos fatos que influenciaram na construção da sua identidade. A relação entre os fenômenos históricos-sociais e a atividade do professor, jamais poderão ser desvinculadas da sua atividade e de seu papel social, pois isso descaracterizaria seu trabalho como docente.

Segundo Gusdorf,

A função docente tem, pois, por missão manter e promover a ordem nos pensamentos, tão necessária como a ordem na rua e nas províncias. Os homens passam, mas permanece a exigência, que se transmite de mestre a discípulos, de uma unanimidade dos espíritos que servem de garantia a harmonia entre os homens. É verdade que o espaço cultural tem dois centros, Atenas e Roma, e duas línguas o grego e o latim. Esta dupla pluralidade, linguística e por vezes política dará depois a origem a tradições distintas,

cuja divergência o próprio cristianismo confirmará (GUSDORF, 1978, P.283).

A prova de que a educação já tinha importância na antiguidade está relatada nos diversos seguimentos filosóficos através de citações sobre os mestres e mentores, como eram chamados. Os filósofos, juntamente com os poetas e os sacerdotes foram os primeiros a exercerem a docência na antiguidade; eles tinham como função auxiliar todos os passos dos seus pupilos ou protegidos, dando-lhes conselhos e advertências de ordem intelectual e moral.

A função do docente, desde a antiguidade até os dias de hoje possui algumas características em comum, com a diferença, de que, sobretudo hoje, a relação professor-aluno envolve não só dois indivíduos, mas sim um grupo indivíduos. O docente desempenha, no âmbito da formação discente, a sua experiência pessoal, fazendo escolhas que de uma maneira ou outra irão influenciar no seu modo de trabalho.

Para Georges Gusdorf, os professores tradicionais são aqueles que exercem a prática docente de forma exclusiva e acreditam que sua prática e o ensino são derivados de princípios das ciências humanas, onde a teoria é uma forma de conhecimento que independe da prática. Com isso, aprenderam a buscar elementos necessários para desempenhar sua função fora da sua realidade de trabalho.

O aperfeiçoamento do professor dá-se a partir das descobertas científicas e seus fundamentos e sua prática dá-se através dos resultados obtidos, como se fosse um exercício de reflexão no processo de aprendizagem dos alunos. Não é fácil para o professor obter informações sobre seu trabalho, tendo somente registros. O professor necessita do conhecimento e da forma que ele será transmitido, no sentido ensino-aprendizagem.

Segundo Gusdorf:

Cada aluno é um aluno entre todos os alunos na classe reunida; e o professor quando dá aula, fala a todos a mesma língua. Mas esta pedagogia em série que põem frente a frente o professor e a classe acompanha-se, ou pode acompanhar-se, de uma relação de pessoa para pessoa; o professor pode ser também um mestre, e cada aluno um discípulo em situação de diálogo e sob a invocação de uma vontade de verdade que funda entre eles uma invisível comunidade (GUSDORF, 1978, p.237).

O professor deve ter consciência e a responsabilidade junto ao ato ensinar, pois ele será responsável pela formação social, política e crítica do aluno. Nesta era, onde as mudanças sociais, intelectuais e tecnológicas estão em constantes avanços, os professores se veem envolvidos de forma que o pensamento educativo possa se transformar num diálogo social mais explícito e mais amplo. Neste contexto, é necessário indicar que o sentido de professor se tornou mais amplo.

Segundo Bowen e Hobson,

Geralmente, pensamos que um professor é uma pessoa que se situa diante de uma turma de alunos, no processo formal, e instrui a partir de uma posição de autoridade intelectual e social. Claro que isto é apenas uma parte do conceito, e nesta época de transformação rápida da sociedade e de gradual extensão e formalização do processo educativo, seria bom que compreendêssemos que há várias maneiras pelas quais uma pessoa pode actuar como professor; isto quer dizer que há muitos modos diferentes em que ocorre o ensino e seu conceito correlato de aprendizagem, desde os deliberados, conscientes e formais até aos não-intencionais e informais (Bowen e Hobson, 1987, p.8-9).

À medida que a sociedade se torna mais complexa e independente os estilos de ensino se tornam mais importantes, sejam quais forem suas finalidades, por isso, hoje, é necessário que os professores detenham muito mais do que um conjunto de técnicas e um conhecimento relevante. O professor hoje precisa atuar frente aos questionamentos e organizar por si próprio o papel que irá desempenhar dentro da sociedade e, com isso, se pretende que os professores se tornem capazes de assumir suas próprias decisões dentro de uma política curricular e métodos de ensino. Para Bowen e Hobson (1987): “os professores de hoje precisam desenvolver a sua própria teoria de educação”.

Considerações Finais

Ao iniciar este trabalho no âmbito da linha de pesquisa: Processos Educativos e seus Fundamentos, junto à Universidade de Uberaba, foram levantados alguns questionamentos acerca da necessidade de demonstrar a concepção de docência, já que a sociedade vem passando por constantes transformações políticas, sociais, econômicas e tecnológicas. Diante deste fato, viu-se a necessidade de explicitar as concepções de docência ao longo da história.

Passível das frequentes mudanças ocorridas ao longo do tempo foi possível perceber que, à medida que a sociedade foi se transformando a história foi se construindo e com ela a história da educação foi ganhando ares, por isso, optou-se pela periodização como a melhor forma de construir e delinear os processos necessários para o exercício da docência em perspectiva histórica. Assim, para melhor estruturação do trabalho, optou-se por dividi-lo em cinco capítulos, divididos em concordância com a História Geral. Visto que, através da periodização, foi possível perceber que a educação esteve presente em todos os períodos.

O primeiro capítulo trouxe a Pré-história e as primeiras sociedades que se desenvolveram a partir delas como as precursoras de todas as instituições que se formaram ao longo da história, pois foi através dessas sociedades que as primeiras formas de atividades educacionais ocorreram. Na Pré-história, os primeiros descendentes do homem na evolução passaram a utilizar como forma de sobrevivência as atividades em grupo e foram através dessas atividades e dessas interações em grupo que eles iniciaram as primeiras formas de exercer a educação. A necessidade de comunicação e transmissão dos conhecimentos fez surgir às primeiras instituições, dentre as quais a família; e dentro dela as primeiras formas de ensino exercidas através do líder do grupo, no caso o mais velho ou o pai, por meio do qual nascia de forma simples a atividade docente. À medida que os integrantes desses grupos foram interagindo entre si de forma mais consciente e organizando-se, foram surgindo às primeiras sociedades e, posteriormente, os primeiros Estados, que só na Antiguidade vão-se organizar de forma mais complexa, através da política.

Na Antiguidade, as sociedades organizavam-se de forma mais complexa e os indivíduos tinham a consciência de que para a manutenção e expansão desse tipo de sociedade, seria necessário organizar métodos e criar atividades que os auxiliassem nessa empreitada. Assim, surgem as primeiras instituições de escolarização, não como as que conhecemos hoje, mas uma instituição que servisse ao propósito de manter a organização e a

ordem. Mesmo que as instituições escolares e as primeiras formas de docência organizadas não tivessem as características e a estrutura que temos hoje, elas tinham o mesmo propósito, qual seja: perpetuar a ordem social. Nessa empreitada, na Antiga Grécia, duas Cidade-estado despontaram, Atenas e Esparta; a partir delas, as primeiras formas de instituições escolares surgiram; aqui, a educação em geral e o ensino em particular começam a tomar forma com algumas características que foram legadas ao ocidente, tais como: a educação física, a gramática e a retórica.

A cultura grega chamava a atenção pela sua grandiosidade e pela forma como conduzia sua sociedade; então, a partir delas, outras regiões passaram a ser influenciadas por ela. A cultura grega passa a se expandir pelo oriente e acaba se deparando com outras culturas, que, inflamadas de misticismo religioso, funde os pensamentos gregos aos religiosos e, assim nasce à religião cristã e, com ela, a necessidade de expandir os ensinamentos de Cristo. A religião cristã por todo um período passa a ser a instituição que ditará as regras religiosas, políticas e sociais e influenciará todo o período medieval. Por intermédio da Igreja, são fundadas instituições escolares, que irão oferecer um ensino em função da fé e que, durante séculos, será o modelo de educação a ser seguido. Até esse momento, as atividades docentes eram exercidas de maneira informal, via de regra por clérigos ou por aqueles que tinham o seu endosso.

A partir da Baixa Idade Média, ocorre um processo gradual de laicização do ensino e da atividade docente, surgem às primeiras universidades e o saber vai tornando-se menos teológico e mais laico. Esse é um processo iniciado por volta do século X, que recebe um grande impulso com o renascimento cultural e ganha grande vigor a partir dos movimentos humanísticos que trazem de volta os clássicos como apoio ao pensamento do momento. Mesmo sendo considerado por muitos como o século das trevas, foi na Baixa Idade Média que se gestaram paulatinamente as transformações que ocorreriam na Modernidade.

Como divisor de dois períodos ricos na cultura e no pensamento, surgem novos movimentos no período moderno, como o Renascimento e o Iluminismo. O período posterior à Idade Média irá surgir sob a insígnia de livrar-se do domínio abusivo por parte da Igreja; surgem reformas religiosas que trarão consigo os ideais que irão mudar todo o cenário educacional. A partir desse momento, sob a luz dos novos pensamentos e de toda herança herdada dos períodos anteriores, a atividade docente começa a ser vista não como instrumento didático, mas como peça central no desenvolvimento social do indivíduo. As atividades

docentes, mesmo valendo-se da metodologia religiosa, já fazem uso das novas ideologias modernas. Com o crescimento da economia e a expansão comercial, novos ideais surgem e a educação torna-se primordial, sendo assim, a atividade docente passa a ser o ponto chave no processo de desenvolvimento social.

A partir da Renascença, a educação torna-se o instrumento a serviço do novo ideal de ser humano concebido como o centro do universo (antropocentrismo). No âmbito de tal ideal, o ser humano, concebido como o ápice da natureza, ressalta a sabedoria e dignidade. Inspirando-se nos valores da Antiguidade Clássica Greco-Latina, os renascentistas promoverão inovações na filosofia, na ciência, na arte e, igualmente, na educação. Ao tentar romper com o teocentrismo, disseminado pela teologia, a laicização da educação precisará de um docente que se dedique ao ensino daquilo que diz respeito mais propriamente à vida humana, em seu aspecto material ou terreno. Desse modo, o modelo de docente que se requer é aquele que entenda mais de questões filosóficas e científicas e menos de questões teológicas. Com o advento da Ilustração, que trouxe consigo o ideal racional de ser humano, a educação passa a ser concebida como a atividade por meio da qual o ser humano é esclarecido pelas luzes advindas do exercício da racionalidade, libertando-o do obscurantismo, da superstição, do fanatismo, da intolerância e da ignorância.

Desde a Revolução Francesa, que trouxe consigo o projeto de tornar a Educação uma atividade pública e laica, no âmbito da sociedade, concebe-se o docente como o funcionário público responsável pela disseminação daquilo que o Estado almeja quanto à formação dos seus cidadãos, iniciando-se, assim, uma progressiva libertação da atividade educacional da tutela exclusiva da Igreja, a qual, mesmo mantendo as suas atividades educacionais, não mais o fará interferindo maciçamente nos assuntos de Estado quanto a isso.

A docência, atualmente, é exercida de maneira profissional, embora ainda não seja regulamentada. Carrega, igualmente, a herança do passado, uma vez que se faz tanto no âmbito público quanto no âmbito privado, da mesma forma que é exercida tanto no âmbito eclesiástico quanto no âmbito civil. Seja como for, a docência leva consigo os ideais que se pretendem manter e propagar, razão pela qual as concepções que pode ter serão condicionadas pelas concepções de mundo, de ser humano, de sociedade, de conhecimento, de conduta ou do que quer se se tenha em mente quanto àquilo que se deve ensinar.

As mudanças econômicas e a velocidade com que os avanços tecnológicos vêm se instalando, mudaram a identidade social dos indivíduos, que passou a buscar o conhecimento para acompanhar os tempos atuais. Com isso, a educação passou a sofrer transformações e o docente passou a ser questionado, quanto a sua função e quanto às alterações sofridas ao exercerem às suas atividades desempenhadas dentro da profissão docente.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **Confissões; De magistro = Do mestre** / Santo Agostinho. 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1980. (Os pensadores)
- BALDRY, B. C. **A Grécia Antiga: cultura e vida**. Tradução de Mario Matos e Lemos. Lisboa: Verbo, 1969.
- BATISTA, Gustavo. A. **O pensamento educacional de Santo Tomás de Aquino como consequência de sua teologia e de sua filosofia**. São Leopoldo, RS: v. 14, n.2, set. 2010.
- BATISTA, Gustavo Araújo. **John Locke: sua biografia, sua personalidade, sua época, sua filosofia e pedagogia e sua proposta curricular** - Julho/2004. Cadernos da
- BATISTA, Gustavo Araújo. **O Naturalismo e o Contratualismo em John Locke e em Jean - Jaques Rousseau**. 1º. ed. Curitiba, PR. CRV, 2010. 217p.
- BOTTOMORE, T. & alii. (ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge zahar Editor, 2001.
- BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental**. Tradução de Donaldson M. Garshagen. 42. Ed. São Paulo. Editora Globo, 2003.
- CAMBI, Franco (1999). **História da Pedagogia** [Tradução:Álvaro Lorencini]. São Paulo: Editora da UNESP. 701p.
- CAVALCANTI, P. Ap. B. **O Professor-Pastor e o Padre- Professor nos tratados pedagógicos dos séculos XVI e XVII e na experiência docente de Thomas Platter**. 2006. 219f. Tese de Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade. Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo.
- CHAUÍ, Marilen. **Convite à Filosofia**. Editora Ática, São Paulo, 2000.
- COMENIUS, J.A. **Didática magna**. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Paideia)
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. Editora Martins Fontes, 3º ed., São Paulo, 2001.

DURÂES, J. A, **Aprendendo a ser professor(a) no século XIX: algumas influencias de Pestalozzi, Froebel e Herbert.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.3, p. 465 - 480, set./dez. 2011. <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28309/30163> - acesso: 24/09/2014).

FINLEY, M. I. **O legado da Grécia.** Tradução de Ivette V.P. de Almeida. Brasília: ed.UnB, 1998.

FINLEY, M. I. **Os Gregos Antigos.** Tradução de Arthur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1963.

GREGGERSEN, Gabriele. **Perspectivas da Educação Cristã em João Calvino.** Fides Reformata, v.7, n2, 2002, p.61-83.

GUSDORF, Georges. **Professores para quê?** 4º ed. Lisboa: Moraes Editores, 1978.

JAEGER, Werner Wilhelm. **La Teologia de Los Primeros Folósofos Griegos.** Tradução de José Gaos. México. 1º ed. em Español. Fundo de Cultura Econômica, México – Buenos Aires, 1952

JAEGER, Werner Wilhelm, Paidéia: **A Formação do Homem Grego.** Tradução de Arthur M. Parreira. 3º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KRAMER, Samuel, Noah. **History Begins at Sumer.** Thiird revised edition copyright, 1981, University of Pennsylvania Press, Philadelphia.

KRAMER, Samuel Noah, *The Sumerians: Their History, Culture and Character,* **Publisher:** University of Chicago Press (1963) ISBN 0-226-45238-

LAROSSA, Jorge. **Pedagogia profana:** danças, piruetas e mascaradas. Madrid: Autêntica, 1998.

LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia.** São Paulo, Mestre Jou, 1970.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da educação e da pedagogia.** 19 ed. São Paulo: Companhia editora nacional, 2001.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação: da antiguidade aos nossos dias.** Tradução de Gaetano Lo Monasco; revisão da tradução Rosa dos Anjos Oliveira e Paolo Nosella. 12º ed. São Pailo: Cortez, 2006.

MARROU, H.-I. **História da educação na antigüidade.** São Paulo: EPU, 1990

MATOS, Alderi. S. **Breve História as Educação Cristã dos Primórdios ao Século 20**. Fides reformata – v. XIII, n.2, 2008. p.9-24 – São Paulo: Editora Mackenzie, 2008. Disponível no endereço eletrônico <http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_XIII_2008_2/Breve_Historia_da_Educacao_Crista_-_Dos_Primordios_ao_Seculo_20.pdf> (acesso em 07 maios de 2014).

MONROE, Paul. **História da Educação**. 6º ed. São Paulo, 1983.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **História: geral e Brasil**. 1 ed. São Paulo volume único: Atual, 2003.

MONTAIGNE, M. E, **Senhor de. Ensaios**. São Paulo: Nova Cultura, 2004. (Os Pensadores).

NÓVOA, António. **Profissão professor**. 2ª ed. Porto/Portugal: Porto Editora, 1997.

SILVA, Sergio Pereira da. **Filosofia na Educação: Entre o otimismo e o pessimismo pedagógico**. Goiânia: DEPECAC-UFG/FUNAPE, 2012.

(http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuitas/_private/mp.htm) acesso em 19/09/2010.

ROCHA, Ivan. **Gestão de Organizações de Conhecimento**. Brasília: Universa, 2004

ZAGURY, Tânia. **Relação educador/aluno. Disciplina Saber**. Revista Pátio, ano 2, nº8, 1999.

Retirado de **Theories of Education: Studies of Significant Innovation in Western Educational Thought, de Bowen e Hobson** (Brisbane: John Wiley & Sons, 1987, 2.ªed., pp. 8-9). Tradução de Rui Daniel Cunha/Gabinete de Filosofia da Educação/ Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://criticanarede.com/professor.html> .